

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Brune Coelho Brandão**

**Produção das transidentidades: psicologia e modos de subjetivação**

Juiz de Fora

2022

**Brune Coelho Brandão**

**Produção das transidentidades: psicologia e modos de subjetivação**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais em Saúde.

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Juliana Perucchi.

Juiz de Fora  
2022

Brandão, Brune Coelho.

Produção das transidentidades : psicologia e modos de  
subjetivação / Brune Coelho Brandão. -- 2022.  
89 f.

Orientadora: Juliana Perucchi

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto  
de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia,  
2022.

1. Transidentidades. 2. Psicologia Comunitária. 3. Processos de  
Subjetivação. 4. Feminismo. I. Perucchi, Juliana, orient. II. Título.

**Brune Coelho Brandão**

**Psicologia e modos de subjetivação: a produção das transidentidades a partir da metodologia grupal**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais em Saúde.

Aprovado em 27 de outubro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dra. Juliana Perucchi – Orientadora  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Profa. Dra. Fabiane Rossi  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus  
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFET)

Profa. Dra. Flávia Teixeira Bonsucesso  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Juiz de Fora

2022

*Escrever na academia é uma disputa política contra o CIS-tema que insiste em nos aniquilar,  
é ter nossos ossos quebrados e nossas epistemologias esfaceladas.*

*É um grito de vida, por nos deixarem existir...*

*Uma existência de fato digna e potente, para além das fronteiras que insistem em nos  
aprimonar.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer inicialmente à todas as pessoas travestis, trans, de identidade não-binária e que cruzaram a fronteira traçada pela inteligibilidade forjada pela cisgeneridade. Saber da existência de vocês me deu forças para resistir até aqui!

Gostaria também de agradecer à minha família, especialmente aos meus pais Romilda e Sebastião. Vocês mostram um apoio incondicional a mim e buscam sempre se repensar em nossa relação, tornando tudo mais possível. Obrigada por sempre me incentivarem e valorizarem meus estudos.

À minha orientadora Profa Dra Juliana Perucchi, pelos ensinamentos ao longo dos anos e por caminhar comigo por esses percalços na produção dessa tese.

Às Profas Dras Flávia Teixeira e Fabiane Rossi, por aceitarem gentilmente compor essa banca e certamente trazerem pertinentes contribuições a essa pesquisa. Em especial, gostaria de agradecer à Profa Dra Jaqueline Gomes de Jesus e ao Prof Dr Marco José Duarte Olveira por serem pessoas dissidentes que inspiram com suas histórias de vida e expressiva produção acadêmica, me fazendo ver as pequenas, mas potentes, possibilidades que restam para nós, da comunidade LGBTQIA+.

Às pessoas que compuseram o grupo de apoio e militância VisiTrans. Obrigada por me ensinarem tanto com a sua trajetória, por compartilharem suas histórias e tornarem esse trabalho cada vez mais completo. Admiro a força e capacidade política de todas, todos e todes!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado, possibilitando a realização dessa pesquisa.

À Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), ao Ministério da Educação (MEC) e ao Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPG-Psi) pelo apoio à pesquisa e pelas contribuições ao meu aprendizado.

Por fim, gostaria de agradecer a todos e todas aqueles e aquelas que não consegui citar, mas que contribuíram para a execução desse trabalho, acreditaram em mim e me incentivaram.

## RESUMO

As identidades trans, travestis e de identidade não-binária passaram por um processo histórico de psicopatologização, que reiteram processos cisnormativos de dominação. Tendo em vista as intersecções com os cuidados em saúde e as possibilidades de atuação dentro da Psicologia Comunitária, essa tese objetiva, a partir de uma pesquisa ação-participativa, compreender como os corpos não-cisgêneros se tornam sujeitos a partir de seu processo de transição de gênero. Assim, busca-se entender o mecanismo da cisnormatividade sob os processos de subjetivação das pessoas dissidentes da cisnorma; entendendo como outros marcadores sociais além do gênero atravessam a constituição de sujeitos de pessoas trans e como uma estratégia de pesquisa-ação-participativa em psicologia social comunitária opera nos processos de subjetivação – de abjeção ou de agência – dessas pessoas. Como metodologia, utilizou-se a transcrição dos encontros do grupo de apoio e militância Visitrans e dados de diário de campo, analisados à luz da Análise do Discurso em Foucault. Os resultados apontam que a psicopatologização se torna um eixo condutor da produção de subjetividades não-cisgêneras, de modo que seu tensionamento, através dos relatos de suas histórias de vida, possibilitam a emergência de novos sujeitos, de resistência. Isso implica entender as identidades de gênero de profissionais em jogo, de modo que a necessidade de produzir uma ciência transcentrada se apresenta como uma constante disputa de narrativa com os meios hegemônicos e formais que imperam nas universidades. Assim, essa tese se apresenta nesse sentido provocativo de reflexões de uma profissional da psicologia e trans que busca contribuir para a construção de novos parâmetros científicos pautados em princípios ético-políticos comprometidos com as demandas das populações à margem, de modo interseccional.

**Palavras-chave:** Transidentidades; Psicologia Comunitária; Processos de subjetivação; Feminismo.

## ABSTRACT

The trans, transvestite and non-binary identities have gone through a historical process of psychopathologization, which reiterate cisnormative processes of domination. Considering the intersections with health care and the possibilities of action within Community Psychology, this thesis aims, from an action-participatory research, to understand how non-cisgender bodies become subjects from their transition process of gender. Thus, we seek to understand the mechanism of cisnormativity under the processes of subjectivation of dissident people of the cisnorm; understanding how other social markers besides gender cross the constitution of subjects of trans people and how a participatory-action-research strategy in community social psychology operates in these the processes of subjectivation – of abjection or agency. We used the transcription of the meetings of the support and militancy group Visitrans and data from a field diary, analyzed in the light of Discourse Analysis in Foucault as a methodology. The results show that psychopathologization becomes a guiding axis for the production of non-cisgender subjectivities, so that its tension, through the reports of their life stories, allow the emergence of new subjects, of resistance. This implies understanding the gender identities of professionals in the practice, so that the need to produce a transcended science presents itself as a constant narrative dispute with the hegemonic and formal means that prevail in universities. Thus, this thesis presents itself in this provocative sense of reflections by a psychology and transgender professional who seeks to contribute to the construction of new scientific parameters based on ethical-political principles committed to the demands of marginal populations, in an intersectional way.

**Keywords:** Transidentities; Community Psychology; Subjectivation processes; Feminism.



## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 OS (DES)CAMINHOS DA PESQUISA FRENTE AO NOVO PANORAMA POLÍTICO E JURÍDICO PARA A POPULAÇÃO TRAVESTI E TRANSEXUAL BRASILEIRA .....</b>                     | <b>8</b>  |
| 1.1 PARTIR DA REALIDADE, REUNIR EVIDÊNCIAS E COM ELAS CONSTRUIR A PROBLEMÁTICA DA TESE .....  | 15        |
| <b>2 REFLEXIVIDADE EM JOGO: PESQUISADORA, PSICÓLOGA E MULHER TRANS .....</b>  | <b>20</b> |
| <b>3 “A VIDA É MUITO MAIS QUE A IDENTIDADE”: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA .....</b>   | <b>26</b> |
| <b>4 A PRODUÇÃO DE DADOS EM UMA PESQUISA AÇÃO-PARTICIPATIVA: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS .....</b>   | <b>35</b> |
| <b>5 VULNERABILIDADE, SAÚDE COMUNITÁRIA E INTERSECCIONALIDADE: IMPLICAÇÕES PARA A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA.....</b>   | <b>41</b> |
| 5.1 VULNERABILIDADE: UMA FORMA DE PENSAR SUJEITOS À MARGEM.....   | 44        |
| 5.2 SAÚDE COMUNITÁRIA: AFINAL, DE QUE COMUNIDADE ESTÁ SE FALANDO? 47  |           |
| 5.3 INTERSECCIONALIDADE: MARCADORES SOCIAIS QUE PRODUZEM SUJEITOS .....   | 51        |
| 5.4 QUESTÕES QUE NÃO SE ENCERRAM: REFLEXÕES PARA A PESQUISA E ATUAÇÃO.....  | 53        |
| <b>6 NARRATIVAS DE SI COMO FORMAS DE RESISTÊNCIA: SUJEITOS SUJEITADOS, PROCESSOS GRUPAIS E NOSSAS POSSIBILIDADES DE EXISTÊNCIAS SOCIAIS E PSÍQUICAS .....</b> | <b>55</b> |
| 6.1 SER QUEM É NA HISTÓRIA: NOMEAÇÕES E PRODUÇÕES DE SENTIDO PARA AS DISSIDÊNCIAS .....   | 57        |
| 6.2 O LUGAR DA FAMÍLIA E DA PSICOLOGIA NOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DISSIDENTES: AS ANGÚSTIAS DA CISGENERIDADE .....   | 62        |
| 6.3 AS INTERAÇÕES COM O GRUPO E OS EFEITOS DE PODER: TENSIONAR E PRODUZIR RESISTÊNCIAS COLETIVAS FRENTE AO PROCESSO DE PSICOPATOLOGIZAÇÃO .....               | 66        |
| <b>7 À GUIA DE UMA PARCIAL CONCLUSÃO: PENSAR A RESISTÊNCIA CIENTÍFICA E A CONSTRUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS E METODOLOGIAS TRANSCENTRADAS .....</b>                | <b>76</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>79</b> |

## 1 OS (DES)CAMINHOS DA PESQUISA FRENTE AO NOVO PANORAMA POLÍTICO E JURÍDICO PARA A POPULAÇÃO TRAVESTI E TRANSEXUAL BRASILEIRA

As pessoas trans<sup>1</sup> no Brasil enfrentaram, até 2018, alguns problemas sistemáticos e institucionais quanto ao seu pleno direito, no âmbito da cidadania do estado democrático brasileiro. Não é novidade de que essa população seja, historicamente, alvo da supressão de direitos que, por sua vez, aprofunda situações de exclusão e de violências. E, neste sentido, “é alarmante a realidade de violência, institucional e física, sofrida pelas pessoas dissidentes de gênero” (SERRA, 2016, p.237). Portanto, no que concerne aos direitos civis, é evidente as inúmeras e contundentes limitações ao livre exercício da cidadania, que caracterizam processos estruturais e sistêmicos, não apenas de ampla duração temporal em suas histórias de vida, mas, sobretudo, repetidamente reiteradas nas instituições sociais, do próprio Estado e na família.

No âmbito da saúde, tais conjunturas também se evidenciam, posto que é perceptível a lacuna entre as demandas de alteração corporal e as políticas de saúde pública (ARÁN, Zaidhaft & Murta, 2008; ARÁN & Murta, 2009; ARÁN, Murta & Lionço, 2009; Almeida, 2012; Bento, 2010; Bento & Pelúcio, 2012; Ferreira *et. al.*, 2019; Teixeira, 2012), sendo restritas ao processo transexualizador (BRASIL, 2013), inclusive dificuldades apontadas também a nível mundial (Carroll-Beight & Larsson, 2018; Inwards-Breland *et al.*, 2019; Marshall *et. al.*, 2019; Pryor & Vickroy, 2019; Tomson, 2018; Weisner, 2018). Evidenciando como as próprias dinâmicas estatais operam diferentes e variadas modalidades de violência biopolítica contra os corpos dessas pessoas (Navarro, 2017). Elementos pertinentes a essa crítica no âmbito da saúde pública, para com pessoas travestis e transexuais, são constatados pela evidente e reiterada ausência de maiores preocupações – por parte das instâncias governamentais que redigiram, por exemplo, as portarias de regulamentação do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), em seus diferentes níveis de atenção à saúde (atenção primária, média e alta complexidade) – de uma série de cuidados e

---

<sup>1</sup> O uso do termo trans nessa pesquisa representa uma ampliação das categorias encontradas na literatura no sentido de ampliar a noção dada de transexualidade e travestilidade, abarcando, além dessas posturas identitárias, todas aquelas que fogem do alinhamento entre sexo-gênero, propostos como naturais (Butler, 2000). Percebe-se um uso similar em trabalhos como os de Vergueiro (2014; 2015a) e Jesus (2015). Contudo, em alguns momentos, mostra-se necessário ressaltar as diferenças dentro das próprias experiências trans no intuito de visibilizar politicamente identidades mais marginalizadas, rejeitando as posturas universalizantes dentro da população T (Bento, 2010; Bento, 2012). A proposta desses usos remete a uma tentativa de utilizar o termo trans para denotar o antagonismo à cisgeneridade, mas, quando seu uso possibilitar pasteurização e marginalização de outras identidades (como as travestis e pessoas de identidade não binária, por exemplo), far-se-á necessária a localização dessas posições identitárias para que esse texto não recorra nos problemas de fixidez e normatização das experiências que se pretende questionar.

intervenções (técnicas, clínicas e terapêuticas) seja no âmbito da medicina, seja no que concerne às chamadas ciências psi, no que tange à continuidade da assistência com vistas à integralidade ou com preocupações que estivessem efetivamente melhor sintonizadas à busca do maior bem-estar (físico e subjetivo) em face de sua vivência corporal, ou de sua melhor qualidade de vida pós intervenções em saúde via SUS.

No que concerne ao nível terciário de alta complexidade, como no Brasil há poucos hospitais credenciados (RODRIGUES, 2018; VASQUEZ, 2019), sendo um dos mais recentes a se ter notícia o ambulatório trans do município de Uberlândia, o primeiro em território mineiro, muitas cidades do interior, distantes das capitais e dos centros urbanos mais desenvolvidos, não possuem políticas públicas específicas que contemplem as necessidades e especificidades das demandas em saúde dessa população, o que exige seu deslocamento para centros urbanos maiores, em busca de tais assistências em saúde.

Vasquez (2019) nos aponta que existem no Brasil quatro hospitais credenciados pelo Ministério da Saúde em atendimento exclusivamente ambulatorial – localizados nos municípios do Rio de Janeiro/RJ, de Uberlândia/MG, de São Paulo/SP e de Curitiba/PR - e cinco hospitais de atendimento ambulatorial e hospitalar credenciados – localizados nos municípios de Goiânia/GO, do Rio de Janeiro/RJ, de Porto Alegre/RS, de São Paulo/SP e do Recife/PE. Ainda, segundo a autora, há ambulatórios criados pela iniciativa estadual nos municípios de São Paulo/SP, de João Pessoa/PB, de Belém/PA, de Lagarto/SE e, mais recentemente, em Florianópolis/SC. Como atualização pós contexto de pandemia, vale destacar que, no contexto mineiro, Juiz de Fora iniciou o processo de credenciamento para o processo transexualizador, processo esse melhor detalhado na obra de Oliveira e Duarte (2022). Segundo dados oficiais da prefeitura do município, de 2021, ela se torna a primeira cidade do interior mineiro a contar com essa política pública em ambas as suas modalidades<sup>2</sup>. Porém, como noticiado em O Tempo no ano de 2021, há dificuldades no credenciamento dos hospitais mineiros em disputas de poder com o conservadorismo do governo federal do país, que gera dificultadores nesse processo<sup>3</sup>.

Por outro lado, seguindo um caminho mais localizado no micro contexto no qual estou inserida, em um trabalho anterior, defendido como tese de doutorado, vinculado ao mesmo núcleo de pesquisa que a presente pesquisa integra, a saber, o Núcleo de Pesquisas e Práticas em

---

<sup>2</sup> Para maiores detalhes, ver notícia no site oficial da prefeitura no seguinte link: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=71449>.

<sup>3</sup> Acesse a notícia na íntegra no seguinte link: <https://www.otempo.com.br/cidades/descaso-cirurgia-para-readequacao-de-sexo-pelo-sus-nao-existe-em-minas-gerais-1.2664133>

Psicologia Social, Políticas Públicas e Saúde (PPS), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Rodrigues (2018) apontou as contradições e fragilidades de políticas públicas em saúde específicas para pessoas travestis e transexuais em Juiz de Fora/MG. Apesar de o município ser considerado polo de saúde para 17 microrregiões e abarcar 94 municípios assistidos, não há formalização de atendimentos ambulatoriais básicos de cobertura pelo SUS. As estratégias de redes informais de cuidado à saúde, presentes na tese de Rodrigues (2018) e nos relatos do grupo VisiTrans<sup>4</sup> (que se pretende analisar aqui), foram coletadas a partir de relatos das pessoas que vivenciam esses processos. Isso nos mostrou como a atenção à saúde trans em Juiz de Fora não é contemplada por nenhuma política pública estatal de saúde, depende mais das interpretações das/os profissionais acerca das concepções de saúde e de necessidades de pessoas travestis, transexuais, trans e de identidade não-binária<sup>5</sup> (concepções essas diferentes de acordo com cada expressão de gênero performada).

Nesse contexto não se pode ignorar o peso de um processo sócio-histórico de patologização das identidades trans (JONHSON, 2005; BENTO, 2012; BENTO & PELÚCIO, 2012; LEITE JR., 2012; TEIXEIRA, 2012), ocasionando certos limites para o pleno direito sobre o corpo, sua nomeação e suas transformações. Esse processo de patologização designa lugares de poder-saber para legitimar a identidade de gênero das pessoas trans sob o alicerce de preservação da sua saúde mental, em uma perspectiva colonizadora do saber (SPIVAK, 2010; VERGUEIRO, 2012).

O laudo psiquiátrico ocupou lugar central nessas políticas, muitas vezes ocasionando muito poder para pouco saber (BENTO, 2012), principalmente até a reformulação do Processo Transexualizador, através da Portaria do Ministério da Saúde de 2013 (BRASIL, 2013). Dali por diante, haveria o laudo interdisciplinar como dispositivo de acesso a procedimentos e serviços de atenção à saúde. Desse modo, há o atravessamento de vetores cisnormativos<sup>6</sup> na produção de um

---

<sup>4</sup> O grupo de apoio e militância, autodenominado VisiTrans pelos/as participantes, fez parte de um grupo de apoio localizado sob a perspectiva metodológica da pesquisa ação-participativa. Foram realizados encontros grupais livres para que as pessoas trans pudessem trocar experiências e designar quais temas seriam suas necessidades de discussão no momento. O projeto teve duração de quatro anos, abrangendo cerca de 100 pessoas que passaram pelos encontros.

<sup>5</sup> Pessoas não-binárias podem ser definidas como aquelas cujas identidades fogem do binarismo estipulado para performances de gênero masculina ou feminina. Essas identidades representam um amplo espectro que podem ser vivenciadas reconhecendo-se parcialmente com um, ambos ou nenhum dos gêneros binários.

<sup>6</sup> A cisnormatividade é a norma que legitima um padrão de corpo masculino baseado na divisão binária das genitálias e demais caracteres secundários convencionados como masculinos e femininos, em uma produção discursiva que naturaliza a coerência entre configuração corporal e identidade de gênero (JESUS, 2015; VERGUEIRO, 2015A; VERGUEIRO, 2015B). Nesse sentido, a cisnorma opera promovendo privilégios à

corpo viável no escopo social e jurídico, que chama o campo da saúde a designar quem pode ou não responder por si a ponto de se autodeterminar (JESUS, 2015; VERGUEIRO, 2015A; SCHILT & WESTBROOK, 2009). Para esses fins, elege-se a medicina, a psiquiatria, a psicologia e o direito como saberes legitimadores das identidades sexuais e de gênero.

Com base em um trabalho anterior realizado pela pesquisadora (BRANDÃO, 2016), percebe-se que, para além das necessidades de alteração corporal como possibilidade, legítima e individual, de autonomia cirúrgica para lidar com o sofrimento psíquico de pessoas trans, há questões envolvendo a produção discursiva desse corpo no contexto social e jurídico. As pessoas trans participantes do trabalho supracitado revelaram se sentir incomodadas também com a identidade jurídica dada durante sua concepção e materializada pela certidão de nascimento. Esse documento carrega em si uma verdade sobre um corpo convencionado como naturalmente dado (HARAWAY, 2009) e binário – dentro dessa perspectiva, legitima-se o corpo chamado cisgênero (SCHILT & WESTBROOK, 2009; JESUS, 2012; JESUS, 2014; JESUS, 2018; VERGUEIRO, 2014; VERGUEIRO, 2015A). Se o bebê em questão nasce com um pênis e demais aparatos convencionados como masculinos, é visto como um homem, ao passo que, se o bebê possui vagina e demais aparatos convencionados como femininos, é considerado uma mulher.

Nesse modelo, vemos a naturalização da identidade cisgênera e marcadamente binária enquanto natural e juridicamente adequada. Essas são as duas enunciações (homem e mulher), ditas pelo direito e pela biologia, como sujeitos viáveis, que se tornarão sujeitos políticos reconhecidos através dos documentos civis pelo Estado. Contudo, tais parâmetros produzem um modelo de sujeito normal e deslocam outras possibilidades de vivência com o corpo para posições marginais e patológicas (LLOYD, 2005), ocasionando prejuízo nos seus direitos civis e em saúde. Conforme colocado em uma entrevista, Vergueiro (2015) entende a cisgeneridade como um conceito analítico que pode ser utilizado da mesma maneira que se usa heterossexualidade para as orientações sexuais, ou o conceito de branquitude para questões raciais.

A cisgeneridade é problematizada como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva legitimada como natural, como essencial, como padrão (JESUS, 2012; RAMIREZ, 2014). Desse modo, a normatividade cisgênera opera por dispositivos situados em simultaneidade a outros marcadores sociais dos sujeitos de forma a anormalizar, inferiorizar e exterminar diversidades corporais e de gênero (VERGUEIRO, 2015a), tendo como efeito processos colonizatórios

---

população cisgênera (não-trans) ao tornar a identidade trans como seu antagonismo patológico (SCHILT & WESTBROOK, 2009).

de identidades e corpos destoantes de suas normas (JESUS, 2013; JESUS, 2018; VERGUEIRO, 2015B; VASQUEZ, 2019).

Em relação à presente tese, o primeiro (des)caminho que se consistiu, na construção da problemática de pesquisa, foi o jurídico. Diz-se acerca do (des)caminho, assim escrito entre parênteses, por remeter aos caminhos provisórios no contato com a temática e com o campo. Assim, os esforços acadêmicos aqui empreendidos se deslocaram para as intersecções entre o Direito e a população travesti e transexual, de modo a possibilitar mais explicitações dos processos de dominação e colonização do saber jurídico acerca de corpos e identidades dissidentes da cisnormatividade. Emergindo teoricamente no recorte provisório, do ponto de vista jurídico, lança-se mão do conceito filosófico de pessoa. Esse conceito está vinculado a uma condição de construção futura da pessoa, resultado de um processo contínuo de transformação (MARÍAS, 1971), conforme me deparei em obras do Direito.

Diferente da animalidade, o que define a pessoa é o rompimento com os argumentos meramente biológicos de definição, ao passo que o ser humano é visto como um animal que possui uma vida humana. Essa vida humana é atravessada por uma série de particularidades, materializadas em sua vida biográfica – possível de ser narrada pela própria pessoa e com foco na sua busca por realizações (ORTEGA & GASSET, 1961). Pensar nesse sentido exige ampliar a noção meramente biológica de sexo, definindo-o como uma norma regulatória que traz inteligibilidade aos corpos (BUTLER, 1990; BUTLER, 2000; BUTLER, 2015) ao invés de uma noção binária convencionada de que sexo representa uma essência de um masculino e de um feminino descobertos pela biologia. Tal deslocamento conceitual permite problematizar os atravessamentos jurídicos que cerceiam os processos de subjetivação das pessoas, como ocorreu nos processos de retificação civil de pessoas trans no Brasil (BUNCHAFT, 2013; BENTO, 2014), até o ano de 2018. Com base nessa concepção essencialista de gênero, definido por uma natureza dada (SCHILT & WESTBROOK, 2009), o direito fundamental de pessoas trans quanto a sua autodeterminação é negligenciado pelo lugar de saber-poder da ciência – chamada a averiguar qual o convencionado real gênero da pessoa.

Essa lógica posta coloca em xeque o princípio da dignidade humana, o direito a um nome que represente a pessoa em sua singularidade e o exercício de sua plena cidadania, forjando cidadãos de segunda ordem. Trata-se de uma espécie de cidadania precária, atrelada a uma negação da condição humana e da condição de cidadãos/ãs que carregam marcas em seus corpos (BENTO, 2014), tendo em vista a desumanização que a lei opera sob as pessoas trans (LLOYD, 2005). Assim, procurou-se trabalhar a experiência enquanto constituinte do sujeito (SCOTT,

1992; SCOTT, 2009), em uma concepção de gênero como performances reiteradas cotidianamente e que são naturalizadas pelos corpos sexuados (BUTLER, 1990; BUTLER, 2000).

Além disso, vale destacar os aprimoramentos técnicos e tecnológicos nas alterações corporais para pessoas trans, como as cirurgias e o uso de medicamentos. Na década de 1990, houve um questionamento da imutabilidade do prenome e um novo entendimento sobre a causa, a partir da jurisprudência de um caso do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que autorizou a retificação de uma transexual que passou pela cirurgia de transgenitalização (BUNCHAFT, 2013). Em nota técnica, o Conselho Federal de Medicina (1997) regulamenta a prática da cirurgia de transgenitalização<sup>7</sup> no Brasil, abrindo espaço para o fomento do processo transexualizador no país. Tendo em vista esse caráter técnico, houve uma nova dinâmica nos processos de retificação civil quanto a pessoas trans. Passou-se a admissibilidade da alteração do prenome (BUNCHAFT, 2013), contudo em alguns casos a mudança estava intrinsecamente atrelada à cirurgia.

Percebe-se que no Brasil por muito tempo não houve uma lei específica de identidade gênero, a exemplo das leis argentina ou espanhola. Até que, no ano de 2018, o processo de retificação civil de pessoas trans foi regulamentado através de provimento 73 pelo Supremo Tribunal Federal, questão essa melhor explorada mais adiante. Para fins de apontamento inicial quanto a esse assunto, vale apenas destacar brevemente aqui que em 01 de março de 2018, por meio de um julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (nº 4.275 e Recurso Extraordinário nº 670.422) ocorreu o reconhecimento, por unanimidade de votos dos membros do Supremo Tribunal Federal brasileiro, de que pessoas transexuais podem recorrer à alteração do nome e do sexo no registro civil sem exigência de submissão à cirurgia corporal.

Nesse sentido, o contexto histórico até recentemente era de sustentar a concepção de gênero demarcada e fabricada pelo campo jurídico, ocupado pela posição soberana do juiz que concedia em sua posição de autoridade, o direito à pessoa trans a partir de uma perspectiva colonizadora e explicitamente normativa. Elementos de interconexão entre direito e saúde, posto que tais normativas hierárquicas de gênero têm impedido historicamente a integralidade e a equidade no atendimento a essa população em programas de saúde pública. Tais desafios e limitações que articulam complexamente campos da justiça e da saúde, continuam ocasionando

---

<sup>7</sup> Por questões ético-políticas e conceituais, optou-se pelo uso do termo ‘transgenitalização’ em detrimento da nomeação médica do procedimento ‘cirurgia de readequação sexual’ por entender que a denominação médica dada apresenta um caráter patologizante das experiências trans, circunscritas em um jogo discursivo de uma determinada fabricação de verdade realizada pela medicina sobre os corpos, experiências trans e seus processos de alteração corporal. Questionando esse modelo de ciência perpassado pelo olhar cisnormativo e hegemonicamente biomédico, reivindica-se, nessa pesquisa, a contextualização do conhecimento produzido e os jogos de poder envolvidos na fabricação de verdades historicizadas e contingenciais (HARAWAY, 1995).

muitas contradições e problemas complexos, na medida em que, ainda que não precedam da exigência do procedimento, os campos de saber da psicologia e da psiquiatria foram historicamente e, até muito recentemente, chamados a ocupar no âmbito da justiça, enquanto posição de suposto saber, um lugar de verificabilidade e de atribuição de veracidade acerca da identidade de gênero da pessoa. Vale destacar que essa linha de procedimento jurídico-psicológico se aproxima inexoravelmente daquela prevista na legislação espanhola (BENTO, 2014). Isso ocorreu mesmo havendo questionamentos anteriores, em níveis nacional (BENTO & PELÚCIO, 2012, TENORIO & PRADO, 2016) e mundial, da real cientificidade dos critérios nosológicos que sustentam as identidades trans como patologia (MARSHALL *et al.*, 2019; PRYOR & VICKROY, 2019).

A proposta sugerida e recentemente aprovada pelo Supremo Tribunal Federal se assemelha à legislação argentina, não exigindo nenhum documento que comprove a identidade de gênero da pessoa solicitante, em uma concepção de auto reconhecimento de si (BENTO, 2014). Não é apenas uma retificação de nome que está em questão nesses processos: é uma identidade jurídica resultante de um processo psicossocial de constituição dos sujeitos – a saber, sujeitos trans – que permite acesso à cidadania plena e possibilita autonomia, bem-estar e autorreconhecimento – princípios básicos para a qualidade de vida.

Não ser reconhecida/o pelo gênero e pelo nome ao qual se identifica trouxe prejuízos às pessoas trans. A nível psíquico pode-se citar: baixa autoestima, sintomas depressivos e estresse (TEIXEIRA, 2012). A nível social, destaca-se: isolamento, evasão escolar, dificuldades de acesso ao mercado de trabalho (BENTO, 2014) e nos acessos públicos e institucionais (MARCHESINI, BRANDÃO & PERUCCHI, 2019). Pensar, então, no reconhecimento jurídico da identidade de gênero manifestada como demanda para o bem-estar psíquico e social de pessoas trans, conforme preconizado no conceito ampliado de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em meados do século XX, é uma forma de possibilitar qualidade de vida a esse segmento em situação de vulnerabilidade social.

Desse modo, trabalha-se na perspectiva de que há determinantes sociais de saúde para além da doença e do sofrimento, ressaltando o caráter de promoção de saúde através do respeito aos princípios da dignidade humana e de autodeterminação preconizados na constituição brasileira (BRASIL, 1988). Vincular saúde e bem-estar aos processos de possibilidade de existência social e jurídica, algo negado a pessoas trans, evidencia a complexidade dos processos de identificação dos sujeitos e os impactos de tais processos não somente em sua saúde, mas, sobretudo, em sua existência enquanto sujeito de direitos. Partindo desse pressuposto, o (des)caminho seria então,



através de uma pesquisa qualitativa, verificar como laudos e pareceres técnicos operam como dispositivos de saber-poder na legitimação da identidade de gênero durante a tramitação do processo de retificação civil e na dinâmica das experiências de pessoas travestis e transexuais.

### 1.1 PARTIR DA REALIDADE, REUNIR EVIDÊNCIAS E COM ELAS CONSTRUIR A PROBLEMÁTICA DA TESE

Nos trabalhos junto ao grupo de apoio a pessoas trans, o VisiTrans (PERUCCHI *et al.*, 2014; PERUCCHI, BRANDÃO & SILVA, 2015; PERUCCHI, BRANDÃO, MATOZZO, ZAMPIER & CARVALHO, 2018) ao longo de quatro anos da sua implementação, pude acompanhar algumas pessoas em processo de retificação civil em Juiz de Fora, município da chamada zona da mata mineira, percebendo os impasses que o processo trazia à vida dessas pessoas. Especificamente nessa cidade de médio porte do interior do estado de Minas Gerais, pude constatar que esses processos demoravam em média cinco anos – período considerado longo se comparado a outras cidades brasileiras em períodos similares de ingresso no sistema judiciário. Então, a partir dessa experiência de pesquisa intervenção grupal surgiu o interesse em entender a lógica que permeia esses processos e como a psicologia e áreas afins envolvidas na tramitação jurídica se inseriam no contexto municipal judicial como forma de possibilitar que a ciência (feminista) trouxesse transformação social, próxima às demandas das vozes uníssonas e invisibilizadas nos espaços institucionais de Juiz de Fora.

Os critérios para a seleção dos processos foram delineados da seguinte maneira: ser um processo de natureza de retificação civil de nome (concomitante ou não com o pedido de retificação de estado para o gênero diferente do designado na certidão de nascimento); ser um processo em que a parte é uma pessoa trans; ser um processo que está concluso. A escolha por processos conclusos se justificou para garantir que houve pedidos de laudos ou pareceres técnicos da área psi ou, caso não tenha havido, poder compreender o contexto de tramitação do processo e a não inserção desses documentos da área de saúde mental.

No Brasil, os processos dessa envergadura ocorriam em segredo de justiça, segundo consulta realizada ao site do Processo Judicial Eletrônico (PJe)<sup>8</sup>, no sentido de preservar a

---

<sup>8</sup> O PJe, Processo Judicial Eletrônico, é um sistema de tramitação de processos judiciais cujo objetivo é atender às necessidades dos diversos segmentos do Poder Judiciário brasileiro (Justiça Militar da União e dos Estados, Justiça do Trabalho e Justiça Comum, Federal e Estadual). É resultado da união de requisitos definidos pela Justiça Federal com as revisões empreendidas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dispõe sobre quais as

privacidade da parte envolvida. Desse modo, apenas a parte envolvida e seu advogado podiam ter acesso total ao processo e suas movimentações, o que a princípio seria um impasse. Todavia, pelo fato da pesquisadora ter atuado como psicóloga no VisiTrans, teve contato com as pessoas que entraram com a ação, além dela mesma encaminhar pessoas para o núcleo de prática jurídica da UFJF para entrarem com novas ações de retificação no município (PERUCCHI, BRANDÃO & SILVA, 2015). Dessa forma, do ponto de vista empírico, os trabalhos desenvolvidos ao longo das ações de extensão universitária e de pesquisa-ação-participativa ao longo desses anos possibilitam a aproximação com o universo foco dessa pesquisa de doutorado, bem como uma adequada estratégia metodológica para fins de construção do terreno empírico da tese. Neste contexto do campo da pesquisa aqui apresentada, portanto, constitui-se para fins de análise, em nível de doutoramento, um universo preliminar de cinco processos conclusos de pessoas trans em Juiz de Fora, os quais a pesquisadora poderia solicitar uma fotocópia dos autos dos processos para as partes envolvidas e ter acesso à fonte primária documental, além de ter a garantia que é um processo movido por uma pessoa que se auto reconhece como trans, travesti ou transexual no âmbito dos trabalhos de extensão e de pesquisa-ação-participativa já realizadas conforme exposto acima.

Contudo, meu (des)caminho se efetivou em algumas mudanças exigidas ao desenho originalmente planejado para essa pesquisa, devido a elementos inerentes ao próprio campo e, sendo assim, decidimos, eu e minha orientadora, reconstruir meu projeto de doutoramento. Sendo que, todo o trabalho realizado até então não foi descartado, mas sim, recolocado em um novo desenho metodológico, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFJF e condizente com os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos e em respeito à minha própria trajetória enquanto primeira doutoranda transexual desta universidade e única psicóloga transexual da equipe de trabalho do Núcleo PPS da UFJF junto a essa população até a presente data.

Os contatos acadêmicos na avaliação do projeto de pesquisa construído em 2017, bem como, a literatura disponível a partir do ano de 2012, caminhavam para a necessidade dessa aproximação entre Direito, poder, produção de subjetividades e autonomia. Em um processo preliminar de banca realizado no Seminário Integrado anual do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPG-Psi/UFJF) em novembro de 2017, a avaliadora foi a professora doutora Verônica Moraes Ximenes da Universidade Federal do Ceará

---

permissões para acesso de processo em situação de sigredo de justiça. Disponível em: [www.pje.jus.br/wiki/index.php/Roteiro\\_de\\_utiliza%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_sigilo\\_e\\_segredo\\_de\\_justi%C3%A7a#Processos\\_sigilosos\\_de\\_acordo\\_com\\_configura.C3.A7.C3.A3o](http://www.pje.jus.br/wiki/index.php/Roteiro_de_utiliza%C3%A7%C3%A3o_de_sigilo_e_segredo_de_justi%C3%A7a#Processos_sigilosos_de_acordo_com_configura.C3.A7.C3.A3o)

(UFC). Ela destacou a relevância social e científica da problemática e sugeriu estratégias metodológicas para análises dos processos jurídicos, haja vista o grande volume preliminar de material, como uso de *software* para análise do material de campo. Esse momento possibilitou perceber como a problemática era de amplitude nacional e de caráter urgente, visto que os projetos de lei propostos no legislativo brasileiro estavam sendo engavetados por uma bancada conservadora (CAMILLO, DOS SANTOS, FILGUEIRAS & AMARAL, 2015), muitas vezes vinculada a interesses religiosos (REIS & EGGERT, 2017).

Surpreendentemente, o cenário político de instabilidade do Brasil e as disputas de poder entre os três poderes possibilitaram um acontecimento discursivo, no sentido foucauldiano, interessante: apesar de não ser uma pauta que estava em destaque no Supremo Tribunal Federal, esse setor votou acerca de normativa específica para a retificação civil de pessoas travestis e transexuais no Brasil. A votação ocorreu em março de 2018, conforme já exposto, mobilizando a comunidade acadêmica e militante visto que, apesar de toda a pressão da militância LGBTQIA+, o projeto de lei sobre retificação civil de pessoas travestis e transexuais, de autoria dos deputados Erica Kokay e Jean Willys, de 2013, havia sido engavetado por todos esses anos.

Considerando o avanço de setores conservadores na política nacional e o fato das reivindicações acadêmicas e militantes acerca da facilitação do processo de retificação civil no Brasil não serem discutidas no Congresso, houve a judicialização da questão através da mobilização da sociedade civil organizada e setores do direito junto à Corte Interamericana, que exigiu o posicionamento do Estado frente aos direitos LGBTQIA+ no nosso país. Em um processo heterogêneo de discussão, em que se entrou em pauta a total autonomia para que a retificação ocorresse pela pessoa interessada diretamente nos cartórios ou se havia a necessidade de um laudo médico para a comprovação da identidade de gênero, a primeira proposta foi aprovada. Apesar de aprovada, as retificações só começaram de fato a ocorrer após a regulamentação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através do provimento 73/2018.

Manter essa problemática originalmente da forma como havíamos proposto inicialmente seria mais uma pesquisa histórica do que propriamente uma pesquisa nos moldes exigidos para a produção da linha de pesquisa de Processos Psicossociais em Saúde, tendo em vista essas mudanças políticas e jurídicas em nosso país. Desse modo, pelos meandros do contexto, a seleção do recorte do objeto voltou-se novamente para o campo de pesquisa e atuação durante os últimos quatro anos: o material discursivo produzido no grupo de apoio articulando todos os elementos de articulação expostos até o presente momento neste texto.

Apesar de estar detalhado mais à frente, na seção metodológica, o grupo representou uma

iniciativa em pesquisa-ação-participativa com vistas a possibilitar o fortalecimento dos vínculos comunitários entre pessoas dissidentes da cisnorma. Toda a discussão girou em torno das dificuldades de acesso à saúde e aos direitos no município através de relatos de suas trajetórias individuais de vida (PERUCCHI *et al.*, 2014; PERUCCHI, BRANDÃO & SILVA, 2015; PERUCCHI, BRANDÃO, MATOZZO, ZAMPIER & CARVALHO, 2018), o que permitiu, portanto, no âmbito do campo da presente tese, manter as preocupações entre articulações do direito, da psicologia e dos processos subjetivos dos sujeitos.

Vale destacar que, as discussões oriundas dali foram muito mais amplas que as apresentadas em artigos anteriormente publicados como resultados do trabalho de extensão com interface em pesquisa realizados. Para além das dificuldades já conhecidas das experiências vividas por essas pessoas, a estratégia de intervenção em psicologia possibilitou a emergência de novos modos de subjetivação entre as pessoas participantes do grupo. Pude acompanhar, durante esse período, as transições de gênero e os deslocamentos de identidades apresentadas por diversas pessoas que, para além de um auto reconhecimento binário, enquanto homem ou mulher transexual e mulher travesti, se constituíam em possibilidades outras, mais fluidas, menos engessadas, como pessoas que se auto reconheciam em espectros identitários não-binários, um leque muito mais amplo e plural que atravessava a vivência de pessoas em não-conformidade com a cisnorma.

Essa nova perspectiva, que não cabia no projeto inicial de extensão elaborado, foi abarcada em nossa prática, algo que pretendo discorrer mais detalhadamente em momentos posteriores da tese. Mas, por perceber a potência do material produzido nos encontros grupais (devidamente filmados mediante autorização ética das/os participantes), decidimos revisitar esse material, pouco explorado para fins acadêmicos, garantindo a originalidade da análise e do texto aqui apresentado como tese de doutorado, com o intuito de compreender, portanto, como se processam essas relações entre estratégias de subjetivação de pessoas trans e as possibilidades de mediação da psicologia, com base em nossa própria experiência com o campo e reiterando o caráter de transformação social da pesquisa-ação-participativa. Pela dimensão regional que o projeto tomou, considera-se essa intervenção como uma estratégia que fomenta importantes discussões para, primeiramente, entender os vetores que atravessam as formas de subjetivação daquelas pessoas que se auto identificam fora do espectro da cisgeneridade; e, além disso, entender quais as possíveis contribuições da psicologia, enquanto ciência socialmente engajada, nesse processo. Sem, contudo, negligenciar o caráter de cooptação que, muitas vezes a própria psicologia se deixa atravessar.

As imersões teóricas e metodológicas que se seguem fazem alusão às condensações analíticas da autora, visando construir uma problemática de pesquisa relevante para a psicologia e para as pessoas afetadas pelas fabricações científicas das identidades na contemporaneidade e seus impactos nos processos de subjetivação dos sujeitos. Contemplando, portanto, não apenas elementos em relação aos primeiros ensaios no início de meu doutorado e das discussões de articulação entre direito e psicologia; que apesar de não totalmente abandonado, teve um redirecionamento metodológico no redesenho do foco da tese, mas, sobretudo, os aspectos que envolvem os processos de subjetivação atravessados pelas poderosas dinâmicas da psicologia enquanto saber que, muitas vezes, ao invés de fazer resistência e enfrentamento aos vetores cisnormativos, acaba por reiterá-los e perpetuar sua manutenção nesse poderoso campo de saber.

Sendo assim, para fins de organização da tese, em um primeiro momento, buscar-se-á contextualizar a autora em seu lugar de fala, enquanto pesquisadora e mulher trans, levando em consideração a importância do papel de quem pesquisa no processo de construção do conhecimento científico. Ademais, mostra-se necessário compreender melhor o conceito de cisnormatividade e seus impactos sob corpos e identidades, além de problematizar o próprio uso desse termo – com as armadilhas que ele carrega.

A psicologia social comunitária, a sua concepção de vulnerabilidade e a interseccionalidade transfeministas se mostram ferramentas analíticas importantes para se trabalhar com o campo empírico, tendo, desse modo, espaço nas nossas problematizações. Por fim, cabe contextualizar a formação grupal produtora do material analítico trabalhado na tese e o vínculo que se estabeleceu com a pesquisadora, como formas de se pensar estratégias metodológicas de desenvolvimento da referida pesquisa; que tem como objetivo geral, compreender como os corpos não-cisgêneros se tornam sujeitos a partir de seu processo de transição de gênero.

Como objetivos específicos, essa tese procurou compreender como a cisnormatividade opera nos processos de subjetivação das pessoas dissidentes da cisnorma; entendendo como outros marcadores sociais além do gênero atravessam a constituição de sujeitos de pessoas trans e como uma estratégia de pesquisa-ação-participativa em psicologia social comunitária opera nos processos de subjetivação – de abjeção ou de agência – de pessoas travestis e transexuais.

## 2 REFLEXIVIDADE EM JOGO: PESQUISADORA, PSICÓLOGA E MULHER TRANS

Digo a mim mesma que isso não tem importância, seu nome é como um número de telefone, útil apenas para os outros; mas o que digo a mim mesma está errado, tem importância sim. Mantenho o conhecimento desse nome como algo escondido, algum tesouro que voltarei para escavar e buscar, algum dia.

O conto da Aia, Margareth Attwood

Esse trabalho pauta-se pelo modelo de pesquisa feminista, em que a objetividade da ciência não se encontra na pretensa neutralidade científica, mas na localização de quem é o sujeito que produz o conhecimento consumido por profissionais e demais pesquisadores/as (HARAWAY, 1995). Nesse processo, é essencial considerar os marcadores sociais que atravessam o sujeito que pesquisa, visto que denotam a sua perspectiva e orientam seu olhar diante das pessoas pesquisadas. A ciência tem orientação definida e o pressuposto de enxergá-la como uma ação puramente lógica e ahistoricizada mascara os jogos discursivos e as relações de poder no jogo social científico de fabricação de verdades (HARAWAY, 1995). O “lugar vazio” do cientista foi, e ainda é, no mundo contemporâneo ocidental, ocupado pelo sujeito europeu. Além disso, esse sujeito é branco e masculino (SPIVAK, 2010). Cornejo (2011) ainda adiciona a identidade heterossexual a esse “sujeito neutro da pesquisa”. E Vergueiro (2015a; 2014) traz à tona o lugar cisgênero do cientista nas produções científicas. Mais que isso, as epistemologias pajubás e travestis revelam essas lógicas de produção colonizada (FAVERO, 2020; YORK, OLIVEIRA & BENEVIDES, 2020). Desse modo, por mais que saibamos que a ciência no mundo não é feita apenas por homens, brancos, cisgêneros e heterossexuais, apesar de historicamente esses sujeitos terem tido mais destaque nas historiografias mais clássicas dos campos científicos, a posição vazia de cientista carrega consigo esses marcadores como pré-requisitos de uma pretensa universalidade, legitimidade e validade das narrativas e verdades construídas. Os corpos e identidades de cientistas que fogem a essas marcas históricas, que inclusive marcam relações de poder na nossa sociedade, são convidados/as a se apagarem, se anularem e enxergarem a partir da lente masculina-branca-cis-hetero como padrão de legitimidade de suas interpretações acerca dos fenômenos estudados.

Vivenciar esse processo dentro da academia me possibilitou entender essas contingências de produção da ciência em contexto local, reivindicando que minha própria identidade e vivências não fossem apagadas a nível epistemológico, como uma mulher trans utilizando óculos

analíticos de pessoas cis. Desse modo, não basta apenas vivenciar identidades à margem desse padrão implicitamente convencionado, mas problematizar minha própria subjetividade e identidade nesse processo. Quanto mais me convidavam a me retirar, mais buscava me colocar, me localizar, tendo a reflexividade como bússola ética e metodológica que norteava minhas problematizações e análises. Não me colocar me parecia uma estratégia demasiado paradoxal, considerando os pressupostos epistemológicos e ético-políticos problematizados nessa tese. Mais que paradoxal, de fato contraditória. Como discutir subjetividade, modos de subjetivação e interseccionalidade se eu própria não os localizasse no meu corpo e por vezes fizesse “vista grossa” às múltiplas posições identitárias que ocupava? Assim, a própria proposta de construção dessa tese é experimental em alguns sentidos. Primeiro, por partir de um reconhecimento, compartilhado por Vergueiro (2012; 2015a; 2015b), Wiesner (2018) e Jesus (2015), Paglanini (2016) e York, Oliveira e Benevides (2020), do lugar duplamente privilegiado de ser uma pessoa trans “fora da curva”: que teve diversos acessos e possibilidades de ingressar na academia, espaço em que a grande maioria ainda não tem condições de ocupar. E por poder fazer frente a esse conhecimento produzido e historicamente acumulado sobre nós, que impactam em práticas de saúde e tutela de nossas vivências, corpos, identidades. Não seria mais um “eles falam sobre nós”, mas uma tímida e incipiente tentativa de operacionalizar um “nós falamos sobre nós”.

Conforme Cornejo (2011), fazendo parte das multidões *queer*, reivindico o uso político do pronome “eu” no processo de construção da pesquisa. E, mais que isso, devemos reconhecer que esse trabalho seria paradoxal com as metodologias qualitativas (DENZIN & LINCOLN, 2000; FINE *et al.*, 2004; FINE, BURNS & PAYNE, 2007) ao desabilitar uma forma gramatical que localiza a densidade da interpretação, agenciando efeitos acessíveis de conhecimento, história, repulsão, autoridade e prazer (SEDGWICK, 1993). Como a referida autora pontua, esse uso não representa completamente o significado de um simples “eu”, repetidamente congratulatório, por um lado, ou por outro lado, um indivíduo pós-moderno fragmentado - e um narrador não confiável. O “eu” se torna uma heurística, um uno poderoso no jogo social científico de historicizar o conhecimento produzido. Nesse sentido, cabe destacar as problematizações de Sofia Favero (2020) nesse processo de produção de conhecimento situado na sua própria identidade. A autora nos traz que devemos nos atentar a falas consideradas puramente confessionais

Por isso, esse texto caminha junto às problematizações de Vergueiro (2015a; 2015b) e Jesus (2012; 2013; 2015; 2018) na tentativa de descolonizar a produção científica pautada pela cisnormatividade, que atravessou os processos de nomeação e fabricação de corpos e identidades

trans. Nesse sentido, esta pesquisa, mais do que um reflexo de processos universais e ahistóricos que perpassam corpos (HARAWAY, 2009) e identidades exóticas, busca trabalhar a própria condição de subalternidade dos sujeitos pesquisados no sentido de possibilitar espaços de construção coletiva de verdades que realmente contemplem suas vozes silenciadas historicamente (ADRIÃO, 2015; SPIVAK, 2010; FINE *et al.*, 2004, FINE, BURNS & PAYNE, 2007).

Nesse compasso, me proponho, primeiramente, a colocar-me como sujeito que pesquisa em um contexto social, político, histórico e cultural dinâmico, sujeito este diretamente afetado e atravessado por tais contingências. Apresentar a autoria do texto diz sobre localizar nosso lugar enquanto cientista que é atravessada por diferentes marcadores sociais que entram em jogo na pesquisa a todo momento. Mais do que anular tais marcadores em nossa história profissional e acadêmica, a ciência feminista aqui apresentada nos convida a problematizar nossa posição na relação estabelecida no nosso campo de pesquisa – nesse caso, pesquisa envolvendo seres humanos. Assim, é possível entender melhor as nuances de poder nessa relação marcada por posições de autoridade.

As posições que ocupei durante o andamento da tese foram de psicóloga, de pesquisadora e de mulher trans. A reflexividade permite-nos entender esses lugares contingenciais, que atravessam quem faz a ciência. O uso da reflexividade enquanto metodologia de pesquisa representa a subjetividade da pesquisadora colocada em jogo e como ela se vincula ao processo de fabricação dos dados de pesquisa (MEDICO & SANTIAGO-DELEFOSSE, 2014), considerando que, em ciências sociais, de acordo com Denzin & Lincoln (2000), não há o “em si”, apenas interpretações dos fenômenos pesquisados.

Primeiramente, a posição de profissional da psicologia me colocava em um lugar de escuta qualificada para o sofrimento de quem ali chegava. Esse lugar denota a marca da institucionalização do espaço em que os encontros aconteciam e o caráter de suposto sujeito do saber. Essa posição de privilégio – de pessoa colocada como detentora da verdade acerca da identidade do outro, autorizada pelos parâmetros exigidos pela ciência - atravessou a prática durante toda a duração da atuação, sendo materializada em pessoas que chegavam ao grupo buscando legitimidade profissional de suas identidades através de perguntas como: “Sou transexual/trans/travesti mesmo?” ou “Quem eu sou?”.

Além disso, me autoidentifico como mulher trans, que ficou conhecida no contexto municipal, muito devido às gradações acadêmicas galgadas e aos títulos por meio delas alcançados. Eu era a “mulher trans da universidade” e a “mulher trans psicóloga”, que



possibilitou uma aproximação de muitas pessoas por, em suas palavras, eu “entender o que estavam passando já que tínhamos algo em comum”. A transgeneridade possibilitou algumas aproximações, que devem ser levadas em consideração com o campo, principalmente quanto ao contrato ético não formal estabelecido. Considerar essa posição de sujeito que ocupo é essencial para o trabalho estabelecido, visto que é pouco comum, no município e no país, que pessoas trans ocupem a posição de profissional no cuidado de outras pessoas trans – realidade esta que vem se modificando gradualmente.

A posição de pesquisadora não ganhou tanta proeminência no campo, de modo que, muitas vezes, ficava recolhida junto à posição de psicóloga. Tal processo promoveu aproximações e distanciamentos no campo de pesquisa, de modo a possibilitar problematizar nosso lugar na pesquisa realizada. Acredito, assim, que localizar a autoria da tese quanto a marcadores sociais meus que se destacaram no campo não só traz representatividade para o processo científico com também oferece a quem lê uma maior contextualização dos processos de construção da tese.

Conforme apontou Adam Wiesner (2018) em seu ensaio sobre autoetnografia, ao se autorreconhecer como uma pessoa de identidade não-binária, sua perspectiva sofreu um deslocamento acerca de pessoas trans e processos diários frente aos diagnósticos perpetrados por psiquiatras e sexólogos acerca de si e a permissão (ou não) da terapia hormonal, algo que tornaram Adam “seu próprio sujeito de pesquisa”. Wiesner, resguardando as especificidades do contexto do Leste Europeu, problematiza como as fronteiras enquanto pessoa que pesquisa e é ativista LGBTQIA+ são borradas ao passo que inicia sua transição de gênero, refletindo como sua identidade de gênero não-binária muitas vezes ia de encontro aos critérios do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V (DSM-V) (2013) aplicados na época em sua assistência à saúde. Trabalho semelhante pode ser visto em contexto nacional, através das reflexões de Viviane Vergueiro (2012; 2015a; 2015b). A autora localiza sua própria experiência como forma de resistência a uma posição marcadamente cisnormativa da ciência, que a anulava enquanto sujeito não-cis. Suas provocações se apresentam no seguinte sentido:

Afinal, o texto acadêmico se dirige às pessoas trans, às travestis, às mulheres e homens trans e transexuais, ou se restringe a falar sobre elas, supondo (e produzindo) nossa inexistência na academia? E, se fala sobre elas, fala sobre elas para quem, e para quê? (VERGUEIRO, 2015a, p. 22)

Ela reivindica uma ciência não colonizada que busca questionar não só as metodologias de acesso a participantes e as relações estabelecidas no campo, mas também coloca em discussão os marcadores sociais do sujeito que produz a ciência – conhecimento legitimado como

verdadeiro e socialmente aceito para, inclusive, discutir políticas públicas em nosso país. Nesse percurso, a autora, em entrevista concedida a Ramirez (2014), busca analisar as questões de identidade de gênero a partir do momento em que se coloca enquanto mulher trans-feminista. Sua busca por um conhecimento decolonial questiona justamente o que pretendo realizar neste trabalho: problematizar não só o campo, mas as relações de quem pesquisa com quem é pesquisado/a, quais as perspectivas e olhares adotados na produção de um conhecimento cientificamente válido.

No que concerne à temática trans, entender como a minha própria experiência na fronteira com a cisgeneridade possibilita pensar novas práticas de pesquisa e ação, suas potencialidades e limitações. Longe de propor somente a concepção demasiado simplista de que somente pessoas trans podem falar sobre pessoas trans a nível acadêmico, busco problematizar como é possível produzir conhecimento e técnica para o trabalho psi com essa população que seja “transcentrado”. Utilizo essa palavra como forma de questionar as práticas cisnormativas que atravessaram (e, por muitas vezes, ainda atravessam) os cuidados em saúde no Brasil e no mundo, vistos sob a perspectiva de uma pessoa que trabalha com população trans e sobretudo vivencia essa identidade “na pele”, bem como, por vezes, é assistida nos mesmos espaços de saúde dessas pessoas.

A epistemologia qualitativa reconhece o envolvimento de quem pesquisa, não como uma posição intermediária, mas sim um autêntico instrumento de pesquisa (MEDICO & DELEFOSSE, 2014). Voltando a Vergueiro (2015a), sigo me indagando como minhas experiências podem ser implicadas no processo de reflexão da minha subjetividade, como a dela, de uma pesquisadora trans (e no meu caso, ainda me reconhecendo como psicóloga trans), como requisitos fundamentais para notas mais que etnográficas do trabalho, sob a leitura analítica de uma pessoa trans. Em um contexto que ainda marginaliza e exclui nossos corpos, identidades e experiências, produzir um conhecimento acerca da população trans executado por uma pessoa trans desestabiliza o modelo e o sistema<sup>9</sup> colonizador de ciência que impera na academia, possibilitando uma ampliação de olhares e significações. A perspectiva da etnografia, analiticamente realizada por alguém também do campo de pesquisa, possibilita que uma pesquisadora e psicóloga trans possa fazer resistência e guerrilha frente aos apagamentos institucionais, acadêmicos e profissionais em busca de verdades transcentradas.

---

<sup>9</sup> O uso da palavra sistema nessa tese se aproxima dos usos sugeridos por Viviane Vergueiro em sua dissertação (2015a) em outras produções (2015b). O jogo de palavras busca questionar não apenas o sistema em seu sentido mais estrito e conjuntural, mas a troca de uma letra possibilita entender como a cisnormatividade e a naturalização dos olhares cisgêneros atravessam nossas formas de construir o mundo e atuar nele.

Pensar as potencialidades e limitações dessa proposta se materializa também em um trabalho de autorreflexão, daquilo que foi executado durante quatro anos; considerando não apenas gênero, mas marcadores como classe, raça, sexualidade e geração, consoante com as reflexões de Jaqueline de Jesus (2013; 2015; 2018). Portanto, localizar-me enquanto mulher trans, mas também não-negra, binária e heterossexual, permite ressignificar a própria experiência de atuação e do fazer científico. A composição e execução do grupo não só transforma os sujeitos participantes, mas me transforma também: enquanto psicóloga, pesquisadora e mulher trans.

### 3 “A VIDA É MUITO MAIS QUE A IDENTIDADE”: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos (FOUCAULT, 1995, s.p.).

O corpo é o *locus* por excelência de inscrição discursiva de acontecimentos históricos que se processam no decorrer de uma existência singular, materialidade produzida por práticas sociais de identificação, diferenciação, compartilhamento e singularidade. No que concerne aos complexos processos de constituição dos sujeitos, as perspectivas de análise ofertadas pelos escritos de Michel Foucault permitem uma análise menos apaixonada perante conceitos que, historicamente, têm sido usados como pedras angulares e de sustentação conceitual de diversos campos de saber, dentre eles, a psicologia e, mais especificamente, a psicologia social. Um destes conceitos é a noção de identidade que, longe de ser tratada aqui como baluarte inexorável da formação subjetiva, passa a receber, nesta parte da tese, o escrutínio que merece enquanto dispositivo poderoso de governo de si e dos outros e alvo de investimento epistemológico das chamadas ciências psicológicas.

O conceito de identidade, e sua relação com a concepção de indivíduo, é um clássico dentro das produções intelectuais da modernidade. Discutido por ciências como Antropologia, Psicologia e Ciências Sociais, seus usos foram difundidos com bastante força durante o século XX. Segundo Foucault (2005), a concepção de indivíduo se configurou enquanto categoria de relevância para o contexto social e político após o advento do sistema capitalista e das ciências. Anteriormente, contudo, vimos uma “pré-história” do conceito, ao ser discutido no âmbito da Antropologia e da Filosofia (LOPES, 2002), digressões históricas essas que não realizaremos neste trabalho. Aqui, cabe destacar que o conceito de identidade esteve calcado em marcar diferenças individuais entre corpos e possibilitar seu surgimento enquanto ser dotado de consciência, em seu sentido mais amplo.

O significado de sujeito, tomado emprestado do filósofo francês (FOUCAULT, 1995, s.n.), “está ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autorreconhecimento”. Essa concepção de individualização dos corpos e fabricações de identidades foi marcada por uma fixidez, de modo que temos duas possibilidades de subjetivação: tonar-se sujeito sujeitoado ou sujeito de resistência (BUTLER, 2017). A sujeição consiste na subordinação da subjetivação (FOUCAULT, 1995), de modo que nesse projeto entende-se a

cisnorma como um mecanismo de subordinação<sup>10</sup> dos sujeitos que opera simultaneamente a normas raciais, de classe, sexuais, de geração (JESUS, 2018; VERGUEIRO, 2015a). Nessa seara, a forma de autonegação através do léxico “Eu” pode ser vista como uma provisória totalização do sujeito (BUTLER, 2003; BUTLER, 2004). Tal fixidez passou a ser fortemente criticada pelos estudos feministas pós-estruturalistas e, seguindo por essas críticas, é que me proponho a pensar reflexivamente acerca das relações entre identidade, sujeito e poder.

Como ponto de início nessa jornada acadêmica, parece pertinente destacar as problematizações de Michel Foucault (1995, s.n.) nesta seara conceitual, visto que, segundo o próprio autor, seu objetivo “foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”. O autor ainda faz problematizações sobre as formas de objetificar sujeitos através das ciências e seus impactos em suas fabricações enquanto sujeitos no mundo. De como “as coisas” em sua materialidade se tornam “objetos” capazes de serem captados pela nossa cognição (FOUCAULT, 2012), ou seja, fabricadas enquanto realidades ficcionais no contexto social, político, econômico e cultural. No Estado moderno, percebe-se um processo não de anulação dos indivíduos, mas de uma sofisticada estrutura atuante, em que a individualidade é constringida em uma nova forma e sujeitada a um conjunto de modelos específicos (FOUCAULT, 1995).

Em relação às pessoas não-cisgêneras, é sabido, e já existem discussões amplas sobre a temática na literatura (ARÁN, ZAHIDHAFT, & MURTA, 2008; ARÁN & MURTA, 2009; ARÁN, MURTA & LIONÇO, 2009; ALMEIDA, 2012; BENTO, 2010; BENTO & PELÚCIO, 2012; JONHSON, 2005; RODRIGUES, 2018; VASQUEZ, 2019; TEIXEIRA, 2012) acerca de como o processo de nomeação de corpos e identidades foi atravessado por dispositivos biomédicos, psiquiátricos e jurídicos poderosos que estabeleciam normas para um/a verdadeiro/a “transexual de verdade”, quem era o sujeito do “travestismo” e as questões de psicopatologização e invisibilização de experiências fora da inteligibilidade fabricada pela cisnorma. Vergueiro (2015a; 2014) aponta que essa colonização das identidades trans reflete estratégias de poder sobre quem pode não só dizer sobre o outro, mas de fato legitimar sua fabricação enquanto sujeito viável no mundo. Além disso, há uma crise epistêmica de saberes protagonizados por pessoas cis-binárias, algo que vem sendo questionado na atualidade como uma forma de impactar nas produções de conhecimento tuteladas e colonizadas (PAGLANINI, 2016; FAVERO, 2020; YORK, OLIVEIRA & BENEVIDES, 2020).

---

<sup>10</sup> Butler (2017) apresenta que “a subordinação do sujeito acontece pela linguagem como efeito de uma voz de autoridade que chama o indivíduo”, processo que inaugura o sujeito em sua submissão primária ao poder.

Recorrendo novamente a Michel Foucault (2012) evidencia-se como que, com as relações entre ciência, verdade, poder e sujeito, historicamente entrelaçadas, coube à Psicologia assumir uma posição de suposto saber frente às identidades de gênero não-cis de docilização dos corpos (FOUCAULT, 2005), conhecedora dos chamados “desvios sexuais e de gênero” para o estabelecimento de procedimentos que permitiram o manejo dos exercícios de poder sobre condutas e corpos, visando a manutenção de normativas de gênero (BENTO, 2006; BULTER, 2003; BUTLER, 2014).

Contudo a própria Psicologia, através de pressões dos movimentos sociais e das pesquisas mais próximas das perspectivas de quem vivencia de fato essas questões em seus corpos, passou por um processo de pensar seu lugar na sociedade e na atenção à população não-cisgênera, posição essa que trouxe avanços, mas em contrapartida necessita ser refletida frequentemente. Para entender melhor esse processo, pode-se destacar a resolução 01/2018 (CFP, 2018) acerca do trabalho junto a pessoas travestis, transexuais e trans, rumo à despatologização dessas identidades. Nesse documento, há uma nova produção discursiva da prática psi como efeito de resistência à produção histórica contingencial que produziu sujeitos trans enquanto pessoas anormais, que vivenciam processos distintos do que se esperava para os demais sujeitos. Em contrapartida à essa concepção, que na verdade produz um discurso de verdade, questiona-se a ideia de que apenas corpos e identidades cisgêneras são naturais e coerentes. Devemos, assim, entender que a produção e significação de elementos significantes apresenta efeitos de poder (FOUCAULT, 1995). E esse deslocamento de perspectiva a psicologia produz novos contextos, novos sujeitos e novas possibilidades de atuação/reflexão.

Dito isto, assumir uma identidade é relacionar-se a jogos discursivos de poder, inclusive, no sentido de reivindicar o “Eu sou” como aceitação ou como renúncia do complexo campo semântico de significação identitárias, não somente das aceitas socialmente, como também e, sobretudo, daquelas contraditórias e pretensamente incoerentes presentes no horizonte da existência humana, contemplando processos carregados de emoção e desafios que transcendem a velha máxima da identidade como determinação de si mesmo/a (BUTLER, 2004). Desse modo, entender como o lugar institucional da psicologia se posiciona frente a esses processos é uma forma de compreender a complexa rede histórica, cultural e política que atravessa o simples fato de alguém se assumir enquanto transexual, travesti, homem ou mulher trans, pessoa de identidade não binária. E, portanto, no âmbito desta pesquisa, realizou-se um caminho metodológico e epistemológico no sentido de ir além das críticas das concepções tradicionais, problematizando também os parâmetros ético-políticos e epistemológicos do campo de

saber e de atuação da psicologia, em relação à saúde mental das pessoas não-cis.

Neste amplo léxico que convencionamos chamar de feminismos, tratado aqui a partir dos campos teóricos feministas pós-estruturalistas e interseccionais, além de suas problematizações sobre experiências corporais e identidades, é importante reconhecer que, ao contrário do que algumas perspectivas argumentam de que as experiências trans simbolizam uma conformidade de gênero, esses processos são reflexos materiais de ruptura das normas de gênero (JONHSON, 2005) e de marginalização social em detrimento do rompimento com essas normas (RUBIN, 2003; JESUS, 2018). Pensar feminismos é primeiramente localizar suas diferentes concepções epistemológicas e as compreensões sobre as categorias “gênero” e “experiência”. Em uma tentativa de articular os estudos feministas pós-estruturalistas e a crítica do feminismo da diferença e do feminismo negro, da forma como mulheres brancas e heterossexuais se apropriaram do conceito de binário de “mulher” (COSTA, 2014; JESUS, 2013; JESUS, 2018, RICH, 2010), busca-se circunscrever as experiências de corpos fora da cisgeneraridade, da branquitude, dos padrões binários de masculino/feminino como efeito discursivo de suas experiências próprias corporais e em contato com a sociedade – em uma proposta de produção de um sujeito ao mesmo tempo sujeitado e de resistência à essa sujeição (BULTER, 2017).

É em diálogo com essas reflexões que as discussões foucaultianas aparecem como ferramentas analíticas potentes para se compreender a constituição dos sujeitos como processo atravessado por relações de saber-poder edificadas historicamente e produtivas de modos de subjetivação, configurados a partir de exercícios do biopoder em uma agonística dinâmica entre poder e resistência (PASSOS, 2013). Sendo o poder, nesta perspectiva, entendido em seus jogos de forças dispersas, variáveis e instáveis que configuram, em determinados momentos da história, as práticas e os discursos legítimos e ilegítimos, aceitáveis ou condenáveis. Ou seja, não há modos de subjetivação que escape ao poder, mas, onde há poder, há também resistência.

Desse modo, assumir uma identidade de “mulher” como sujeito do feminismo recai em armadilhas que o próprio campo político e epistemológico feminista pretende criticar (BUTLER, 2003; BUTLER, 2015), haja vista que este sujeito é uma categoria “produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca a emancipação” (BUTLER, 2003, p.21). É necessário entender como os sujeitos se colocam no mundo não com base em uma relação causal-consecutiva com a experiência, mas de modo que as experiências de classe, raça, gênero, orientação sexual e geração ocupem lugar central em seu processo psicossocial e político constitutivo.

Em consonância com as reflexões de Scott (1991; 1992), o próprio conceito de experiência deve ser pensado de modo a reconhecê-lo enquanto esse processo que possibilita a subjetivação e a colocação do sujeito no contexto social, cultural, histórico e político. Jonhson (2005) nos traz que a mudança do enfoque conceitual de “gênero” para a problematização do “transgênero” marca os deslocamentos teóricos dos últimos quarenta anos de estudos feministas a caminho de discussão acerca de corpos, padrões estabelecidos e possibilidades disruptivas em relação aos binarismos. Os estudos *queer* (BUTLER, 2000; BUTLER, 2003; BUTLER, 2015; PRECIADO, 2011; RUBIN, 2003), o feminismo da diferença (JESUS, 2018; LORDE, 2009; RICH, 2010) e, mais recentemente, o transfeminismo (JESUS, 2015; JESUS, 2018; VERGUEIRO, 2015A; VERGUEIRO, 2015b) questionam justamente o uso do termo gênero como dispositivo que universaliza experiências de mulheres e corpos, desconsiderando as especificidades e demais marcadores sociais do sujeito que atravessam a experiência de ser mulher no mundo.

Além disso, pensar no sujeito inserido em relações de gênero requer questionar o próprio essencialismo e binarismo que as identidades de homem e mulher carregam na modernidade. Entender o sujeito generificado e seu processo de subjetivação perpassa questões mais complexas de “ser mulher (binária) no mundo”. Mais que isso, como um binarismo de gênero produz historicamente identidades de homem e mulher no mundo, colocando-os enquanto antagonistas e as únicas possibilidades legítimas de se colocarem no mundo. Pensar sobre isso nos faz se deparar com uma normativa binária que enquadra a vida e a matéria em processos de subjetivação exclusivamente binários e, forjados como excludentes entre si, subordinando os processos constitutivos dos sujeitos às pasteurizações culturais, sociais e históricas de constituição do eu – sempre atravessado por normativas de gênero que atravessam esse “eu” que reivindicamos em nossa existência no mundo.

Nesse sentido, e reiterando o sentido interpretativo da pesquisa qualitativa sob a realidade (DENZIN & LINCOLN, 2000), há o deslocamento de perspectiva da experiência como um “em si” para considerá-la enquanto constituinte do sujeito e suas identidades possíveis. Vale ressaltar que a(s) identidade(s) é/são fabricada(s) pelo sujeito no sentido de trazer inteligibilidade e coerência para sua existência (BUTLER, 2017). Desse modo, questionando a fixidez das identidades e sua base ontológica, a perspectiva pós-estruturalista coloca o conceito de sujeito como constituído pelo poder que opera sobre a carne, produzindo um sujeito sujeitado e, em contrapartida, referenciado.

Nessa seara, vale destacar as problematizações de Foucault acerca de indivíduo e sujeito.



Quando dizemos que os mecanismos de objetivação e subjetivação produzem o indivíduo moderno, o afirmamos ancorados no pressuposto teórico do termo sujeito, que nessa perspectiva que trabalhamos (FOUCAULT 1995; 2012), pode servir para designar o indivíduo preso a uma identidade que ele reconhece enquanto sua. O indivíduo nada mais é que o nosso corpo, nossa materialidade constituída pela singularidade de nossos processos mais orgânicos, sendo que “o corpo é visto como a corte de julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar” (LOURO, 2008, p.7). Do contrário, o sujeito é sempre essa posição vazia que possibilita que o indivíduo ganhe corpo semântico, seja de fato produzido enquanto identidade inteligível nos jogos discursivos de legitimidade. A noção de “tornar-se sujeito” implica, portanto, em autorreconhecimento e constituição de identidade(s) e sentidos para sua existência – existência essa constrangida pelas posições possíveis de serem ocupadas de acordo com contingências sociais, históricas e políticas (FOUCAULT, 1995). É nesse sentido que a análise de Foucault não se inicia pelo sujeito, mas sim, na descrição e na reflexão dos processos de objetivação e subjetivação que antecedem à sua constituição. Fazendo então uma genealogia e arqueologia desses processos, Foucault (1996; 2012) explicita a identidade do indivíduo moderno, sendo, concomitantemente, objeto dócil-e-útil e sujeito. Indo mais além, destaco que há uma dualidade nesse processo: sujeito de sujeição e sujeito de resistência, em uma dupla construção – enquanto efeitos discursivos do poder (BUTLER, 2017).

Voltando-se para a produção das transidentidades, reconhece-se a cisnormatividade como elemento institucionalizado que atravessa as culturas e sociedades (JESUS, 2012; JESUS, 2018; VERGUEIRO, 2015), inclusive as práticas psi. O lugar institucional onde o médico adquire seu discurso, já demonstrava Foucault (2012), diz de sua origem legítima, produção de instrumentos de verificação e seus objetos específicos. E esse lugar é atravessado por sujeitos autorizados a dizer sobre o outro, (re)produzindo as normas binárias de gênero e mantendo seu lugar institucional de saber-poder. Essas estratégias médicas e psi são alimentadas e, de certo modo, produzidas pela cisnorma, racismo e o binarismo de gênero, no intuito de produzir “o/a verdadeiro/a transexual”. Desse modo:

O discurso, assim, concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo (FOUCAULT, 2012, p. 66).

Não há como discorrer sobre saber, produção de sujeitos e lugares institucionais sem entender os efeitos de poder desses atos discursivos que não representam os sujeitos, mas produzem de fato sua legitimidade nas nossas relações cotidianas. O sujeito é dividido em seu

interior em relação às suas relações com os outros, em um processo que o objetiva (FOUCAULT, 1995). Então, ao mesmo tempo que o sujeito é imerso em processos de significação, é colocado em relações de poder. E

o que caracteriza, por outro lado, o ‘poder’ que analisamos aqui, é que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos). (...) Se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre outros (FOUCAULT, 1995, s.n.).

Além disso, é necessário pensar em ações políticas e acadêmicas que contemplem as especificidades de sujeitos (trans) generificados entendendo gênero enquanto categoria analítica que atravessa simultaneamente os sujeitos junto a marcadores de classe, raça, religiosidade, orientação sexual (JESUS, 2018; VASQUEZ, 2019). Tais olhares possibilitam que nossas pesquisas e práticas contemporâneas desnaturalizem e desessencializem as posições identitárias tradicionais de transexual, travesti, homem ou mulher trans. Que identidade de gênero estamos falando e quais as outras se constituem enquanto processos formativos do corpo enquanto sujeito no mundo? Como a matéria, o corpo-organismo, se torna singular nesse processo de se subjetivar e singularizar por meio de múltiplos dispositivos organizadores sociais que constroem e encapsulam, mas ao mesmo tempo, possibilitam autorreconhecimento individual e político?

Pensar dessa maneira é um percurso sugerido na presente tese para compreender as complexidades desses processos e suas intersecções com as políticas públicas, haja vista que

esta vinculação mostra-se essencial para a compreensão dos modos em que se misturam o racismo, sexismo, o capitalismo, a xenofobia e o colonialismo, para produzir e sustentar os sistemas violentos de distribuição de oportunidades, baseados nos quais deixam-se para trás as pessoas trans\* [grafia da autora] mais vulneráveis (VASQUEZ, 2019, p. 40).

Entender a resistência frente à economia das relações de poder, proposta por Foucault (1995), é uma maneira de torná-las evidentes. Isto é, possibilita entender os jogos discursivos de produção dos gêneros, fundamentalmente aqueles que estão mais à margem, na resistência ao binarismo e cisnormatividade. Retomando os processos de subjetivação e objetivação, vale destacar a noção de produção de subjetividades em Butler (2017). A autora trabalha com uma perspectiva que bebe epistemologicamente nos escritos de Foucault (1995; 2005). Primeiramente, reconhecendo que os sujeitos estabelecem uma relação de dependência com o poder, preservando nele como forma de “ser quem é”. O sujeito é iniciado, sobremaneira, por uma submissão primária ao poder. Devemos trazer então a hipótese de que a cisnorma opera efeito discursivo de poder, materializado nos discursos científicos do séc XX, de produção do sujeito trans enquanto sujeito de sujeição em seu processo de transição de gênero. A retomada

do dispositivo da transexualidade atravessa todas as vivências não-cisgêneras no sentido de pasteurizar suas vivências e universalizá-las sob a égide de certas normativas dentro do próprio desvio: como, por exemplo, as necessidades de se odiar seus próprios corpos e performar a binaridade masculino/feminino hegemônicos como forma de reiterá-los na realidade social em que habitamos (PAGLANINI, 2016). Essa estratégia representa uma nova maneira de exercício de poder sobre os corpos e subjetividades trans, de enjaular suas narrativas no sentido de trazer uma pretensa coerência para as verdades produzidas pela ciência. Nesse sentido, a perspectiva desse projeto também abala outro grande pilar ocidental: o sujeito do conhecimento.

Desse modo, a proposta é negar um processo de racionalização universal e geral, bem como almejo entender as racionalidades específicas que emergem das relações de poder que produzem sujeitos viáveis no mundo. Mais que isso, esse projeto pretende fazer ressonância à proposta de Foucault (1995; 2012) e Butler (2015; 2017) de combater aquilo que vincula o indivíduo a si mesmo ao mesmo tempo que o submete aos demais. É uma luta contra a sujeição, as formas de subjetivação e a submissão. Nesse sentido, cabe destacar os tensionamentos epistêmico-políticos de resistência frente à cis hetero governamentalidade do transativismo, transfeminismo (PAGLANINI, 2016, JESUS, 2015), dos saberes pajubás (FAVERO, 2020) e travestis (YORK, OLIVEIRA & BENEVIDES, 2020).

Tendo esse eixo norteador de nossas reflexões, pretendo retomar o questionamento da feminista norte-americana (BUTLER, 2017) de: qual é a forma psíquica que o poder adota? – Propondo pensar uma teoria do poder próxima a uma teoria da psique. Uma hipótese sugerida por ela é a de que o poder gera um apego à sujeição, já que esta propicia também referencialidade, com efeitos psíquicos sobre os sujeitos. Desse modo, devemos focar nesse trabalho em uma forma específica de sujeição: a psíquica – de modo que, por ser psíquica, a norma não apenas reitera o poder social, mas imprime suas marcas simbólicas nas pessoas.

Neste sentido, estratégias micropolíticas de resistência e no que concerne à estética da existência e ao cuidado de si encontram nos processos de deslocamento às margens ou, dito de outro modo, na descentralização e na fluidez das identidades sociais, uma poderosa forma de (re)organização do reconhecimento individual, em contraponto ou em consonância às identidades tidas como pré-determinadas. Ou seja, sugere-se, a partir destas perspectivas teórico-conceituais o respaldo de uma ética de responsabilidade para consigo para com os outros, em vez de uma ética da violência sobre si e sobre os outros, ou mesmo de aniquilação daquele que lhes é diferente ou contraditório, que acaba por significar a aniquilação da diversidade (BUTLER, 2015).

Nesta linha argumentativa, a presente tese propõe que sejam refletidos os subsídios para processos de mediação no campo da saúde e da assistência a pessoas trans. Dentre essas estratégias, e seguindo pela localização subjetiva da minha própria experiência enquanto profissional, pesquisadora e mulher trans, sugere-se – sem romantismo ou alienação à crítica – que as intervenções em Psicologia Comunitária possam ser compreendidas nos seus aspectos políticos e epistemológicos que atravessam as subjetividades trans, de modo a fomentar o sujeito à resistência e à autonomia em seus processos de subjetivação.

#### **4 A PRODUÇÃO DE DADOS EM UMA PESQUISA AÇÃO-PARTICIPATIVA: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS**

Pensar a produção de dados nessa pesquisa me aproxima de Wiesner (2018), no sentido de que, não é tarefa fácil separar padrões metodológicos historicamente legitimados de modos analíticos de escrita, processos esses potencializados por nossas subjetividades em jogo. Ao rejeitarmos a subjetividade presente nos nossos modos de interpretar a realidade, materializados na nossa escrita, negligenciamos o potencial da reflexividade etnográfica de nossos trabalhos, um importante aspecto do processo de construção do conhecimento do conhecimento em ciências humanas.

Entendendo minha posição parcial e contingencial de pesquisadora, atravessada por marcadores de vulnerabilidade e privilégio, aposto nos meus dados etnográficos enquanto psicóloga do grupo de apoio como forma de, consoante com as problematizações de Vergueiro (2015), construir uma autoetnografia de uma psicóloga trans que se propõe a pensar além da cisnormatividade que atravessa o olhar científico. Constitui a defesa do potencial de múltiplas de vozes agenciadas e, em nosso contexto, silenciadas para a construção de problematizações críticas sobre diversidades dentro das posições identitárias de gênero que fogem das experiências cisgêneras. Ao contrário da postura ético-política da psicóloga que não se envolve, é colocar em jogo a posição de saber-poder da psicologia que encapsula e dociliza as identidades (FOUCAULT, 2005) e as multidões *queer* (PRECIADO, 2011) como ponto inicial de começar a construir o método científico. Por isso, notas autoetnográficas no sentido de romper com estratégias dominantes colonizadoras de gênero, são formas de se colocar e refletir acerca das práticas profissionais transcitradas.

Os apontamentos de meus diários de campo foram utilizados como forma de contextualizar os dados produzidos nos grupos - eles condensam as conversas informais e acolhimentos individuais realizados durante a vigência do projeto (e após ela, pois o vínculo não se encerrou como o término oficial do projeto de extensão). Nesse sentido, a autoetnografia condensa um modo autobiográfico de escrita e pesquisa, com múltiplos níveis de consciência, de modo a possibilitar uma conexão entre o pessoal e cultural, entre a identidade subjetiva e a identidade política assumida em campo. Trata-se de entender, como minha própria história enquanto pessoa dissidente da cisgeneridade se entrecruza com aspectos institucionais e relacionais que produzem posições de sujeito ambíguas: o lugar de poder de legitimar o corpo trans agora é ocupado por uma pessoa trans, que, por sua vez, também teve sua história de vida

marcada pelo diagnóstico de gênero em seu atendimento em saúde. A etnografia tradicional se torna autoetnografia a partir do momento em que uma pessoa nativa de uma subcultura marginalizada ou exotificada pelo padrão socialmente estipulado como referência escreve e interpreta sua própria cultura para essa mesma sociedade (ELLIS & BOCHNER, 2000), contudo rejeitando suas ferramentas e desestabilizando o jogo científico de dentro.

Se a pesquisa-ação participativa é encarada como um modo de possibilitar que vozes silenciadas possam de fato ser reconhecidas através da construção coletiva do conhecimento (ADRIÃO, 2015; FINE *et al.*, 2004; FINE, BURNS & PAYNE, 2007; PRYOR & VICKROY, 2019), trabalhar a proximidade com esses sujeitos perpassa minha própria localização subjetiva e como a reflexividade opera de modo complexo nessa relação psicóloga-assistidos/as. Entender quem eu era nesse processo e como trabalhar minhas múltiplas possibilidades de identificação presentes no campo possibilita a romper com o lugar de poder dado tradicionalmente pela psicologia e caminhar no sentido de trabalhar coletivamente com as demandas do grupo, proposta também realizada por Pryor e Vickroy (2019) na tentativa de pensar a saúde da população trans, travesti e transexual. A proposta dessa tese procurou fugir de modelos positivistas de produção de conhecimento, com base na crise da representação e da virada linguística. Desse modo, reconhece-se as posições subjetivas e afetivas experienciadas pela pesquisadora na escrita, problematizadas à luz da reflexividade. Assim:

*A text that functions as an agent of self-discovery of self-creation, for the author as well as for those who read and engage the text, is only threatening under a narrow definition of social inquiry, one that eschews a social science with a moral center and a heart. Why should caring and empathy be secondary to controlling and knowing? (ELLIS & BOCHNER, 2000, p. 746).*

Em trabalho anterior (PERUCCHI, BRANDÃO, MATOZZO, ZAMPIER & CARVALHO, 2018), apontamos como o foco na linguagem se mostra uma ferramenta essencial para compreender as complexidades das populações estudadas e na construção de conhecimentos menos normativos e atravessados apenas pelo olhar da ciência hegemônica. Esse trabalho de coleta de narrativas contra hegemônicas, produzidas na interação cotidiana, é uma forma de operacionalizar o conhecimento decolonial almejado aqui. É reconhecer a autonomia dos sujeitos e populações à margem de fabricar suas próprias histórias e conhecimentos sobre si. Mais ainda quando a pesquisadora tem marcadores semelhantes (e outros diferentes) das pessoas participantes. Imergir a campo com esses pressupostos é o primeiro passo para entender a constituição do grupo e suas contingências de ampliação, discussões e finalização.

Localizando a formação do grupo de apoio e militância autodenominado pelos/as

participantes como VisiTrans<sup>11</sup>, este foi possível através de um projeto de extensão universitária com interface em pesquisa, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Vale destacar que o projeto foi coordenado por uma docente em psicologia que se autorreconhece enquanto mulher cisgênera, branca e lésbica. O restante da equipe também era composto por pessoas cisgêneras, sendo eu a única pessoa trans presente, e sendo a equipe composta majoritariamente por pessoas cis, brancas e heterossexuais, com poucas pessoas se autorreconhecendo como bissexuais ou lésbicas. Esses eram os meus “pares” para as trocas acerca da construção de metodologias de intervenção junto à população.

Após uma pesquisa anterior acerca dos corpos travestis e transexuais no município, pensamos que essas histórias tinham muita potência para iniciar as discussões localmente. Contudo, reconhecendo nossa posição parcial e a necessidade de construção coletiva que levasse em consideração essas vozes invisibilizadas em seus contextos, levar essas questões a partir somente da universidade poderia ser uma forma de reiterar propostas colonizadoras. Desse modo, optou-se por uma metodologia que pudesse, ao mesmo tempo, produzir conhecimento e ações junto com as pessoas diretamente afetadas (CAMPOS, 2000; FINE *et al.*, 2004). Dentro das metodologias em psicologia comunitária, optou-se pela pesquisa-ação participativa como locus privilegiado de construção coletiva de ações para o trabalho com populações historicamente marginalizadas (ADRIÃO, 2015; FINE *et al.*, 2004; SILVA, 2015). Pryor e Vickoy (2018) desenvolveram um trabalho semelhante em contexto norte-americano, ressaltando como a estratégia metodológica permite pensar em uma produção de conhecimento e políticas protagonizadas pela população que é alvo dessas ações.

Sob essa estratégia metodológica, foram convidadas pessoas trans, travestis e transexuais participantes de pesquisas anteriores para pensar em um grupo de troca de experiências, em um primeiro momento, e que protagonizasse as narrativas construídas acerca de si como efeito dessas trocas. Tal metodologia enfatiza a construção coletiva da demanda a ser trabalhada de acordo com os/as pessoas participantes dos encontros.

Dois pontos foram importantes a ser destacados como cuidados para a operacionalização do grupo. O primeiro deles é relativo ao espaço físico. Apesar dos encontros serem realizados no Centro de Psicologia Aplicada (CPA/UFJF), tomamos os devidos cuidados para criar um

---

<sup>11</sup> Em um dos encontros, houve uma discussão sobre o possível nome do grupo que estava se formando. O nome escolhido pelos/as grupo foi VisiTtrans, representando a condensação das palavras “Visibilidade Trans”. No decorrer desse trabalho, pretendo analisar esse nome como acontecimento discursivo que produz a realidade dos encontros, sua função e possibilidade de existência enquanto dispositivo de visibilidade da população nãp-cisgênera no município.

ambiente informal, que não reiterasse as tão características posições de autoridade da psicologia. A sala era ampla, com almofadas no chão, tapete e algumas cadeiras. Quando as pessoas chegaram, optaram por se sentar ao chão, em roda, proposta que possibilitava deslocar suas experiências psicopatologizantes com a psicologia para uma atuação mais próxima, que buscava de fato ouvir. Contudo, com a grande procura das pessoas, houve a necessidade de alteração do espaço para uma sala maior no CPA, composta por sofás e uma grande janela, em um estilo “sala de estar”. Nossa preocupação em buscar a informalidade do espaço se justifica como modo de tornar a chegada das pessoas mais acolhedoras para tratarem de temas muitos pessoais para si. Fortalecendo, deste modo, estratégias pouco validadas no âmbito da psicologia tradicionalmente exercida nestes espaços institucionais, enfatizando a pertinência do manejo de uma clínica psicológica inclusiva, voltada para a autonomia das pessoas e para o fortalecimento das resistências às normativas de gênero e aos modos micropolíticos do poder, subvertendo a própria dinâmica da psicologia em um sistema educacional universitário que frequentemente deslegitima cotidianamente corpos tidos como abjetos ou desviantes.

O outro ponto diz respeito à linguagem: não buscávamos termos técnicos e concepções pré-concebidas. Sobremaneira, acreditamos na potência de investir na linguagem, nas falas silenciadas cotidianamente e nas articulações para minimizar os impactos de desigualdades produzidos por questões sociais históricas e políticas de nosso microcontexto. Essas ações são importantes na promoção da autonomia<sup>12</sup> e da ação dos sujeitos nas estratégias de transformação social (PERUCCHI, BRANDÃO, MATOZZO, ZAMPIER & CARVALHO, 2018).

Uma ferramenta metodológica selecionada foi a já bastante conhecida modalidade de intervenção grupal em forma de rodas de conversa (SAMPAIO, SANTOS, AGOSTINI & SALVADOR, 2014). Essa estratégia se mostrou essencial para os objetivos dessa pesquisa pois permitiu ouvir atentamente as pessoas participantes, suas narrativas de si e os atravessamentos que as colocavam em uma posição de sujeito subalterno nos acontecimentos do dia-a-dia. As rodas de conversa realizadas no grupo aproximaram o tom de diálogo às conversas do cotidiano, possibilitando que a distância entre pesquisadora/psicóloga e pessoas participantes diminuísse, de modo que o vínculo fosse fortalecido nessa interação. As conversas abertas desenvolvidas ao longo dos quatro anos de trabalho foram focadas nas experiências de vida das pessoas trans e a troca de informações (BATISTA, BERNARDES & MENEGON, 2014), possibilitando que compreendêssemos o que de fato os sujeitos que participavam do grupo necessitavam em seu

---

<sup>12</sup> A autonomia, nessa tese, é vista como a ação deliberativa de sujeitos e comunidades sobre pontos questões que lhe concernem nos âmbitos político, econômico, cultural, psicológico, entre outros (BENEVIDES, 2005).



cotidiano de vida, abrindo espaço para que protagonizassem a elaboração da demanda a ser trabalhada coletivamente em cada reunião grupal.

Tendo em vista esses cuidados na operacionalização de metodologias de ação/pesquisa com comunidades, realizamos os encontros. A proposta foi de que as pessoas decidissem as pautas a serem discutidas. Sempre quando um grupo iniciava, eu, enquanto psicóloga facilitadora, perguntava se alguém tinha alguma novidade ou gostaria de fazer algum informe. Esse ponto de início possibilitava que as pessoas trouxessem abertamente suas experiências e processos com seus corpos e identidades de gênero. Procurei intervir o menos possível, levantando alguns questionamentos quando percebia a cisnorma operando nos discursos ou quando ocorria de uma mesma pessoa dominar a conversa em monólogo ou ocupando o lugar de fala por muito tempo, na tentativa de fazer o diálogo circular entre o máximo de pessoas possível que quisessem tomar a palavra ou intervir em algum assunto tocado pelo grupo.

Com o passar do tempo, vimos a necessidade de haver encontros individuais separados para a realização de encaminhamentos específicos e se aprofundar em cada história, até em uma tentativa de que o grupo não focasse nas individualidades, restritas aos acolhimentos, mas que as discussões coletivas fossem prioridade. Desse modo, as notas e ponderações dos acolhimentos serão utilizados para fins de análise nesta tese, apenas quando possibilitarem contextualização dos sujeitos em processos grupais, mas não como uma forma de se aprofundar em suas histórias de vida, que não é efetivamente o intuito dessa pesquisa, tampouco da análise aqui perpetrada.

Sempre ao iniciar o grupo, eu avisava às pessoas que todo o trabalho desenvolvido compunha uma atividade de extensão com interface em pesquisa, da universidade e que mediante aprovação<sup>13</sup> prévia do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos estava prevista e autorizada a gravação dos encontros em filmagens de vídeo para fins de pesquisa, resguardados todas as garantias de sigilo das informações e anonimato de todas as pessoas participantes, bem como, os demais elementos apresentados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado a cada participante individualmente. Era lhes explicado também que, por meio deste trabalho grupal desenvolvido no espaço da Clínica Escola era ofertado a todos que ali circularam um canal para encaminhamento, via serviço de psicologia da UFJF, para atendimento de outras demandas e também de um maior conhecimento sobre outros trabalhos da psicologia desenvolvidos nesse espaço da universidade.

---

<sup>13</sup> Inscrito e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob o CAEE 39182120.5.0000.5147.

Tendo em vista essa perspectiva de construção dos critérios e objetivos do grupo junto com a comunidade, as pessoas participantes deliberaram por uma proposta de encontros abertos, sem limites de participantes e que não restringisse a participação somente às pessoas que rompessem com a cisgeneridade. Apesar disso, não houve problema em que as pessoas cisgêneras entendessem que o protagonismo seria das discussões de pessoas que se autorreconheciam como trans, travesti, transexual, de identidade não-binária ou estavam em processo de transição de gênero.

Vale ressaltar que todas as atividades foram gravadas e transcritas. Alguns grupos foram transcritos integralmente. Posteriormente, por questões de tempo e grande volume de material, as transcrições foram realizadas de modo seletivo, de acordo com os tópicos concernentes à identidade de gênero, saúde, e experiências com o corpo. A ótica trabalhada aqui em relação aos dados não é voltada para a “coleta de dados”, mas sim para a produção de material empírico de pesquisa qualitativa e, neste sentido, denominamos de produção de dados, o material que emerge de nossas interações com o campo e seus sujeitos, de modo que nos envolvemos com o grupo com o qual atuamos, possibilitamos que suas demandas fossem acolhidas em espaços que privilegiavam suas vozes em um processo de restauração da integridade de suas subjetividades marcadas pela violência, pela transfobia e cisnormatividade (PERUCCHI, BRANDÃO & SILVA, 2015; PERUCCHI, BRANDÃO, MATOZZO, ZAMPIER & CARVALHO, 2018).

Como forma de análise do material, selecionamos a análise do discurso na perspectiva de Michel Foucault (2012, 1996), que permitiu apreender as dimensões de poder que atravessam as produções de identidades dos corpos convencionados com desviantes, localizando as verdades contingenciais que produzem suas posições de sujeito no contexto social e político e nos modos de subjetivação dos sujeitos participantes dos encontros ao longo dos anos em que o grupo aconteceu no espaço do Centro de Psicologia Aplicada, o CPA, da Universidade Federal de Juiz de Fora, a UFJF. Considerando que, se as relações de poder estão em todos os lugares, e elas efetivamente estão, a resistência é também a possibilidade de criarmos espaços de circulação, de ocupação e de agenciamentos para possibilidades de transformação social por parte daqueles e daquelas que, tradicionalmente, são impedidos de ali estarem enquanto agentes autônomos de suas próprias histórias.

## **5 VULNERABILIDADE, SAÚDE COMUNITÁRIA E INTERSECCIONALIDADE: IMPLICAÇÕES PARA A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA.**

A psicologia enquanto ciência se configura com mais clareza nos fins do século XIX, sendo fortemente consolidada como disciplina autônoma durante o século XX. Muitas correntes surgiram para explicar os fenômenos relacionados ao ser humano, especialmente aqueles relacionados com o desenvolvimento humano e com os chamados processos psicológicos básicos, tais como memória, atenção, sensações, emoções, cognições e volições. As suas variações dentro do padrão estipulado para normalidade pela comunidade científica foram marcadas por nomear as psicopatologias (CANGUILHEM, 2009) – ramo do qual a psicologia ainda é conhecida nas suas pesquisas e atuações. Contudo, após as discussões sobre saúde durante o pós-guerra e a ampliação desse conceito, temos a inclusão da psicologia como uma das disciplinas responsáveis por dizer e atuar sobre a saúde mental das pessoas (MURRAY, 2014). A Conferência Internacional sobre a atenção primária à saúde, realizada em Alma-Ata, realizada em 1978, marca a ampliação desse conceito (MENDES, 2004). Saúde doravante não seria conceituada apenas como ausência de doenças, mas também como a promoção de ambientes e comportamentos considerados saudáveis, bem como seria um direito de todos. Além disso, outras discussões internacionais, como a Carta de Ottawa elaborada na Conferência do Canadá, de 1986, e a Conferência Internacional de Promoção de Saúde, realizada na Suécia em 1991, colocam em destaque a prevenção e promoção de saúde (MENDES, 2004). As propostas convencionadas durante a segunda metade do século passado propõem que o foco deixe progressivamente de ser as psicopatologias e se torne mais voltado para a prevenção e promoção de comportamentos e ambientes saudáveis (MURRAY, 2014).

Desse modo, surgem alguns ramos da psicologia que vão se consolidando: psicologia social (SCHNITTKER & MCLEOD, 2005), psicologia comunitária (SAFORCADA & ALVES, 2015), psicologia da saúde (MURRAY, 2014). A Psicologia social, por exemplo, tem trazido importantes contribuições para os estudos em saúde. Apesar de considerar que grupos em situação de desvantagem apresentam menores índices em saúde, após 1990, cresceram pesquisas que pudessem lidar com a persistência de disparidades socioeconômicas e raciais apresentadas (SCHNITTKER & MCLEOD, 2005). Além disso, há aproximações com questões de gênero, problematizando os usos do conceito e suas implicações para os conhecimentos em psicologia (NOGUEIRA, 2001).

Assim, é importante localizar o seu processo histórico e político de surgimento, de modo a compreender não só a psicologia e suas subáreas (MURRAY, 2014), mas também as demais ciências, como jogos sociais de fabricação de verdades (HARAWAY, 1995; NOGUEIRA, 2001). Pensar no surgimento de sistemas de pensamento sistematizados para explicar fenômenos implica no surgimento de posições de autoridade sobre quem está autorizado a falar sobre o outro, consoante com a problematização de Foucault (2005) acerca dos lugares de poder-saber. O autor francês destaca que a psicologia concebe em seu cerne a vontade de saber, de modo a operar, através da lógica confessional, formas disciplinares sobre os corpos para a manutenção das relações de poder.

Gradativamente, vê-se também movimentos dentro da própria psicologia questionando seu caráter individualizante (FERREIRA-NETO & HENRIQUES, 2016), a serviço do sistema econômico capitalista (NEPOMUCENO & XIMENES, 2015; SAFORCADA & ALVES, 2015), das normas de gênero (NOGUEIRA, 2001) e da colonização de etnias e raças (MURRAY, 2014; SCHNITTKER & MCLEOD, 2005). Nesse sentido, vale destacar que a proposta de ciência voltada para as necessidades de populações à margem, de modo que: “a virada pós-colonial surge como resposta ao vácuo causado pelo capitalismo global, pela proliferação de novas tendências e instabilidades (políticas, sociais, econômicas e ideológicas) e pela complexificação das relações e assimetrias de poder” (COSTA, 2014, p. 47).

Além disso, houve não apenas um processo de crescimento científico, mas também a sua regulamentação enquanto profissão, tanto no mundo quanto no Brasil. Questionamentos acerca da natureza da psicologia e seu papel na sociedade levaram pesquisadoras e pesquisadores a desenvolver o caráter aplicado de seus conhecimentos (MURRAY, 2014). Em terras tupiniquins, o processo de regulamentação da profissão e consolidação do Conselho profissional datam da década de 1960. O primeiro curso de psicologia no Brasil foi organizado no Rio de Janeiro, em 1952, sendo que, apenas após a regulamentação pelo Conselho Federal de Psicologia (CRP) em 1962, é que se aumentaram as propostas de cursos na área. Três áreas principais eram o foco: clínica, como forte orientação psicanalítica, organizacional e educacional (FERREIRA-NETO & HENRIQUES, 2016). Durante esse período, o país atravessava um momento político em que os direitos civis, sociais e políticos eram restringidos pela ditadura militar (BOCK & GIANFALDONI, 2010; FERREIRA-NETO & HENRIQUES, 2016). Tais contingências sociais e históricas atravessaram o fazer da psicologia e geraram questionamentos acerca do envolvimento político e engajamento social da psicologia para

com a população brasileira, questionamentos esses também presentes na Europa acerca do tradicional foco da psicologia no indivíduo e na negligência quanto às relações sociais (MURRAY, 2014).

Em sua recente história, a psicologia se mostra fragmentada do ponto de vista teórico. Dentro de toda amplitude enquanto ciência e prática, optou-se por realizar um ensaio teórico que, tendo como pano de fundo as relações de poder que a psicologia estabelece com os sujeitos ao longo da história, discutisse alguns conceitos corriqueiros dentro das subáreas relacionadas com as relações dos sujeitos e seu contexto no âmbito da saúde. Haja vista as aproximações da psicologia com o marxismo (NEPOMUCENO & XIMENES, 2015; SAFORCADA & ALVES, 2015; MURRAY, 2012) e com o feminismo (NOGUEIRA, 2001; MURRAY, 2014), algumas subáreas procuraram problematizar seu papel junto à sociedade.

Dentre essas áreas, definiu-se a psicologia comunitária, em intersecção com algumas discussões provenientes da psicologia social e da psicologia da saúde, como foco por articular esses elementos de questionamento dos padrões tradicionais da psicologia (FINE *et al.*, 2004; FINE *et al.*, 2007) e ser uma estratégia tanto de pesquisa quanto de prática para a prevenção e promoção de saúde (SAFORCADA & ALVES, 2015; FERREIRA-NETO & HENRIQUES, 2016). A psicologia comunitária surge com o propósito de repensar as relações da psicologia com a comunidade, de modo a possibilitar encontros em que o protagonismo e autonomia dos sujeitos e comunidades sejam o foco (ADRIÃO, 2015; CARVALHO, 2015; FINE *et al.*, 2004; Fine *et al.*, 2007; SAFORCADA & ALVES, 2015). A proposta de pesquisa, vinculada à ação, se materializa sob alguns desses pilares teóricos, que enquanto denominador em comum, carregam consigo o fato de trabalharem com populações à margem da sociedade e terem como objetivo a promoção da saúde comunitária e da autonomia dos sujeitos.

Assim, os conceitos de vulnerabilidade e saúde comunitária são frequentes dentro desse campo, contudo seus usos mostram-se implícitos e, por vezes, pouco definidos. O que de fato pode-se considerar em psicologia comunitária como vulnerabilidade? E qual o real sentido da saúde comunitária? Acredito que tais reflexões apresentam essenciais implicações para a prática da/o psicóloga/o social comunitária. Com base nisso, proponho pensar também o conceito de interseccionalidade, proveniente do campo do feminismo, como importante articulador de tais conceitos dentro da psicologia comunitária.

## 5.1 VULNERABILIDADE: UMA FORMA DE PENSAR SUJEITOS À MARGEM

Pensar as relações que os sujeitos estabelecem com seus contextos, inclusive sistemas de saúde, permite refletir acerca de como a prevenção e a promoção podem se materializar no cotidiano. Abordagens que relacionam o contexto à saúde de sujeitos e comunidades são comuns, muitas vezes levando em consideração as condições ambientais físicas e climáticas (OISHI, 2014), as políticas de saúde (CARVALHO, 2015; SAFORCADA & ALVES, 2015), o trabalho dos profissionais envolvidos (GIBBONS, 2008) e o acesso a sistemas de saúde (TRAVASSOS & CASTRO, 2009). Cada vez mais, direciona-se para as disparidades em saúde como um importante elemento associado à (falta de) saúde (SCHNITTKER & McLEOD, 2005).

Duas abordagens nos estudos em psicologia social emergem como recorrentes na revisão de literatura feita por Schnittker e McLeod (2005). A primeira abordagem, bastante comum nos estudos dentro do campo psi, é a que estabelece a forma como as pessoas internalizam os processos sociais e como tais mecanismos afetam a saúde física e mental dos sujeitos. A outra abordagem foca nos fatores psicossociais que atravessam as disparidades em saúde, tais como estresse, *coping* e comportamentos saudáveis. Contudo, esses autores apresentam em sua revisão de literatura uma crítica à falta de estudos que contemplem o papel das estruturas e dos contextos sociais mais amplos e complexos na fabricação de tais desigualdades e problemáticas individuais. Pensar, portanto, nessas disparidades enquanto vulnerabilidades é um caminho alternativo que se pode seguir para compreender melhor a produção social, histórica, política e subjetiva da saúde – ou a ausência dela.

Retomando discussões que atravessam quatro décadas de trabalhos em saúde, por exemplo, dentro dos estudos e das pesquisas sobre o HIV e a aids, para além das condições biológicas de desenvolvimento da síndrome e a mudança de “estratégias de cura” para “estratégias de convívio” com o vírus, a construção social e subjetiva da experiência de ter/contrair/viver com HIV permitiu um importante dispositivo de produção dos sujeitos, algo incontornável que atravessa a saúde sexual – o prazer, entendido em arranjos de cenários variados, nos quais as pessoas significam suas experiências para além do fisiológico e do convencional racional (PAIVA, 2008). Neste sentido, um conceito importante para políticas públicas no país, especialmente no campo da saúde (CAMILLO, DOS SANTOS, FILGUEIRAS & AMARAL, 2015), que possibilitou uma nova estratégia no campo da saúde pública, foi o conceito de vulnerabilidade (AYRES, 2002; AYRES, FRANÇA-JÚNIOR,

CALAZANS & SALETTI-FILHO, 2003), porém, ainda bastante restrito e limitado ao âmbito da Epidemiologia e da Saúde Coletiva (SEVALHO, 2018). Vulnerabilidade, do ponto de vista etiológico, é concebida referente a dano físico, emocional ou social – condição que denota a nossa humanidade (SEVALHO, 2018) ou também como uma forma de injúria (PETHERBRIDGE, 2017).

Todavia, enquanto conceito proposto por Ayres e colaboradores, permite compreender aspectos individuais, sociais e programáticos em que as pessoas se colocam, ao mesmo tempo que são colocadas, em posições mais vulneráveis. Buscando transpor a simples concepção de letramento em saúde (GIBBONS, 2008), em que discurso técnico-médico se sobrepõe hierarquicamente acima das concepções dos sujeitos e das comunidades, a vulnerabilidade permite entender que não é uma simples questão de tradução da linguagem técnica, mas o entendimento das situações em que as pessoas vivenciam e como constroem cenários para suas sexualidades – não vivenciadas apenas através de práticas e identidades sexuais (NARDI, 2013), mas atravessadas por marcadores de classe, raça, gênero, território e geração (NOGUEIRA, 2001; PETHERBRIDGE, 2017).

Constata-se, de fato, como o caráter individual ainda se encontra presente, mas, no entanto, aparece contextualizado com as formas de produção dos corpos no mundo e nas diferentes maneiras de se lançar corporalmente nas relações, de múltiplas e variadas formas. As condições sociais, no entanto, atravessam esses usos, lhes constituem, trazendo contingências específicas que não se restringem apenas ao fenômeno da aids. Além disso, a dimensão programática destaca o caráter político que a saúde assume na contemporaneidade, desde o acesso e permanência a serviços em saúde até a determinação de quais as políticas públicas investir (e visibilizar) e quais não.

Camillo e colaboradoras (2015) destacam as possibilidades de manejo da vulnerabilidade enquanto conceito, de modo a entendê-la vinculada a certos grupos atravessados por diferentes vetores que materializam marginalização, precarização das condições de vida e não acesso a serviços. Desse modo, um aspecto individual da vulnerabilidade, que naturaliza uma fragilidade enquanto essência do ser humano, contrasta com uma concepção de vulnerabilidade social, com condições sociais mutáveis (SEVALHO, 2018). Indo além, atravessadas pela dimensão política de suas articulações através da vulnerabilidade programática.

Contudo, uma pesquisa (NICHIATA *et al.*, 2008) aponta que a vulnerabilidade é individualizada na área da saúde por profissionais da enfermagem, utilizada como sinônimo

de risco. Há frágeis abordagens conceituais da compreensão da produção da vulnerabilidade, entendida apenas como falta de suporte social. Essa concepção se repete em algumas produções dentro da psicologia (SCHNITTKER & McLEOD, 2005), ao se destacarem questões relacionadas a um contexto social homogêneo, muitas vezes negligenciando questões como classe, raça, gênero e sexualidade enquanto constructos políticos (MURRAY, 2014). Schnittker e McLeod (2005) apontam que, na psicologia social, há um questionamento de perspectivas internalizantes, buscando não reduzir as vulnerabilidades a questões estáticas de definição através do conceito de fatores de risco. Cornejo (2011), por sua vez, destaca a necessidade de se problematizar a própria experiência de vulnerabilidade, possibilitando que sua historicidade permita ressignificação, reparação e subversão dessa condição.

No âmbito dessa pesquisa, trabalhou-se mais aproximadamente das perspectivas teórico-conceituais de Judith Butler (2017), cujas problematizações emergem como importante ferramenta teórica para circunscrever a vulnerabilidade. Segundo essa autora, um efeito do poder se materializa nos processos de sujeição e resistência dos corpos ao se tornarem sujeitos. A sujeição se torna processo essencial na constituição do sujeito, fortemente vinculado à violência designada aos corpos que não importam.

Contudo, os efeitos discursivos do poder sobre a matéria vão de encontro aos processos de humanização e desumanização, de precariedade de vidas possíveis de serem vividas. A vulnerabilidade, na perspectiva trabalhada por Judith Butler, é ampliada de uma concepção liberal de sujeito individualista para uma vulnerabilidade baseada na interdependência, dependente dos outros. Da própria vulnerabilidade do sujeito emerge uma ambiguidade: se, por um lado, gera uma reação empática ao outro, por outro, porém, pode gerar uma reação de aniquilação que diz da vulnerabilidade comum a todos. Pensar vulnerabilidade então, consiste em pensar sobre as relações desse conceito com o reconhecimento e as relações com a imagem. Segundo Butler (2011), nem sempre o reconhecimento é um processo positivo, de autoafirmação. Por vezes, o processo pode ocorrer através do trabalho negativo, em que reconhecimento implica uma forma de negação de determinadas identidades, construídas como contraponto ao seu próprio reconhecimento.

Danielle Petherbrigde (2017), contudo, aponta com base em estudos feministas contemporâneos, que há uma ambiguidade inerente no conceito de vulnerabilidade que não exclui a violência nem presume uma resposta ética, de modo que deve-se teorizar, em termos normativos, as inter-relações entre reconhecimento e vulnerabilidade. Dito isso, o vínculo direto da violência com a vulnerabilidade poder intensificar relações paternalistas.



Pensar vulnerabilidade em termos normativos em sua interdependência com o reconhecimento e processos de (des)humanização é um modo de tornar o conceito mais crítico em seus usos para pesquisas e práticas sociais. Uma questão a se levantar é justamente como a vulnerabilidade é atravessada por outros modos de opressão. Como aponta Vasquez:

O desafio do olhar interseccional do sujeito em situação de vulnerabilidade e da política pública a ele direcionada emerge, portanto, convocando à problematização dos modos como a vulnerabilidade é desigualmente distribuída ao longo de diferentes emaranhados eixos de significação, autorrepresentação ou ação política (VASQUEZ, 2019, p. 40).

Pensar as outras formas de opressão que operam sobre os sujeitos e os modos como questões estruturantes como racismo, machismo, sexismo e LGBTIfobia se interrelacionam na produção das inequidades em saúde das comunidades assistidas são reflexões que possibilitam uma prática mais voltada para a realidade social de nosso país. Trabalhar “um aspecto da vulnerabilidade de cada vez” não se mostra condizente com as propostas interseccionais aplicadas no contexto nacional, discutidas por Jesus (2018) e Vergueiro (2015a). As autoras problematizam como essas concepções se tornam reducionistas em termos de ações sociais e políticas efetivas – impactos diretos da psicologia comunitária para a população brasileira. Desse modo, a vulnerabilidade é um importante conceito que tem potencial no trabalho em psicologia comunitária, mas deve ser encarado em suas relações com o poder de modo a não cristalizar posições e possibilitar de fato a produção de sujeitos em resistência.

## 5.2 SAÚDE COMUNITÁRIA: AFINAL, DE QUE COMUNIDADE ESTÁ SE FALANDO?

As relações entre psicologia e saúde se ampliaram de uma mera concepção de compreender processos psicopatológicos para repensar o lugar da psicologia enquanto disciplina que pode contribuir para a prevenção e promoção de saúde, além de criticar o individualismo presente nas suas práticas (MURRAY, 2014). A psicologia da saúde surge com subárea recente, na década de 1960, com foco nos processos de saúde. No Brasil, como o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS) durante o período de redemocratização, as(os) psicólogas(os) brasileiras(os) começaram a repensar suas relações com as práticas em saúde (FERREIRA-NETO & HENRIQUES, 2016). Contudo, há a necessidade de se pensar sua especificidade e suas relações com a área da saúde. Há, nesse sentido, o questionamento de quais áreas compõe o domínio sobre as discussões nesse campo. Historicamente, o paradigma biomédico foi o principal responsável pelo desenvolvimento de ações e políticas de saúde no

mundo (CARVALHO, 2015; SAFORCADA & ALVES, 2015).

Inclusive, a produção do normal e do patológico foi atravessada por uma grande variedade de estudos fisiológicos que, mais do que a fabricação de parâmetros fisiológicos normais do ponto de vista estatístico, fabricou também estilos de vida vitais. Esses estilos de vida são modos de funcionar sociais que mais apareceriam estatisticamente, mas foram associados semanticamente a um modo de funcionamento corporal e social considerado normal. Todos os seus desvios, até então sendo características estatísticas dos dados, tornam-se o patológico (CANGUILHEM, 2009). Essas verdades do século XIX atravessaram a concepção de saúde até o pós-guerra, com a lógica da patologia. Com a ampliação do conceito de saúde, ressignificamos o conceito, porém a medicina continuou historicamente a ser a área responsável por gerir a saúde da população (SAFORCADA & ALVES, 2015).

O paradigma biomédico apresenta como pressuposto principal a primazia do corpo e dos processos fisiológicos. A crítica, principalmente em relação à visão biopsicossocial do sujeito (NEPOMUCENO & XIMENES, 2015), é a perspectiva reducionista de indivíduo que se processa, produzindo determinadas políticas e práticas em saúde e invisibilizando outras. Assim, novos campos do saber são chamados a compor as discussões, definições e ações em saúde, inclusive a psicologia. Além disso, com o foco no atendimento individualizado, a transposição desse paradigma para as práticas em saúde em psicologia endossa um cientificismo pautado na ideologia capitalista (MURRAY, 2014). Uma proposta recente de superação desse paradigma no campo da saúde é justamente a busca por ampliar as concepções de saúde. Nesse sentido, emerge um novo paradigma em saúde: a saúde coletiva, em que o Brasil foi essencial nesse processo de consolidação (CARVALHO, 2015; SAFORCADA & ALVES, 2015). Com o intuito de compreender o indivíduo em sua visão integral, esse paradigma propõe uma atenção multidisciplinar sobre o sujeito, mas foca seus programas de ação na equipe de saúde. Enquanto paradigma, ela se sobrepõe ao campo da saúde, trazendo meta explicações autossuficientes acerca dos processos de saúde-doença e da intervenção (CAMPOS, 2000). Um outro ponto destacado pelo autor é a sua capacidade de crítica e reconstrução dos saberes e processos de construção de saúde.

Contudo, esses dois paradigmas nos fazem refletir acerca da posição que indivíduos e comunidades ocupam em relação aos cuidados em saúde, visto que, mesmo a saúde coletiva sendo um avanço do ponto de vista biopsicossocial e com capacidade de autocrítica, ela é de natureza primordialmente médica (SAFORCADA & ALVES, 2015). Considerando as relações de poder que as ciências, inclusive a psicologia, historicamente mantiveram

principalmente com as populações à margem, como pensar em saúde? Torna-se relevante problematizar o papel da comunidade na definição de saúde, buscando entender suas produções de sentido cotidianas (SPINK, MEDRADO & MELLO, 2011) para construir coletivamente estratégias de saúde que possibilitem o protagonismo das comunidades.

Alguns autores e algumas autoras (FINE *et al.*, 2004; ADRIÃO, 2015; CARVALHO, 2015; SAFORCADA & ALVES, 2015) apontam o paradigma da saúde comunitária como importante para se atingir tais objetivos. A proposta busca politizar a concepção de saúde, trazendo a dimensão de participação da comunidade no gerenciamento da sua própria saúde, desde ações e comportamentos que possibilitem qualidade de vida até a participação ativa na construção de políticas públicas em saúde. Entretanto, considerando as produções de sentido singulares que sujeitos atribuem a seus processos de saúde e as políticas específicas para populações à margem, como pensar o protagonismo em relação a contingências sociais, históricas e políticas que impactam de forma distinta nos corpos? A concepção de vulnerabilidade estática naturaliza os recortes de classe, raça, gênero e território, reduzindo a complexidade e especificidade de suas produções. Pensar de modo a entender os diferentes marcadores que atravessam os sujeitos possibilita construir novas práticas sociais (JESUS, 2018) em sua interconexão com o conceito de vulnerabilidade.

Considerar as relações de poder na produção de subjetividades (BUTLER, 2017) pode nos trazer alguns apontamentos interessantes no sentido de complexificar os debates em saúde considerando as relações de poder dentro inclusive da comunidade. A noção de comunidade é um conceito forte em psicologia comunitária, porém não há unidade nem universalidade nas experiências dos indivíduos. Desse modo, como reduzir experiências tão plurais dentro do conceito comunidade? Os recortes que a vulnerabilidade traz é um caminho para entender a complexidade da comunidade, porém não apenas como contingências gerais, mas partir para uma compreensão da vulnerabilidade vinculada ao poder e destacar seu caráter produtivo dos sujeitos se colocarem no mundo.

No âmbito da psicologia, ainda se percebe concepções essencialistas de gênero e sexualidade (NOGUEIRA, 2001), muitas vezes vinculadas a características corporais naturalizadas enquanto verdade ou a processo universais e binários de socialização dentro do binômio homem-mulher. Esses conceitos naturalizam e cristalizam processos de subjetivação em decorrência das regulações dos corpos que operam através dessas normativas de gênero (BUTLER, 2015).

Segundo dados da *Transgender Europe* (TGEU, 2014), foram 226 mortes notificadas

no mundo, durante os períodos de outubro de 2013 e setembro de 2014. Nosso país está em primeiro lugar no *ranking* dos mais violentos contra a população T, com 113 mortes notificadas, sendo que o país em segundo lugar, o México, apresenta escore menor que a metade do nosso – de 31 mortes. Considerado o país que mais mata a população LGBT no mundo, como podemos pensar em prevenção e promoção de saúde na “comunidade” brasileira?

Tendo em vista o atual cenário político nacional, em que as discussões de gênero e sexualidade em políticas públicas são negligenciadas (CAMILLO, DOS SANTOS, FILGUEIRAS & AMARAL, 2015) em função do bem-estar da família brasileira, já que são aspectos considerados de âmbito privado, como pensar esse protagonismo? Neste sentido, ainda há a necessidade de reconhecimento de que gênero e sexualidade não são aspectos naturais e privados dos sujeitos, mas sim aspectos políticos de controle dos corpos (FOUCAULT, 2005) regulados por uma pretensa coerência entre sexo-gênero-orientação do desejo (BUTLER, 2000; BUTLER, 2015; CAMILLO, DOS SANTOS, FILGUEIRAS & AMARAL, 2015; JESUS, 2018; PRECIADO, 2011; VERGUEIRO, 2015a).

Além disso, questões raciais são discutidas, mas pouco se avançou no âmbito da própria psicologia no combate ao racismo (SCHNITTKER & McLEOD, 2005), frequentemente encarado como um processo de internalização. Essa concepção de racismo internalizado individualiza as ações e as localiza em âmbito microcontextual, deslocando possibilidades de se entender o caráter político e estrutural do racismo em nossa sociedade.

As relações com as culturas são encaradas como intercâmbio de pessoas, artefatos e crenças pessoais, conforme revisão realizada por Morris e Chiu (2016), mas pouca atenção se tem proporcionado ao processo histórico de colonização de etnias e raças. No Brasil, como a psicologia encara o processo histórico de colonização dos povos indígenas que aqui existiam e ainda resistem, e o processo histórico de mais de trezentos anos de escravização dos povos negros? A crença na beleza e na miscigenação da população invisibiliza processos históricos violentos de formação da nossa população e da nossa “comunidade”. Conforme aponta Murray (2014) em seu trabalho de revisão da literatura sobre psicologia e saúde:

*The focus of this reductionist theory of social psychological processes was on developing strategies to change individual behaviour by indentifying and changing supposed problematic self-contained person beliefs and perceived norms. (...) Noticeable in these new social cognitive approches was the abstence of any reference to the of social structure or to issues of power and social change (MURRAY, 2014, p. 5).*

Desse modo, é possível e necessário refinar os aparatos conceituais para não

invisibilizar as violências simbólicas, epistêmicas e institucionais que se tornam aspectos importantes nos processos de subjetivação dos corpos e na formação das comunidades. É importante reconhecer as tensões e os conflitos dentro da nossa concepção ingênua e naturalizada de comunidade. Entendendo que não há unidade nem universalidade nas experiências dos indivíduos, como reduzir experiências tão plurais dentro do conceito comunidade? O modo como tais especificidades são encaradas e as relações de poder estabelecidas com as pessoas participantes de nossas pesquisas e intervenções colocam-nos em jogo a todo momento como atrizes(atores) ativas(os) no processo científico. Reconhecer nossos posicionamentos através do processo reflexivo é uma importante ferramenta para facilitar o protagonismo da(s) comunidade(s) nas ações. Para tal, sugiro que se discuta a interseccionalidade proveniente da ciência feminista como potente ferramenta de trabalho e pesquisa em psicologia comunitária.

### 5.3 INTERSECCIONALIDADE: MARCADORES SOCIAIS QUE PRODUZEM SUJEITOS

O modelo de ciência feminista nos possibilita não só desnaturalizar concepções essencialistas acerca do gênero na psicologia (NOGUEIRA, 2001), mas também a problematizar o lugar do sujeito pesquisador e as relações de poder presentes na ciência. Não se trabalha com uma concepção de ciência neutra, visto que a ciência é executada por seres humanos e muito conhecimento científico foi historicamente utilizado como parâmetro para violências de gênero, classe e raça. O racismo científico (SILVEIRA & NARDI, 2014), a patologização das identidades trans (LEITE JR, 2012) e a patologização da pobreza (XIMENES & NEPOMUCENO, 2015) são exemplos que nos mostram os interesses políticos de simples construções teóricas sobre a realidade. No feminismo, buscamos trabalhar com a concepção de ciência localizada (HARAWAY, 1995).

Longe de procurar universalidade para nossa produção científica, que resistiria ao tempo e ao espaço, trabalhamos com a produção de verdades contingenciais, entendendo a dinamicidade das relações de poder e dos processos de subjetivação. Uma proposta para se pensar essa localização é através da reflexividade, apontada na análise de Murray (2014). Seus dados trazem que a reflexividade é utilizada na psicologia como uma alternativa à falta de reflexão do ponto de vista teórico e metodológico. A proposta é, através de um movimento de autocrítica, apresentar maior consciência da natureza de contestação das teorias. Desse modo, seus achados nos trazem que as teorias nos dizem mais sobre como enxergamos o mundo do

que qual seria a melhor e mais correta forma de vê-lo.

Localizar nossos olhares e construções teóricas nos fazem olhar para os marcadores que nos atravessam e os que atravessam os sujeitos participantes de pesquisas e intervenções. Porém, é necessário reconhecer como esses marcadores sociais impactam nas produções de vulnerabilidades para além do gênero ou de uma concepção de soma de vulnerabilidades (JESUS, 2018).

Hirata (2014) aponta que a concepção de interseccionalidade é proveniente do feminismo negro dos movimentos anglo-saxônicos, de caráter interdisciplinar. Segundo autora, baseada principalmente na obra de Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs, esse conceito busca considerar as múltiplas fontes de identidade, mas não é uma teoria globalizante da identidade. Considerando as problematizações de Crenshaw (2002, p. 177) de que “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação”, podemos pensar para além do dispositivo da sexualidade e buscar entender questões concernentes à racialidade inscritas nos regimes de verdade, produzindo silêncios em nosso país enquanto lugares privilegiados que eclipsam as relações raciais (CARNEIRO, 2005; SILVEIRA & NARDI, 2014). A própria concepção de raça enquanto conceito culminou com teorizações acerca das provas científicas que comprovariam a superioridade da raça branca europeia sobre as demais, deslocando a raça negra para a posição mais inferior. Reconhecendo o processo de fabricação científica das raças, citado nesse ensaio, é necessário desnaturalizar e desbiologizar suas teorizações carregadas de preceitos que reduzem as experiências de pessoas não-brancas com seu próprio corpo e suas posições identitárias. Desse modo, a categoria raça não é um conceito nominalista para uma realidade existente no mundo real, relativo à natureza intrínseca do ser, tais como as constantes associações históricas de pessoas negras à posição de escrava ou, recentemente, a trabalhos considerados inferiores e subservientes. Raça é um conceito sociológico “no sentido de que refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social” (GUIMARÃES, 2008, p.77). Segundo Silveira e Nardi (2014), devemos superar a concepção de raça enquanto um conceito descritivo para uma concepção mais analítica das relações sociais.

Pensar interseccionalmente, é então, romper com a visão tradicional de que:

a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas a pessoas pobres. Há também outras categorias de discriminação: em função de uma

deficiência, da idade, etc. A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos (CRENSHAW, 2004, pp. 9-10).

Hirata (2014), contudo, destaca que Crenshaw (1994) priorizava as intersecções de raça e de gênero, encarando de maneira periférica as questões de sexualidade e classe presentes nas experiências de mulheres negras. Jesus (2018) e Vergueiro(2015a), sob a ótica do transfeminismo, buscam trazer uma concepção de ciência e atuação que levem em consideração além de gênero, classe e raça, as compreensões da legitimidade/normalidade que os corpos cisgêneros e heterossexuais ocupam historicamente posições privilegiadas na sociedade no sentido de direitos. Além disso, conceito da interseccionalidade representa um caminho para o projeto de ciência feminista de descolonização do saber (COSTA, 2014).

Desse modo, podemos ampliar a concepção de interseccionalidade de modo a compreender como os marcadores sociais operam de maneira simultânea e não-hierarquizada na produção de vulnerabilidades e nas condições de saúde. No campo da saúde comunitária, um passo importante é discutir a produção de sentidos sobre saúde em cada segmento da população, localizando lugares de fala e fortalecendo os vínculos estabelecidos.

Dito isso, a interseccionalidade se apresenta como uma ponte para se compreender as nuances dinâmicas das vulnerabilidades ao trazer as múltiplas posições de sujeito que as pessoas ocupam nos contextos de saúde. Trazer a produção localizada de subjetividades e suas relações com o poder possibilita refinar o aparato teórico de saúde comunitária, entendendo esse campo como por permeado por conflitos e disputas políticas. Contudo, aconselha-se cuidado ao restringir os marcadores sociais abordados no trabalho em psicologia, de modo a possibilitar práticas e teorias mais inclusivas.

#### 5.4 QUESTÕES QUE NÃO SE ENCERRAM: REFLEXÕES PARA A PESQUISA E ATUAÇÃO

Com a presente discussão aqui perpetrada, objetivamos entender as relações entre vulnerabilidade e saúde comunitária, conceitos comuns dentro de áreas como psicologia social, psicologia da saúde e psicologia comunitária. Com a imersão da psicologia na construção de políticas públicas e sua atuação nos sistemas públicos de saúde (FERREIRA-NETO & HENRIQUES, 2016), tais conceitos são fundamentais para a pesquisa e a atuação. Contudo, são vistos de modo engessados e cristalizados. A vulnerabilidade por vezes se confunde com falta de suporte social ou recai em essencialismos que vitimizam sujeitos frente

a determinadas situações naturalizadas. Tais denominações desconsideram o caráter político e produtivo desse conceito, visto que a vulnerabilidade, como efeito discursivo e material do poder sobre os processos de subjetivação, pode ao mesmo tempo produzir posições de sujeição e resistência (BUTLER, 2017).

A potência do uso deste conceito, enquanto lente de leitura da realidade e ponto de início para o desenvolvimento de ações, está justamente em politizar e historizar a fabricação de identidades, de modo a compreender a vulnerabilidade como uma contingência social, histórica e política mutável. A interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; 2004), sobremaneira, faz um corte que permite posicionar indivíduos em posições de sujeitos desvinculadas de identidade fixas, compreendendo a produção simultânea de vulnerabilidades de classe, raça, gênero, território e geração. Tais concepções buscam se desvincular de essencialismos presentes nos processos de universalização de ser negro/a, indígena, mulher, gay, lésbica, bissexual, transexual, travesti, idoso/a, trabalhador/a rural.

Interseccionar é trazer para jogo as múltiplas posições simultâneas que as pessoas ocupam e que as produzem enquanto sujeitos no mundo. Assim, ninguém é só negro, só mulher ou só transexual, por exemplo, mas pode simultaneamente ocupar todas essas posições de sujeito vulneráveis de modo que um marcador social não se sobrepõe ao outro tampouco há uma soma desses elementos (CRENSHAW, 2002; 2004; HIRATA, 2014), mas há uma produção de vulnerabilidades específicas e localizadas, visto que, no contexto social, a leitura dessas pessoas é realizada de maneira global. A proposta aqui presente é refinar nossas teorizações acerca de como essas discriminações operam juntas (CRENSHAW, 2004), de modo a não subestimar alguns marcadores sociais (HIRATA, 2014).

A saúde comunitária é outro conceito muito presente nas discussões em saúde. O deslocamento do protagonismo de um paradigma médico (ou mesmo as ações multidisciplinares na saúde coletiva, mas que seguem o pressuposto tradicional de ciência enquanto posição de poder) para o protagonismo da comunidade é um importante avanço, principalmente em países em que os interesses da indústria farmacêutica capitalista estão intrinsecamente ligados aos profissionais e cursos de formação em saúde (SAFORCADA & ALVES, 2015).

Contudo, pensar em comunidade não é pensar apenas em aspectos concernentes à classe social e interesses voltados para o lucro. Na contemporaneidade, Foucault (2005) nos mostra como a sexualidade se torna importante dispositivo de controle dos corpos, politizando a fabricação das identidades sexuais e de gênero. Tais identidades foram hierarquizadas



historicamente, de modo a justificar estratégias violentas de correção. Além disso, populações negra, indígena e rural carregam marcas corporais e simbólicas consigo para além de sua condição socioeconômica, haja vista os processos de colonização e urbanização do nosso país. O uso do léxico comunidade no singular não reflete tais especificidades ao destacar apenas a classe como marcador a se levar em consideração nos processos de saúde-doença. É necessário, então, o movimento de reconhecimento da pluralidade desses sujeitos e as posições designadas a serem ocupadas, assim como a importância dos determinantes macrossociais nos seus processos de subjetivação, inexoravelmente atravessados por relações de poder desiguais.

Na busca por uma prática em saúde com foco nas pessoas e suas comunidades, é primordial compreender a produção de sentidos acerca do que é saúde para o público assistido. Nesse processo de construção coletiva, buscamos promover a autonomia dos grupos e sujeitos nas estratégias de ação, levando em consideração as singularidades de cada comunidade dentro da população brasileira. Gostaríamos de concluir que, para se atingir tais objetivos, a interseccionalidade feminista se apresenta como uma forma de compreender as nuances das vulnerabilidades em saúde comunitária de modo a heterogeneizar e complexificar a mera noção de comunidade enquanto unidade grupal e política, destacando suas relações de poder e produções de hierarquias sociais materializadas nas posições identitárias que as pessoas são chamadas a ocupar através de regulações de gênero, classe, raça, orientação sexual, território e geração.

## **6 NARRATIVAS DE SI COMO FORMAS DE RESISTÊNCIA: SUJEITOS SUJEITADOS, PROCESSOS GRUPAIS E NOSSAS POSSIBILIDADES DE EXISTÊNCIAS SOCIAIS E PSÍQUICAS**

A execução do projeto de extensão, vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e operacionalizado no Centro de Psicologia Aplicada (CPA/UFJF), sob a perspectiva da pesquisa ação-participativa (ADRIÃO, 2015; FINE *et al.*, 2004; PRYOR & VICKROY, 2019) ocorreu durante janeiro de 2014 a janeiro de 2018. Estive presente em praticamente todos os encontros, somente me ausentando em condições de afastamento por motivo de saúde<sup>14</sup>. Assim, conheci todas as pessoas que passaram pelo projeto, vi seus rostos, ouvi suas

---

<sup>14</sup> O primeiro afastamento de quatro meses ocorreu durante a fase de finalização do mestrado, em que estive com severos sintomas depressivos. Com o aval de um laudo psiquiátrico, fui indicada a me afastar de todas as atividades

histórias. Quando não as ouvia nos espaços do grupo ou em acolhimentos individuais, eram através dos relatos dos/as bolsistas e voluntários/as do projeto<sup>15</sup> em supervisão que eu tomava conhecimento das singularidades de cada narrativa de vida. Foram, desse modo, aproximadamente cem pessoas que passaram pelo projeto ao longo desses anos.

Como parte operacional da metodologia de condensação dos dados, foram gravados aproximadamente 42 encontros, totalizando em média 50 horas de material audiovisual para análise. Desse total, oito encontros foram transcritos de forma integral, o que materializa umas dez horas de conteúdo. Entretanto, tendo em vista a popularidade do projeto e a crescente demanda de pessoas novas que nos procuravam, tivemos que optar pela realização de transcrições parciais dos encontros, através dos seguintes eixos norteadores: saúde, identidade de gênero, nome social, acesso à cuidados em saúde. Atualmente, há oito encontros transcritos de forma parcial, totalizando em média seis horas de conteúdo a ser analisado.

Todo esse material possibilita fabricar metodologicamente um mosaico de narrativas de si em que alguns elementos em comum se inter cruzam, de modo que as especificidades também puderam ser contempladas a partir do complexo matiz de experiências compartilhadas em grupo. Longe de buscar entender os significados e construções simbólicas que atravessavam cada história de vida em “um passado vivo ao ser contado no presente”, o foco dessa pesquisa foi entender as posições de sujeito ocupadas a partir de seus encontros com o grupo, seja durante seu processo de transição de gênero ou muito após, problematizando sua própria histórias à luz das novas trocas possibilitadas através do protagonismo dos sujeitos na pesquisa-ação participativa (PERUCCHI, BRANDÃO, ZAMPIÊR, MATOZZO & CARVALHO, 2018). Através das narrativas de si protagonizadas por suas próprias vozes (FINE, 1994; FINE *et al.*, 2004; SPINK, MEDRADO & MELLO, 2014; ADRIÃO, 2015) e da história oral (PAULILO, 1999), as/os participantes dividiram suas experiências, compartilhando com as outras pessoas do grupo e com a nossa equipe suas histórias de angústia, medo e sofrimento, mas também, de resistência e protagonismo frente às tentativas

---

de pesquisa e atuação temporariamente para me recuperar mentalmente. O segundo foi em decorrência da minha cirurgia de transgenitalização, em que fiquei aproximadamente três meses em período de pós-operatório. O procedimento ocorreu sem complicações, contudo esse tempo foi necessário para que o corpo se recuperasse integralmente para retomar as atividades rotineiras. Cabe ressaltar esses motivos de afastamento para reafirmar que as questões que atravessam os corpos e a saúde das pessoas participantes dos encontros também me afetavam.

<sup>15</sup> Ao longo da execução do projeto, por estar desde o início, pude acompanhar as entradas e trocas de bolsistas e voluntários/as ao longo dos anos. Ao todo, tivemos na equipe dez pessoas que circularam por diferentes momentos do grupo. Todas, em algum momento, participaram de encontros presenciais do grupo, algumas realizaram acolhimentos individuais sob as minhas orientações e supervisões e, no último ano, outras realizaram imersões etnográficas na cidade para compreender como as pessoas travestis e transexuais em situação de rua acessavam os dispositivos institucionais no município (PRADOS, BRANDÃO & PERUCCHI, 2019). O que vale destacar aqui é que quase sempre estive amparada nos encontros por pelo menos um/a bolsista.

de apagamento e invisibilização de suas vivências.

A reinvenção de si, por meio da atribuição de sentido aos acontecimentos discursivos vivenciados em suas histórias de vida (MARRE, 1991), ocorria a cada relato compartilhado, nos levando a teorizar sobre como o próprio processo de trocas nas rodas de conversa atravessavam seus modos de ser no mundo enquanto pessoa trans, travesti, transexual, de identidade não binária. Por essas percepções se justifica a execução desse novo olhar sobre o campo do projeto de extensão, no sentido de entender mais profundamente a complexidade dos processos formativos de si em grupos mediados pela psicologia. Entender como esses sujeitos chegam, marcados por suas histórias de luta contra a cisnorma e como, através de seu (possível) autorreconhecimento no relato do outro, podem ressignificar não só suas experiências anteriores, mas sua própria identidade de gênero (e as intersecções dessa identidade com identidades sexuais, geracionais, raciais, de território e de classe).

#### 6.1 SER QUEM É NA HISTÓRIA: NOMEAÇÕES E PRODUÇÕES DE SENTIDO PARA AS DISSIDÊNCIAS

Um apontamento inicial que emerge desse processo reflexivo são os deslocamentos dos recortes geracionais que compunham o grupo. O primeiro encontro contou com apenas quatro pessoas, dentre as quais duas se reconheciam como mulheres transexuais, na faixa etária de 35 a 40 anos; uma se reconhecia como travesti e, chama a atenção do fato da única mulher presente que se reconhece como travesti também se reconhecer como mulher negra, compondo a mesma faixa etária das outras; e apenas um homem, que se autoidentifica como homem trans, na faixa de 40 anos de idade. Até o ano de 2016, pude perceber que essa configuração se repetiu: o público participante era composto por pessoas que já transicionaram o seu gênero há mais tempo, seus relatos eram sempre focados em experiências de vida passadas e suas trajetórias na busca por suas especificidades em saúde, bem como por identidades binárias da experiência do feminino, ou seja, por processos de autoidentificação com mulheres, das quais a grande maioria se apresentava como trans ou transexual e poucas como travesti.

Considerando os atravessamentos desses processos de automeação, a hipótese para esse efeito discursivo de subjetivação ocorre a partir de um olhar interseccional: as mulheres que chegavam eram não-negras, que tiveram alguns acessos a sistemas de saúde (públicos e privados), aceitação, mesmo que inicialmente parcial, da família, quase nenhuma trazia vinculação com os contextos de trabalho sexual. Neste aspecto do campo analisado nesta tese,

parece pertinente retomar uma discussão já bastante conhecida acerca de como o espaço da prostituição tornou-se comumente relacionado aos aspectos – muitas vezes simploriamente generalizados pelos saberes – acerca das experiências, sobretudo, de pessoas travestis.

Ainda que estudos clássicos sobre o tema (BENEDETTI, 2000) apontem-na como um dos principais contextos sociais de “construção e aprendizado do feminino entre as travestis” (p.58), não se pode ignorar as especificidades das vivências dessas pessoas e as idiossincrasias que compõem suas histórias de vida, bem como, os poderosos efeitos das intersecções de classe, raça e território que condicionam as histórias de vida e as experiências. Pois, ainda que se conceba, como afirma Benedetti, que “os diversos espaços espalhados pela cidade, normalmente públicos e exclusivos, servem de camarim e palco para o processo de transformação do gênero” (2000, p. 23), nem sempre é no âmbito do mercado sexual que essas pessoas encontram a mediação para seus processos de transformação corporal e de reconhecimento de si.

Obviamente, não se trata aqui de ignorarmos que o espaço do mercado sexual é um *locus* que contempla configurações de si, e exatamente por essa constatação que se deve reivindicar que travestis e transexuais que trabalham como profissionais do sexo tenham seus direitos garantidos, sua integridade física e psicológica respeitada e que a sociedade possa, efetivamente, trazer a prostituição ao campo de discussões que ela efetivamente deve estar, abdicando de debates superficiais e moralistas. Posto que em muitas circunstâncias, como afirma Benedetti (2000, p.58), “é ali que elas aprendem métodos e técnicas de transformação do corpo, incorporam os valores e formas do feminino”, há também outras estratégias que o contexto do grupo aqui analisado, traz à luz da reflexão. É pertinente apontar, entretanto que para esse autor, existem sutis, porém, significativas diferenças entre as travestis e mulheres transexuais (BENEDETTI, 2005).

Vale destacar que a travestilidade, talvez por ser considerada socialmente uma identidade mais marginalizada e vulnerável a tais debates morais generalizantes, não aparecia nos processos de se apresentar pelas meninas na primeira pessoa, mas o léxico estava presente quando se falava de direitos das pessoas “trans, travestis e transexuais”. Inclusive, nos trabalhos de contra referência com a psicóloga do Serviço de Atendimento Especializado (SAE), em que esta encaminhava as pessoas assistidas no serviço para o grupo, das quais muitas eram mulheres, elas recusavam ir aos encontros dizendo que lá “era o grupo das bonitas, e elas eram feias”. O léxico “bonitas”, segundo o relato da psicóloga, vinha seguido de expressões que faziam alusão a mulheres que não viviam da prostituição, não tinham

relação direta com as infecções sexualmente transmissíveis (IST) e como uso abusivo de drogas. Vale apontar que, no que concerne ao tema de álcool e outras drogas, a presente tese não se debruçou reflexivamente sobre o assunto, mas destaca-se que tem-se conhecimento da pertinência deste tema, no âmbito das questões aqui problematizadas. Neste sentido, vale destacar uma pesquisa de mestrado (MIYAMOTO, 2013) realizada com o objetivo de pesquisar o uso de álcool e outras drogas entre mulheres travestis e transexuais, cujos resultados evidenciaram que o uso de álcool e outras drogas aparece como significativamente alto entre a população travesti, considerando a associação entre uso de substâncias, o preconceito social que essas pessoas são alvo na sociedade brasileira e também situações de vulnerabilidade em saúde, elementos que articulados a uma complexa rede de “componentes biopsicossociológicos”, nas palavras da pesquisadora, podem sugerir que a prevalência de uso de substâncias pode ocorrer devido às situações de preconceito social e de risco em saúde que envolvem historicamente a população travesti no Brasil. Contudo, ao longo dessa tese, pretendemos inclusive questionar essa produção da identidade travesti a partir de epistemologias Pajubás (FAVERO, 2020) e travestis (YORK, OLIVEIRA & BENEVIDES, 2020), no sentido de ressignificar os conhecimentos estigmatizantes produzidos acerca delas e pensando no protagonismo acadêmico de teóricas (YORK, OLIVEIRA & BENEVIDES, 2020; FAVERO, 2020; JESUS, 2018; VERGUEIRO, 2015a), ancoradas também transfeminismo (PAGLANINI, 2016) e transativismo, problematizam os efeitos simbólicos de poder da produção de cientistas cis sobre o corpo travesti, deslocando-o para uma posição de marginalidade. Isso impacta diretamente na produção de subjetividades políticas e alinhadas com os saberes da rua, do pajubá e com os contextos latino-americanos, em uma perspectiva decolonial e interseccional.

Voltando ao nosso campo, nesse mosaico aqui apresentado, nosso primeiro ponto de dificuldade se materializava, apontando para questões mais amplas e interseccionais que não possibilitavam um acesso pleno de todas/os/es aos encontros. Isso pode ser notado com a presença de Beatriz, que se reconhece como travesti, e sua fala sobre suas experiências na rua e no processo de constituição do corpo: *“Eu prefiro virar meu cuzinho e colocar meu silicone, encher ele da forma que quero. Viro e falo: coloca, gata”*. Destaca-se aqui a emergência em se incluir nas políticas públicas de saúde as demandas referentes às necessidades de modificações corporais, como elemento inexorável nos processos de transição e da construção da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais, no intuito de garantir o atendimento as suas necessidades pontuais e singulares – como o uso de silicone,

por exemplo – ao longo destes processos em saúde. Posto que a meta seja assegurar, via políticas públicas do SUS, o acesso aos recursos necessários para a realização das modificações corporais de modo assistido e seguro, uma vez que tais transformações são, muitas vezes, feitas ao largo dos serviços de saúde, de modo improvisado e perigoso, colocando a vida destas pessoas em risco. Nesta seara, não se pode esquecer que, no próprio contexto normativo governamental, as travestis foram ignoradas até o ano de 2008, uma vez que foi apenas após implementação da Portaria nº 1.707 (MS, 2008) que o próprio Ministério da Saúde institucionalizou o Processo Transexualizador no SUS que, até então, não incluía as travestis.

Além disso, é fundamental apontar que estudos sobre riscos em saúde, tanto em âmbito internacional (NARINS & BEER, 2006; ENSINA *et al.*, 2009; STYPEREK, BAYERS, BEER & BEER, 2013) quanto nacional (ARÁN, MURTA & LIONÇO, 2009; MELLO, 2013; PERUCCHI *et al.*, 2014) já destacam amplamente na literatura elementos que merecem a atenção de quem formula as políticas públicas em saúde para a população brasileira, pois no que concerne à população travesti e transexual, os procedimentos e intervenções que ocorrem fora dos serviços públicos de saúde, de modo amador e improvisado, como injeções de silicone industrial, por exemplo, podem desencadear graves problemas de saúde e até mesmo fatais. Complicações em saúde que podem levar à comum migração do produto para áreas adjacentes do corpo, a deformidades e infecções decorrentes da substância que compõem o produto impróprio para tais procedimentos corporais, às necroses dos tecidos, à embolia pulmonar, a siliconomas e, não raro, podem ocasionar a morte.

Contudo, percebe-se que a constituição do processo transexualizador no Brasil foi permeada por relações do poder biomédico que produzem um efeito discursivo de biocidadania para as pessoas trans e travestis, de modo que suas existências só são legitimadas a partir dos processos de construção corporal perpetrados pelos dispositivos cisnormativos fabricados pelas pessoas cisgêneras, que se utilizam de aspectos científicos para (re)produzir um processo de subjetivação condicionado à tutela de corpos dissidentes a essas normativas. Desse modo, resgatando a fala de Beatriz, anteriormente citada, pode-se encarar sua fala como uma resistência à tutela do poder médico, em que é menos adoecedor para ela ter autonomia sobre seu processo de construção corporal, embora se coloque em risco, do que acessar dispositivos de saúde pública que vão tolher sua performance e seus processos com seu corpo. Assim, se perpetra novamente uma lógica de morte, em que estar inserida nos processos de atenção à saúde pública causa questões concernentes à disputa de autonomia com a tutela

médica e psi, que buscam restringir seus processos de subjetivação às normativas cis que sustentam essa identidade enquanto coerente, natural e dentro da normalidade. Se subjetivar, dentro ou fora dos parâmetros de saúde pública, então, trazem diferentes nuances de abjeção, com impactos históricos e políticos nos processos de subjetivação das pessoas dissidentes da cisheteronorma. Esses tensionamentos apareciam no nosso microcontexto do grupo, materializando todas essas disputas políticas por existir de forma digna na sociedade, com acesso a uma cidadania plena. O que está em jogo ao assumir determinada identidade fora da cisheteronorma e como a esta impacta nos processos de nomeação dos corpos dissidentes, fabricando conflitos éticos e políticos para a materialização de novas formas de existir?

Para responder tal indagação, vamos seguir nossa linha narrativa do campo, retomar os sujeitos e os atravessamentos simbólicos que produzem suas histórias, tendo em vista que o modo em que cada pessoa edita ou escolhe história reflete suas contingências históricas, sociais e políticas de sua produção. Ao longo dos encontros do trabalho de campo que compõem a presente tese, gradativamente, uma demanda de pessoas mais jovens (entre 15 e 25 anos) ou que estavam no início da transição de gênero emergiu, deslocando o foco das discussões para relatos presentes, muito em busca de auxílio de como proceder. Dúvidas acerca de como encontrar um profissional para tratamento hormonal, de como dar entrada no processo jurídico de retificação civil (até então vigente), em como encontrar apoio psicológico, ou mesmo, questões mais coloquiais como, por exemplo, de que modo contar para a família sobre sua identidade de gênero ou fazer uso do nome social na escola/faculdade.

*Agora, no ensino médio eu tive mais problemas, porque eles não queriam colocar meu nome social no diário, então, eu precisei chegar um ponto de levar a Bruna no colégio. Fazer um documento pra levar na escola, para eles me chamarem. E eles, com a Bruna era uma coisa, e fora da Angelina eram outra. A Angelina ia hoje, não, mas tá Júlia, amanhã meu nome não tava Júlia (Georgina, mulher trans, 20 anos).*

Ao longo dos encontros, novas pessoas foram surgindo. A fala anterior reflete o relato de Georgina acerca das dificuldades do uso do nome social na escola, em que cursava o Ensino Médio noturno. Uma das participantes mais velhas do grupo se propôs a ir até a instituição de ensino e conversar sobre isso, configurando uma rede de suporte informal em que a pessoa não se sentia sozinha. Essas questões de autorreconhecimento no outro e suporte coletivo criavam uma espécie de vínculo entre os/as participantes com experiências semelhantes, constituindo uma troca de saberes geracionais acerca de processos mais operacionais, mas também com pontos de tensionamentos, com efeitos discursivos de promoção de novas formas de subjetivação.

## 6.2 O LUGAR DA FAMÍLIA E DA PSICOLOGIA NOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DISSIDENTES: AS ANGÚSTIAS DA CISGENERIDADE

O recorte geracional faz pensar sobre como novas posições identitárias são reivindicadas ao longo dos percursos históricos. No nosso microcontexto, houve o aparecimento de muitos homens trans, desde adolescentes de 15 anos até homens na faixa de 30 anos em início da transição, pessoas de identidade não binária, entre 15 e 22 anos, e mulheres trans e travestis adolescentes. Essas novas dinâmicas mudaram alguns focos de discussão, ao mesmo tempo que mantiveram outros. Ao construírem suas feminilidades e masculinidades, jovens travestis e transexuais participantes dos grupos se deparavam com elementos particulares aos seus marcadores geracionais e de gênero, mas também, às demandas e angústias comuns, compartilhadas por eles e elas durante os encontros. Os processos de subjetivação estavam marcados por dinâmicas familiares que, por um lado, apresentavam redes de apoio e solidariedade, como por exemplo a participação em grupos como o Mães pela Diversidade<sup>16</sup>, mas também, por enfrentamentos e tensões, em diálogos nem sempre tranquilos com membros da família adversos às suas transições de gênero. É neste sentido que “diferentes enunciações podem ser repetições de um enunciado idêntico” (DREYFUS & RABINOW, 2010, p. 58) e no que concerne às experiências da juventude os enunciados em torno das questões familiares visibilizaram diferentes ordens do discurso; em alguns casos, de apoio e convergência, em outros, de rechaço e discordância. Como os encontros eram abertos, a mãe de um dos jovens trans trouxe suas angústias frente ao processo de transição do filho, trazendo os medos e receios frente aos procedimentos cirúrgicos e fisiológicos experienciados por quem atravessa a fronteira da cisgeneridade: “*A questão da transexualidade, eu acho que a questão da cirurgia pega pra gente, a gente tem medo né*” (Noêmia, mãe de jovem trans). “*Eu acho que pra família aceitar o homossexual tá tudo mais fácil agora, agora quando se fala que é trans que tem que passar por uma cirurgia, tomar hormônio e mudar tudo é bem mais complicado a família aceitar*” (Tarso, homem trans). “*Porque existe a preocupação mesmo, existe uma preocupação da questão da saúde*”

---

<sup>16</sup> O Mães pela Diversidade é uma organização não-governamental que reúne mães e pais de crianças, adolescentes e adultos LGBTQIA+, segundo informações do seu site oficial (disponível em: <https://maespeladiversidade.org.br>). Em Minas, houve um rompimento com o grupo nacional em função de divergências políticas e a consequente a implementação, há 5 anos, do grupo Mães pela Liberdade. Contudo, para fins dessa pesquisa, vale destacar que, durante o decorrer do projeto, as mães participantes não se vincularam ao coletivo nacional, apenas participando esporadicamente de algumas reuniões. Além disso, ainda não havia essa cisão interna.



(Noêmia, mãe de homem trans em processo de transição).

O discurso de preocupação com a saúde emerge como ponto importante para tentar entender o que foge da norma, buscando no lugar de poder-saber da medicina um aparato de conforto ontológico de que as intervenções serão seguras. Nesse sentido, a família apoia, mas com a anuência expressa da medicina. Foram mais relatos não só de família, mas de pessoas trans e travestis, acerca do medo de procedimentos darem errados ou se colocarem em risco. Por um lado, essa perspectiva traz uma necessidade por procedimentos cirúrgicos, contudo seu excesso pode desencadear um novo processo de subjetivação tutelado pelos saberes médicos, que ancoram as angústias da família cisgênera em transição. Nesse sentido, cabe ressaltar que é necessário pensar em estratégias que lidem com essas questões e que coloquem as pessoas trans e travestis em diálogo aberto e horizontalizado com os dispositivos médicos, promovendo um novo processo de subjetivação, de resistência frente a essas questões.

De qualquer forma, constata-se que a instituição familiar e as relações que ali emergem, não são mero detalhe nos processos de subjetivação. É neste sentido que, também no que concerne à família, “a norma se torna o critério de divisão dos indivíduos” e não raro é a família a grande aliada da medicina, enquanto “ciência acima de tudo do normal e do patológico” (FOUCAULT, 2011, p. 395). Não raro também é a proximidade da instituição familiar com a própria psicologia, no âmbito das relações com adolescentes e jovens travestis e transexuais. A Psicologia é também um campo de saber da norma, cujo poder consiste em fazer ver e fazer falar a verdade sobre os sujeitos, é comum familiares recorrerem ao psicólogo para ele lhes digam quem são e como lidar com jovens, cabe a ela o lugar de suposto saber acerca da subjetividade, ou dito de outro modo, “a psicologia sempre nos enuncia como sujeitos da norma, remetidos a ela, comparativamente a outros sujeitos como nós, marcando e nomeando os desvios em termos de médias, curvas, condutas adequadas ou não, sancionadas ou não, quando não patologizadas” (FILHO E TRISOTTO, 2007, p. 12). Nesse sentido, cabe repensar a própria postura que a psicologia tem ocupado nesses espaços de cuidado a partir de um questionamento mais aprofundado dos impactos da cisheteronormatividade nas práticas psi cotidianas. Além disso, reiterando a perspectiva transfeminista *queer* proposta nessa pesquisa, que atua com um dos eixos que direcionam nosso trabalho, um ponto importante a se analisar são os marcadores sociais que atravessam quem de fato executa a psicologia, seja na teoria ou na prática: são majoritariamente pessoas com uma identidade cisgênera que não problematizam, muitas vezes, o seu lugar na relação profissional e na construção de vínculo, reiterando uma pretensa postura de neutralidade científica que pouco avança no debate

proposto. Por isso, é necessário, a partir da análise do material de campo dessa pesquisa, entender como o protagonismo de pessoas travestis, trans e de identidade não binária, produzem resistência coletiva e individual frente ao saber biomédico e psi, que historicamente ainda impacta na produção de sujeitos não cis na sociedade. Falas cotidianas de que médicos e psicólogos cis brancos são como “pais” ou “que salvaram” as pessoas trans, muito utilizadas pela grande maioria das pessoas do grupo, ressaltam que a cisgeneridade se coloca em um lugar de salvadora das demandas que ela mesmo cria, no sentido de condicionar a aceitação das identidades dissidentes à patologização e normatização dos múltiplos processos das multidões *queer*.

Ainda nesse ponto, cabe destacar dois casos, para além do contexto do grupo, mas com impactos diretos no grupo. O primeiro deles é referente ao atendimento individual de um pai e uma mãe de um jovem trans adolescente em processo de transição. Eles eram separados e foram acolhidos de forma separada a pedido do filho por mim, uma psicóloga trans. O pai se mostrou reticente, mas compareceu. Colocou em jogo seu acesso ao curso superior em uma forma de deslegitimar todo o conhecimento apresentado por mim, psicóloga. A transgeneridade afetava seu vínculo, colocando sua cisgeneridade no campo de disputa de poder, retirada por uma fala trazida pela mãe do jovem, em momento posterior. Ela me contara, durante seu atendimento, que o pai disse: “*claro que vai virar trans, com uma psicóloga dessas?*”. Mesmo sob o guarda-chuva e pretense lugar de saber-poder da psicologia, a cisnorma nos impacta quando rompemos com o pacto com ela, seja nas nossas proposições teóricas e orientações ético-metodológicas, ou com nossos corpos e identidades que, em alguma medida, experienciam a dissidência de gênero. Mesmo essa tese não sendo só sobre mim e minhas experiências enquanto mulher trans, psicóloga e acadêmica, ainda é sobre mim à medida que, em algum nível, vivencio proximidades de experiências com as pessoas presentes. E, ainda, rompo com os princípios ético-políticos de pacto da cisgeneridade em não se repensar e se apresentar como neutra: no sentido de calar nossas experiências problematizadas na produção de conhecimento, mas que não reflita uma fala puramente confessional (FAVERO, 2020). Nessa proposição, devemos potencializar o uso político de novas identidades contingenciais nas disputas com a norma, produzindo uma resistência coletiva e política.

Outra experiência foi o trabalho junto a uma psicóloga cis aliada da causa, com ampla experiência no atendimento às pessoas trans e travestis. Em processo de acolhida de uma mãe de um homem trans no primeiro ano de transição, ela me convidou a tentar uma mediação,

tendo em vista a resistência da mãe e sua angústia para lidar com a dissidência de gênero do filho. A estratégia era mostrar como uma vivência trans pode ser experienciada a partir de outra perspectiva, no sentido de naturalizar nossos corpos e identidades. No meio do atendimento, ela explicitamente diz: *“Nenhuma mãe aceita um filho trans totalmente. Sua mãe não te aceita”*. A última fala foi diretamente direcionada para mim. A angústia localizada da cisgeneridade, e individualizada pela mãe, veio como ataque a mim, por ser o corpo dissidente ali presente. Se eu, que ocupo o lugar idealizado e socialmente construído de mãe que ama (e que reproduz a lógica biologicista e binária de gênero com a sua cria, a partir da demarcação sexual da sociedade), não aceito meu filho, logo sua mãe também não te aceita. Estamos fazendo o pacto cisnormativo de correção das abjeções que se apresentam em nossa família, pacto este institucionalizado e naturalizado (YORK, OLIVEIRA & BENEVIDES, 2020). “Devo reiterar nosso lugar de poder, mesmo você sendo estudiosa dessa área e tendo suposta validação profissional para essa isso”, estava implícito na fala. Não é algo pensado na racionalidade científica, mas a nível político de disputa de narrativa ao aniquilamento, mesmo que este seja simbólico e psicológico, do outro. São os quadros de guerra, da Butler (2017), a desumanização perpetrada em microcontextos para que a cisgeneridade não se retire de seu lugar de privilégio e tutela.

Contudo, vale pontuar que, ao longo das experiências do grupo, algumas mães foram às reuniões para entender as identidades trans por outras perspectivas, sendo acolhidas por mim e demais pessoas presentes. As angústias da cisgeneridade se materializavam em suas falas, com as de Noêmia sobre os anseios dos efeitos colaterais dos procedimentos cirúrgicos. Ainda apareciam o medo da violência nas ruas, o medo de não conseguir galgar outras profissões na vida e ter sua autonomia e integridade tolhidas socialmente. Nesse sentido, o grupo acolheu essas demandas e, em resposta, compartilhava suas histórias de resistência, suas dificuldades e avanços em direitos cotidianos, impactando não somente na história de jovens que iniciavam seus processos, mas também na família, que via outras perspectivas alternativas de resistência frente à violação e aniquilação. Minha identidade enquanto mulher trans potencializava as intervenções junto a essas mães mais abertas em ouvir, em entender como a norma opera e como se tornarem aliadas ao processo de luta cotidiana de existência de seus/suas filhos/as. Algumas inclusive buscaram se inserir posteriormente em grupos de militância como Mães pela Diversidade. Logo, percebe-se que trabalhar o processo de subjetivação de resistência de uma pessoa trans, travesti ou de identidade não binária perpassa intervir também, e em grau mais aprofundado em alguns casos, com os contextos de produção

de suas identidades na sociedade. E a família se configura como esse espaço, convidada a se repensar para além das amarras da naturalização da cisgeneridade como instância garantidora de sobrevivência dos sujeitos. Assim, defendo aqui a ideia de que a cisgeneridade, diametralmente produzida enquanto norma que é sustentada pela nossa produção simbólica enquanto desvio, se repense enquanto lugar de poder e se corresponsabilize pela produção de sujeitos trans sujeitos à sua tutela – sujeitos sujeitos.

Nesse sentido, é necessário espaços que visibilizem os impactos das nossas identidades também no nosso trabalho, seja acadêmico ou de intervenção na realidade, de modo a retirar a cisgeneridade do armário que se encontra. Desvelar a norma enquanto imparcialidade e complexificar o debate de modo a entender os avanços e limitações de cada identidade nesse processo e como o manejo reflexivo nos permite entender quais os usos políticos, teóricos e simbólicos faremos das identidades sociais que parcialmente assumimos na construção de conhecimentos e de estratégias de ação. Assim, reitero que a pessoa em jogo faz sim diferença no jogo científico e profissional que performamos, mas que o alinhamento ético-político experienciado pode auxiliar nesse processo. Por isso, o convite para profissionais cis lerem e utilizarem epistemologias transcêntricas, no sentido de reconhecerem sua posição enquanto pessoa cis na sociedade e direcionarem os usos políticos dessa identidade em jogo.

### 6.3 AS INTERAÇÕES COM O GRUPO E OS EFEITOS DE PODER: TENSIONAR E PRODUZIR RESISTÊNCIAS COLETIVAS FRENTE AO PROCESSO DE PSICOPATOLOGIZAÇÃO

Para fins de contextualização, os tópicos concernentes à acesso à saúde e mudança do registro civil foram os que mais apareceram, juntamente com as situações cotidianas de transfobia vivenciadas. Contudo, a ênfase neste trabalho está nos processos constitutivos de sujeitos formados durante as rodas de conversa, seus impactos sobre suas formas de identificação no grupo e na vida, e as intersecções de outros marcadores sociais do sujeito que emergiram (ou não) no campo. É evidente, entretanto, a emergência de se pensar, como as atuais políticas públicas em saúde e também no campo do direito, vigentes no país, podem contemplar as especificidades interseccionais que envolvem os processos de transição, tanto no que concerne às alterações corporais, quanto as documentais e dos direitos civis, ampliando e inovando estratégias e alternativas que avancem significativamente no que já se encontra

previsto no atual modelo normatizado pelo Ministério da Saúde/SUS e pelas instâncias judiciais do contexto brasileiro.

Sobre marcadores sociais, percebe-se que os acessos interseccionais de classe e raça no acesso ao local do grupo desenvolvido por nosso trabalho em psicologia social, bem como a permanência nos encontros foram limitadores do trabalho, haja vista que tivemos contato com poucas pessoas negras, que se autodenominavam travestis e de classe sociocultural e econômica oriundas de camadas populares ou da periferia. Esses apontamentos levam à reflexão acerca, não apenas, da classe social e da raça, mas também, da territorialidade, de quem pode circular pelos espaços institucionais da universidade e de quem ainda se sente desconfortável/excluído/a desses lugares, visto que o CPA, no período em que essa pesquisa-ação-participativa foi realizada, encontrava-se em um bairro de classe média alta, constituído por residentes e transeuntes majoritariamente brancos e próximo a construções voltadas para esse público, por exemplo, colégio e faculdade particulares com destaque na cidade, prédios novos e com infraestrutura mais requintada. De fato, pessoas trans, travestis e transexuais não circulavam por esses espaços, mesmo sendo um bairro que se encontra a aproximadamente cinco minutos de caminhada do centro. Se, portanto, concordarmos com a perspectiva foucaultiana de que os processos de subjetivação passam a constituir os indivíduos como sujeitos (FONSECA, 2003), a circulação dos corpos por espaços territoriais até então tidos como inacessíveis a determinados sujeito, também se configura estratégia de resistência às tradicionais restrições da circulação dos corpos. Na medida em que, à revelia do que comumente se tem como parâmetro de corpos circulando por um bairro tido como de elite em um espaço institucional caracterizado pela restrição, a própria ocupação do espaço do centro de psicologia aplicada, da universidade e do bairro, efetiva-se como ato de agência e de resistência.

Os espaços de circulação das pessoas vinculadas à “pista”, locais centrais em que eram realizados trabalhos sexuais no município, denotam para um uso geopolítico diferente, em que novos sujeitos emergiam e dos quais não tivemos acesso no escopo dessa pesquisa. Contudo, apontamentos fazem-se necessários para pensar nos deslocamentos de perspectiva dos espaços em que a psicologia atua, trazendo desdobramentos importantes para a atuação e acesso ao grupo.

Além disso, a universidade, conforme problematizada aqui, sempre foi um espaço pensado para pessoas cis-brancas-classe média alta, marcadores que atravessavam nossa própria equipe de execução do trabalho. É importante localizar essas questões por dois pontos.

O primeiro deles é a proposta autorreflexiva de se repensar a própria prática executada e em possibilidades de contornar esses desafios que a cotidianidade dos nossos privilégios não nos permite enxergar. O segundo, diz respeito às generalizações dos dados produzidos nessa pesquisa.

Como houve certo recorte de classe e raça, é necessário entender como esses importantes marcadores sociais podem impactar de outras maneiras nos modos de subjetivação de homens e mulheres trans, transexuais, travestis, pessoas de identidade não binária, identidades que não compactuam com os princípios norteadores da cisgeneridade. Localizar a pesquisa feminista (NOGUEIRA, 2017) consiste, dentre outros aspectos, reconhecer quais elementos conseguimos ter acesso e problematiza-los à luz de nossas interpretações parciais da realidade e ancoradas em saberes localizados (HARAWAY, 2009), compreendendo quais foram as contingências materiais e históricas de produção dos dados que embasam o texto científico. A objetividade feminista opera na produção de conhecimentos parciais, historicizados e socialmente localizados quanto ao acesso ao campo de pesquisa e às pessoas participantes, que participam mais ativamente do processo de produção de conhecimento sobre si mesmas.

Apesar de destacar nossas dificuldades e limitações, as possibilidades de trocas coletivas nos encontros possibilitaram a produção de sentidos variados e ressignificados para seus modos de subjetivação. As narrativas nos indicam que houve a ressignificação do próprio processo de construção da identidade generificada ao perceber as nuances de deslocamentos discursivos nas formas como se colocavam. Desse modo, as análises conduzem a uma reflexão analítica ao campo para entender esse processo complexo de subjetivação de pessoas não-cisgêneras, processo que se refere à “maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (FOUCAULT, 2010, p. 236).

Outro elemento analítico importante diz respeito a como as vulnerabilidades aparecem como elemento de intersecção no âmbito da psicopatologização das experiências, enquanto ponto de partida comum das narrativas de si. Neste sentido, de modo bastante geral, os relatos apresentados em um primeiro momento focaram muito nas dificuldades apresentadas por serem pessoas trans, suas posições de sujeito enquanto pessoas não condizentes ao binarismo de gênero ou à cisnormatividade, era um marcador de como a permanência e a fixação desses binarismos e dos tradicionais modelos hegemônicos das hierarquias de gênero forjam a constituição subjetiva. Assumir uma identidade de gênero dissidente da norma traz o primeiro

processo de subjetivação colocado a esses sujeitos: como se constituir enquanto homem ou mulher em uma dada sociedade? Seria essa uma possibilidade exclusivamente binária? Os relatos de suas trajetórias foram perpassados por essas questões. Principalmente através da produção de verdades exercida pelo poder biomédico. Citando novamente Michel Foucault: “a norma se torna o critério de divisão dos indivíduos. Dado o fato de estar sendo constituída uma sociedade da norma, a medicina como a ciência acima de tudo do normal e do patológico, será a ciência rainha” (FOUCAULT, 2011, p. 395).

LAURA (mulher trans, 18 anos): - *Até porque eu... eu fui uma adolescente frustrada. Porque todo adolescente menino menina tem a masturbação tem qualquer tipo. Tem o conhecimento do seu corpo quando começa a se trocar, entendeu? Foi até uma das coisas que eu conversei. Porque eu não me sentia bem de conhecer o meu corpo. Porque eu não queria, eu não me sentia bem com meu sexo pra que que eu queria me conhecer? Isso é uma coisa frustrante né...*

ANGELINA (mulher trans, 38 anos): - *Claro... claro!*

LAURA: - *Eu tenho amigas é que tem... que são transexuais que tem... é o sexo genital masculino que tem a vida ativa com o sexo. Não se importam de...*

ANGELINA: - *Isso é de cada um pra cada um, cada um sabe.*

LAURA: - *Eu acho legal que elas se conheceram elas...*

MARIANA (mulher trans, 15 anos): - *Ah não. Eu não acho legal não, realmente olha eu acho o seguinte se você não se sente bem pra que que vai fazer (gesto sexual) a forma ativa como homem...*

BRUNE: - *Não, é porque não é uma identidade sexual...*

MARIANA: - *Gente eu acho isso sem noção. Vira uma menina pra depois...*

LAURA: - *Eu acho isso interessante porque né todo mundo goza. Vamos dizer...*

ANGELINA: - *Prazer, é o prazer...*

LAURA: - *Então se você tem um sexo, você não pode, você não quer conhecer se tocar como é que você vai sentir um prazer, né? Isso é uma coisa ruim.*

As falas anteriores denotam as discussões acerca do corpo e como o órgão genital impacta em seu processo de subjetivação enquanto identidade feminina dissidente da norma. Ao longo dos encontros, a equipe tensionava o discurso normativo da necessidade de alterações corporais e o uso dos prazeres tutelados pelos saberes científicos. Esse processo de desconstrução cotidiana culminou em diálogos como esse, em que as próprias participantes, que em um primeiro momento chegaram sujeitadas, mas não totalmente, pelos dispositivos biomédicos e psiquiátricos de poder, começaram a repensar sua relação com o próprio corpo e os processos elegíveis para si. Mariana, por ser mais nova e estar em processo de transição, trazia constantemente falas no sentido de performar o feminino hegemônico e buscar aproximação com a cisgeneridade. Contudo, foi repensando, no contato com outras meninas, outras possibilidades de existir. O tensionamento citado reflete a dinâmica de questionamento dos supostos requisitos da construção do gênero e subjetividade de cada pessoa. O que sustenta a identidade de gênero na sociedade a partir de quem vivencia processos de dissidência da cisheteronorma.

Assim, a psicopatologização trouxe uma inteligibilidade mais palatável para que a

sociedade pudesse, de modo geral e superficial entender os processos que acometiam determinados sujeitos que não se encaixavam nos padrões tidos como mais frequentes ou dentro das normas sociais vigentes. Com isso, evidencia-se que os lugares médicos e psiquiátricos, bem como da psicologia mais normativa, produziam sujeitos legítimos e uma forma de construção de identidade “cientificamente comprovada”. Retomando a fala de Beatriz, citada anteriormente, seus processos já fogem desse escopo: ela toma o protagonismo para si em técnicas consideradas ilícitas e produz uma resistência ao poder biomédico instaurado e que atravessava a fala de outra informante do grupo, a Angelina. Essa última coloca que:

*No momento em que você já quiser ser encaminhada pro hospital você vai precisar consultar com um psiquiatra são dois anos de acompanhamento... de três em três meses no Rio de Janeiro pra ele te dar o laudo com o diagnóstico. Pelo SUS só operar mediante o laudo diagnóstico. E pro ano que vem... É, eles tão prevendo... Eu imagino que no ano que vem eles vão tá com endocrinologista com todo um tratamento assim adequado e vai abrir vaga pra entrar pra cirurgia. Mas no momento assim é só com o psiquiatra entrega o laudo.*

Desse modo, vale se questionar as verdades produzidas pelos nossos documentos e diagnósticos e quais os impactos desse processo na constituição dos sujeitos não-cis na sociedade. Haja vista que a normatização nos processos de subjetivação das pessoas impacta diretamente na constituição das identidades de gênero na sociedade, fabricadas pelo sujeito no sentido de trazer inteligibilidade e coerência, sendo esta constringida por vetores cisnormativos que vão sustentar a sua existência (BUTLER, 2017).

Esse tensionamento gera um embate de processos distintos de subjetivação, territorializados por diferentes acessos e usos racializados dos espaços de saúde. Construir a primeira identidade de gênero dissidente da cisnorma perpassa, então, os processos de socialização durante seu período de transição. O processo de Beatriz foi imerso nas ruas, das quais ela foi se identificando e se construindo enquanto travesti. Já Angelina teve um processo solitário, se reconhecendo como mulher transexual, em circunstâncias nas quais não havia pessoas que passassem pelas mesmas experiências que ela. Em um dos encontros chega a afirmar que: “*sempre quis um grupo com amigas para compartilhar as experiências, isso que temos agora*”, reforçando a importância grupal das trocas para si mesma. Suas falas, em um primeiro momento, tinham um resquício sobre o modo hegemônico de ser mulher na sociedade: feminina, polida, expressando pouco desejo sexual, com performance contida. Esses antagonismos e diferenciações entre os relatos das experiências de si de Beatriz e Angelina evidenciam quão complexos são os atravessamentos do contexto nos modos de subjetivação dos sujeitos. As diferentes enunciações distinguem não somente o que essas



peessoas reconhecem como identidades travesti e transexual, como também fazem emergir ordens discursivas de cada uma das participantes acerca dos próprios entendimentos que fazem de seus corpos, desejos e de si mesmas enquanto sujeitos. As participantes do grupo destacaram ao longo dos encontros como se identificam, mas também, como identificam aos outros e, cada uma a seu modo, apresentam e explicam os termos que melhor dão sentido às suas existências, a partir de suas experiências e de seus entendimentos vão significando e compartilhando suas vivências, travestis, transexuais, plurais, fazendo emergir outras possibilidades para além do binarismo e da fixidez que caracteriza o ponto de partida inicial, tão comum a todas elas.

Enquanto Angelina performava a fala mansa, a postura comedida, a delicadeza dos gestos, Beatriz performava a expressividade, a fala alta e expansiva, o vigor gestual de uma “mulher da rua”, como gostava ela de dizer, enquanto de mulher negra e periférica, marcadores importantes para si diante de seu processo de subjetivação. Apesar de conseguir circular bem pelos espaços da universidade, afirmou por diversas vezes um não pertencimento, dizia sentir-se deslocada, haja vista compor outros espaços grupais de socialização e produção da sua identidade travesti, preta e periférica. No entanto, apesar desse aspecto, vale destacar que a própria ocupação, por Beatriz, destes espaços normatizados e atravessados por marcadores raciais, de classe e de território já constituía uma importante e potente ruptura de fronteiras, desconstruindo e desestabilizando as normatividades dos espaços institucionais hegemônicos da própria universidade, instituindo outros modos de territorialidade e outras formas de circulação dos corpos. Afinal, onde há poder, há resistência.

Segundo Butler (2017, s.p), “(...) na medida em que as normas operam como fenômenos psíquicos, restringindo e produzindo o desejo, elas também regem a formação do sujeito e circunscrevem um campo de sociabilidade habitável”. Isso justifica o fato de algumas pessoas que se reconhecem como trans e travestis encontrarem apoio na experiência grupal apresentada e outras não, de modo de a interseccionalidade opera como uma forma de circunscrever tais contextos de sociabilidade e produzir experiências distintas acerca de ser trans ou travesti na sociedade.

A vulnerabilidade experienciada por ambas, Angelina e Beatriz, e compartilhadas no contexto grupal, diferencia uma da outra, à medida que suas vivências são interseccionadas por esses outros elementos: questões raciais e de território que atravessaram suas produções enquanto mulher transexual e travesti, gerando disputas políticas de questionamento da categoria mulher. Assim, compartilhando a perspectiva de Judith Butler de que “discursos

habitam corpos” e de que “os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue. E ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso” (PRINS & MEIJER, 2002), compreende-se como essas duas mulheres se constituíram enquanto sujeitas de gênero, constituindo, cada qual a seu modo, suas identidades, retomando no âmbito de suas próprias existências a máxima clássica da filósofa Simone de Beauvoir (1967), de que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

As categorizações sociais que produzem, a partir da linguagem, a vulnerabilidade do sujeito, também opera de modo suscetível às contingências tanto psíquicas quanto históricas (BUTLER, 2017). Nesse ponto, por se auto reconhecerem como brancos e se por terem acesso à procedimentos do processo transexualizador, as experiências de Angelina se aproximaram das experiências de Tarso, que se autorreconhece como homem trans, na faixa de 45 anos durante a execução do projeto, e de Janaína, que se autorreconhece como mulher intersexual, com aproximadamente 40 anos durante os encontros. Pode-se perceber nesses excertos de fala:

*Quando eu comecei a procurar, eu não conhecia nem a Bruna, não tinha grupo, não tinha ninguém, comecei a fazer o tratamento lá no hospital escola [da sua cidade], foram cinco anos com o psiquiatra lá, e ele me tratou como se eu fosse uma pessoa “retardada” (...) É, na época a única pessoa que eu conhecia era a Bruna, a gente não conhecia ninguém (Tarso, homem trans, 42 anos).*

*Eu também o operei com o doutor Fulano, no Rio. O mesmo de vocês, né? (Janaína, mulher intersexual, 38 anos).*

Assim, essa narrativa vinculada à questão de saúde da população não-cisgenera foi o fio condutor do grupo: essas vulnerabilidades experienciadas e que ganharam legitimidade ao longo das décadas através do processo transexualizador no Brasil se tornou o *locus* da subjetivação de quem passara por esse espaço. A produção de subjetividade institucionalizada pela ciência normativa e psicopatologizante, que reitera as normas de gênero e controla os corpos, na tentativa de manter a binaridade e a estética performadas pela cisgeneridade. Se tornar pessoa era legitimado por laudos e consultas médicas (BENTO & PELÚCIO, 2012), trazendo um efeito discursivo de que um sujeito sujeitoado, ou seja, sua identidade de gênero só seria reconhecida e vista enquanto inteligível para as relações sociais e para o Estado à medida em que se adequava aos aparatos técnico-políticos e psicopatologizadores da cisnormatividade.

A norma opera não no sentido de impedir o trânsito de gênero, mas para restringi-lo. Pode-se até migrar de identidade, mas a coerência entre sexo-gênero-orientação do desejo deve ser mantida e reiterada por falas como “adequação do corpo”, “nasci no corpo errado”, “homem não engravida”, o foco nos relatos de disforias de gênero vivenciadas, todas essas

narrativas apresentadas no grupo criam uma identidade coletiva que a sujeita ao contexto social, histórico, político e científico que a produz enquanto lugar de poder-saber.

Assumindo que as categorias sociais existentes, muitas delas pautadas pela cisheteronorma enquanto estrutura de constituição do sujeito (VERGUEIRO, 2015a; JESUS, 2021) vão garantir uma existência social reconhecível e duradoura, de modo a levar os sujeitos a aceitá-las, mesmo que seja através da sujeição (BUTLER, 2017), ao invés de não experimentar alguma existência social. Existir se mostra, ineroxavelmente, atravessado pela possibilidade criada pelo discurso médico: por isso as falas, em um primeiro momento do grupo, se agarravam a essas possibilidades de existência social legítima. A patologização trouxe um autorreconhecimento diferente do socialmente dito como “pecado”, “sem-vergonhice” ou puramente “escolha perversa”. Tal consciência de si permitiu sobreviver nas fissuras da cisheteronormatividade durante o período histórico retratado, em nosso microcontexto (a saber, vivências anteriores ao ano de 2013). Conforme o relato de Laura, uma jovem de 18 anos, que se autorreconhece enquanto mulher trans e começou o processo de transição aos 14, a legitimidade veio a partir da endocrinologia:

*Eu num digo abertamente pra ela sobre esse tratamento, ela sabe que eu, que eu né que eu fiz como eu te disse anteriormente ela bateu com o endócrino, quando o endócrino falou, que ele me tratava como ela e disse a situação. Ela na época, eu tava com 15 eu vi ela batendo o pé no chão e dizendo “não meu filho é homem, fizeram macumba. (risos) Ela falou eu fui revelada na Igreja, pela bispa que tava grávida, fizeram macumba com meu filho... virar essa porra. Falou assim.*

O discurso médico e o apoio da endocrinologista em seu processo, inclusive entendendo seu processo de transição, garantiu um efeito político de produção de uma existência social habitável para Laura. A jovem vem de um contexto bem pauperizado, sendo seu segundo relato, e a influência da religião cristã enquanto produção da sua existência enquanto efeito de algo metafísico gera um conflito em sua casa, uma por resistir da forma que se autorreconhece.

Parece pertinente destacar que há nestas diferentes formas de relatos de si, tensionamentos geracionais e novas subjetividades em jogo. Neste sentido, como afirma Longaray e Ribeiro: “é sobre os corpos que são inscritos os marcadores subjetivos, entre eles os de gênero; e as marcas que se inscrevem nos corpos são vistas e entendidas de diferentes formas, dependendo do contexto histórico e cultural vivenciado pelos sujeitos” (LONGARAY & RIBEIRO, 2016, p.762), portanto, por mais que esses discursos assumissem o protagonismo das narrativas de si, contudo, há possibilidades de fissuras. Pois enunciados visibilizam, sustentam e operam discursos, muitas vezes antagônicos e dispersos em múltiplas

possibilidades de subjetivação.

O próprio ato de relatar no presente acontecimentos do passado, em contraste com processos de transição de gênero que aconteciam no aqui e agora, levavam à questionamentos das normas que produziam essa coerência e legitimidade do corpo dissidente. O período histórico trazia também muitos questionamentos dos parâmetros que sustentavam a psicopatologização das pessoas transvestigêneres. A partir de 2012 (BENTO & PELÚCIO, 2012; CFP, 2012), essas discussões ganharam força no Brasil e no mundo, com impactos sobre a construção das narrativas de si. Em um primeiro momento, eram narrativas de construção de coerência da identidade e sua posição de desvio da norma, que mantinha a cisgeneridade como eixo central e ponto de alcance. Mas, ao longo dessa influência e através das trocas grupais, as próprias pessoas se perceberam nesse jogo, reivindicando para si uma nova forma de subjetivação.

*É uma (...) ne, é uma (...) que você tem que mostrar para a sociedade que você não é aquilo, eu também não acho isso certo. Eu acho que você tem que mostrar para a sociedade aquilo que você é por dentro. Se você... Igual eu, eu não.. O que eu sou por fora, eu não sou por dentro, eu não tenho que mostrar isso para a sociedade. “Ah, vocês têm que me ver como eu sou por dentro”... Não. Eles nunca vão ver. E nem como eu sou por fora, que é uma coisa que é difícil para eles entenderem. Então, para poder mostrar para eles o que eu sou, eu tenho que fazer uma cirurgia? Eu tenho que mudar? Não, eu tenho que mudar para mim e não para eles (Iris, pessoa não-binária).*

O que eram trocas e manuais de como transicionar se tornou um questionamento da estrutura cisnormativa que condicionava seu processo de existência. Muito mais do que a existência tutelada experienciada por gerações anteriores (e essas próprias, na construção coletiva da identidade através do autorreconhecimento no outro), a existência deixou de ser processo constitutivo de si pela norma à medida que a resistência surgia.

Uma pessoa não binária relata sua experiência com os conceitos da não-binaridade no grupo e a visibilidade na mídia como forma de legitimação de sua identidade:

*Esse mês saiu na revista nacional geográfica sobre gênero, edição toda especial sobre gênero. Ela chegou sábado, talvez ainda tenha, porque os moços da banca falaram assim, que estava todo mundo procurando essa revista, aí ele virou e falou assim “o que tem de tão importante nessa revista?” Aí a gente virou e falou “GÊNERO”, aí ele virou e falou “essa revista nunca foi tão procurada assim”. Então talvez, assim, ainda tenha em alguma banca, se alguém se interessar... E tem explicando bastante coisas, os termos usados em gênero, pessoas não binárias, aí tem ahn, explica o que é expressão de gênero, o que é o gênero, o que eh, aí vai, eles foram dividindo muitas coisas, aí explica a questão do andrógeno, explica, aí eles, assim, fizeram uma coisa bem legal. E depois eles colocaram como que a sociedade monta um homem hoje, cria um menino e, depois, como cria uma menina em alguns lugares, aí tava falando dos rituais que são feitos em alguns lugares né e tal (Marshala, pessoa de identidade não-binária).*

Assim, ao longo dos anos de grupo desenvolvidos, percebe-se que as pessoas

participantes foram questionando e tensionando como a mídia representava suas identidades, no sentido de não serem mais produzidas/os/es por essas verdades, mas de exigir uma representação na sociedade mais condizente com suas experiências. E traziam para o encontro aquelas notícias e produções audiovisuais consideradas potentes para ensinar a sociedade a questionar a norma e trazer novas inteligibilidades para seus corpos e identidades, de modo a garantir uma existência mais digna e que não precisasse reproduzir e se sujeitar à cisnormatividade.

## 7 À GUISA DE UMA PARCIAL CONCLUSÃO: PENSAR A RESISTÊNCIA CIENTÍFICA E A CONSTRUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS E METODOLOGIAS TRANSCENTRADAS

Com base em trabalhos anteriores (BRANDÃO & PERUCCHI, 2022; PERUCCHI, BRANDÃO & RODRIGUES, 2022), percebe-se que a construção do grupo, através da extensão universitária, possibilitou um tensionamento político das demandas da população trans, travesti e não binária no município, de modo que impactou na construção de futuras políticas públicas. O impacto político da produção de subjetividades de resistência, através do compartilhamento de experiências acima citado, nos mostra que a existência à margem da cisnormatividade se desloca de uma posição de pedir favores para de fato exigir seus direitos. Percebe-se uma politização dessas identidades produzidas a partir do questionamento da psicopatologização de seus corpos e vivências. Mais que isso, torna-se um processo coletivo de resistência que impacta em seus posicionamentos em outros contextos e espaços em que circulam. Desse modo, percebe-se que houve um impacto das intervenções no grupo, denotando que os cuidados em psicologia para com as populações à margem não perpassam apenas processos centrados no indivíduo em contextos clínicos, mesmo que construídos de maneira mais crítica, mas que a facilitação de grupos com objetivos de fomentar sujeitos políticos podem impactar em seus processos de resistência frente às diversas situações de violência e violação vivenciadas no cotidiano.

As trocas trazem conflitos de perspectivas de como ser uma pessoa não-cis na sociedade, de modo que esses dissensos produzem, sobremaneira, um questionamento da universalização presente nos dispositivos científicos que forçam as multidões *queer* (PRECIADO, 2011) a se confessar (FOUCAULT, 2005). Esse processo objetiva o controle de suas identidades, seus processos e, ainda, a produção de suas identidades enquanto psicopatológicas, gerando maneiras coercitivas e condicionais de vivenciar o gênero a partir da legitimação da ciência cisnormativa. Essa cis hetero governamentalidade (YORK, OLIVEIRA & BENEVIDES, 2020) traz impactos para a negatividade e invisibilidade atribuídas às identidades dissidentes. Pensar o compromisso histórico não só da psicologia, mas das demais áreas do saber, em romper com as violências epistemológicas causadas ao longo das décadas perpassa pensar em novos processos de intervenção pautados em epistemologias transcetradas (YORK, OLIVEIRA & BENEVIDES, 2020), em que a experiência é pensada a partir da constituição do sujeito histórico e que tais vivências

constroem quem se é no mundo (SCOTT, 2009; FAVERO, 2020). Além disso, cabe destacar que a formulação de políticas públicas pode se beneficiar desse processo, de modo que os sujeitos possam de fato participar ativamente da constituição de si, sem a necessidade de legitimidade científica para exigir seus direitos nos campos da saúde, educação, assistência, etc.

Contudo, vale destacar o processo experimental de formação do grupo que, a partir das colocações das pessoas participantes, foi se repensando no sentido de possibilitar o protagonismo da comunidade trans, travesti e não-binária. Nesse ponto, cabe destacar como as outras identidades sociais assumidas pela pesquisadora também podem ter impactado de forma a dificultar alguns acessos no grupo, tais como identidade racial, socioeconômica, territorial e geracional. A interseccionalidade, desse modo, opera de modo a levar profissionais, sejam cis ou trans, a problematizar as demais identidades constituintes de si e manejá-las, a partir da reflexividade feminista, para que não sejam reproduzidos posicionamentos que se distanciam e colocam as pessoas participantes à margem, no caso de profissionais cis, ou que reproduzam uma lógica profissional que vá universalizar as experiências da sua comunidade sem historicizar os processos de constituição política dos sujeitos, no caso de pessoas trans, travestis e não-binárias. Essa proposta se coaduna com estudos na área no sentido de quebrar as barreiras político-epistêmicas atravessadas pela cisgeneridade-binária, heterossexual e compulsória (YORK, OLIVEIRA & BENEVIDES, 2020).

Tais limitações da pesquisadora puderam ser de algum modo contornadas em outros projetos desenvolvidos junto ao Centro de Referência LGBTQIA+, programa de extensão vinculado à instituição da qual faço parte, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contudo, esse tensionamento das múltiplas identidades e como os processos de subjetivação podem ser menos angustiantes e violentos para os sujeitos não se encerram aqui, pelo contrário: essa incipiente pesquisa, pensada a partir das minhas experiências profissionais e pessoais, busca visibilizar uma discussão quem vem crescendo dentro dos meios acadêmicos. É necessário retirar a ciência do armário que se encontra e transicionar suas bases epistemológicas, mais escutando e aprendendo do que fazendo confessar, classificando, normatizando e tutelando. Produzir uma ciência transcetrada se apresenta como uma constante disputa de narrativa com os meios hegemônicos e formais que imperam nas universidades. Assim, essa tese se apresenta nesse sentido provocativo de reflexões de uma profissional da psicologia e trans que busca contribuir para a construção de novos parâmetros

científicos pautados em princípios ético-políticos comprometidos com as demandas das populações à margem, de modo interseccional.



## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, K. G. Feminismo, Psicologia, e Justiça social: um encontro possível? Uma entrevista com Michelle Fine. **Psicologia & Sociedade**, 27(3), p. 479-486, 2015.
- ALMEIDA, G. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? **Estudos Feministas**, 20(2), p. 513-523, 2012.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, Fifth Edition. Washington, DC: APA Publishing, 2013.
- FERREIRA, A. C. G. F.; COELHO, L. E.; JALIL, E. M.; LUZ, P. M.; FRIEDMAN, R. K.; GUIMARÃES, M. R.; MOREIRA, R. C.; EKSTERMAN, L. F.; CARDOSO, S. W.; CASTRO, C. V.; DERRICO, M.; MOREIRA, R. I.; FERNANDES, B.; MONTEIRO, L.; KAMEL, L.; PACHECO, A. G.; VELOSO, V. G.; GRINZTEJN, B. Transcendendo: A Cohort Study of HIV-Infected and Uninfected Transgender Women in Rio de Janeiro, Brazil. **Transgender Health**, 4(1), 2019.
- ARÁN, M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, 14, p. 1141-1149, 2009.
- ARÁN, M.; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 19(1), p. 15-41, 2009.
- ARÁN, M.; ZAHDAFT, S.; MURTA, D. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicologia & Sociedade**, 20 (1), pp. 70-79, 2008.
- AYRES, J. R.C. M.; CALAZANS, G. J.; SALETTI FILHO, H. C.; FRANÇA JÚNIOR, I. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS G. W. S.; BONFIM, J. R. A.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y. M. (orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 375-417, 2006.
- AYRES, J. R.C. M.; CALAZANS, G. J.; SALETTI FILHO, H. C.; FRANÇA JÚNIOR, I. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C.M. (orgs). **Promoção da saúde: conceitos, desafios, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz. p. 117-38, 2003.
- BATISTA, N. C. S; BERNARDES, J.; MENEGON, V. S. M. Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: SPINK, M. J. P; BRIGADÃO, J. I .M; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (orgs). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2014.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Vol. 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BENEDETTI, M. R. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

- BENEDETTI, M. R. **Na batalha**: identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição. Porto Alegre: Dacasa, 2000.
- BENEVIDES, R. A psicologia e o Sistema único de Saúde: quais interfaces? **Psicologia e Sociedade**, 17(2), 21-25, 2005.
- BENTO, B. Pouco saber para muito poder: a patologização do gênero. In: In: POCAHY, F. (org). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo**: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, p. 61-74, 2010.
- BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, 4(1), pp. 165-182, 2014.
- BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, 20(2), 569-581, 2012.
- BENTO, B. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Ciência e Saúde Coletiva**, 17(10), p. 2655-2664, 2012.
- BOCK, A. M. B.; Gianfaldoni, M. H. T. A. Direitos humanos no ensino de psicologia. **Psicologia: ensino & formação**, 1(2), p. 49-67, 2010.
- BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portaria Federal número 2.803, de 19 de novembro de 2013.
- BUNCHAFT, M. E. A Jurisprudência Brasileira da Transexualidade: uma reflexão à luz de Dworkin. **Seqüência**, 67, p. 277-308, 2013.
- BUTLER, J. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Tradução: Rogério Betooni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.
- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autentica, p. 151-169, 2000.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 236 p, 2003.
- BUTLER, J. Imitation and gender subordination. In: SALIH, S.; BUTLER, J. (orgs). **The Judith Butler reader**. Oxford: Blackwell publishing, p. 119-137, 2004.
- BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, 42, 249-274, 2014.
- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CAMILLO, B. C.; AMARAL, M.S.; TONELI, M. J. F.; AMARAL DE QUEIROZ, M. Vulnerabilidades mapeadas, violências localizadas. **Quaderns de Psicologia**, 17(3), p. 83-

98, 2015.

CAMPOS, G.W.S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 5(2), p. 219-230, 2000.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, J. E. C. Saúde comunitária e políticas públicas de saúde: contribuições para a construção de uma saúde coletiva com compromisso com trabalhadores e participação das comunidades. In: J. C. SARRIERA; E. T. SAFORCADA; J. ALFARO. **Perspectiva Psicossocial em saúde Comunitária: A comunidade como protagonista**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

CORNEJO, G. La guerra declarada contra el niño afeminado: Una autoetnografía “queer”. **Conos: Revista de Ciencias Sociales**, 39, p. 79-95, 2011.

COSTA, C. D. L. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. **Portuguese Cultural Studies**, 4(1), 6, 2014.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: FINEMAN, M. A.; MYKITIUK, R. **The public nature of private violence**. Nova York: Routledge, P. 93-118, 1994.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero (L. Schneid, Trad.). **Revista Estudos Feministas**, 10(1), 171-188, 2002.

CRENSHAW, K. W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

INWARDS-BRELAND, D. J.; DIVALL, S; SALEHI, P.; CROUCH, J. M.; NEGAARD, M.; LU, A.; KANTOR, A.; ALBERTSON, K.; AHRENS, K. R. Youth and Parent Experiences in a Multidisciplinary Gender Clinic. **Transgender Health**, 4(1), 2019.

CARROLL-BEIGHT, D.; LARSSON, M. Exploring the Needs, Expectations, and Realities of Mental Healthcare for Transgender Adults: A Grounded Theory Study on Experiences in Sweden. **Transgender Health**, 3(1), 2018.

MEDICO, D.; SANTIAGO-DELEFOSSE, M. From Reflexivity to Resonances: Accounting for Interpretation Phenomena in Qualitative Research, **Qualitative Research in Psychology**, 11(4), p. 350-364, 2014.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. Califórnia: Sage, 2000.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ELLIS, C.; BOCHNER, A. P. Autoethnography, Personal Narrative, Reflexivity: Researcher as Subject. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Handbook of Qualitative Research**. 2 ed. Thousand Oaks: Sage, p. 733-768, 2000.

ENSINA, L. F.; TANNO, L. K.; RODRIGUES, A. T.; GARRO, L. S.; GIAVINA-BIANCHI, P.; MOTTA, A. A. Hemorragia alveolar após injeção parenteral de silicone industrial. **Rev Port Imunoalergol**, 17, p. 563-564, 2009.

FERREIRA-NETO, J.L.; HENRIQUES, M. A. Psychologists in public health: Historical aspects and current challenges. **Journal of Health Psychology**, 21(3), p. 281–290, 2016.

FILHO, Kleber Prado; TRISOTTO, Sabrina. A psicologia como disciplina da norma nos escritos de M. Foucault. **Revista Aulas**, Campinas: UNICAMP, Dossiê Foucault, 3(1), p. 1-14, 2007.

FINE, M. Working the hyphens: Reinventing the self and other in qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Handbook of Qualitative Research**. 2 ed. Thousand Oaks: Sage, p. 70-82, 1994.

FINE, M.; TORRE, M. E.; BOUDIN, K.; BOWEN, I.; CLARK, J.; HYLTON, D.; MARTINEZ, M.; RIVERA, M. M.; ROBERTS, R. A.; SMART, P.; UPEGUI, D. Participatory action research: From within and beyond prison bars. In: WEIS, L.; FINE, M., **Working method: Research and social justice**. New York: Routledge, p. 95-119, 2004.

FINE, M.; TORRE, M. E.; BURNS, A.; PAYNE, Y. A. Youth Research/Participatory Methods for Reform. In: THIESSEN, D.; COOK-SATHER, A. **International Handbook of Student Experience in Elementary and Secondary School**. Dordrecht. The Netherlands: Springer, p. 805-828, 2007.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, M. Sujeito e Poder. In DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Orgs). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-239, 1995.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2005.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. 8a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. **A história da loucura na Idade Clássica**. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FOUCAULT, M. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Ditos e Escritos VII, 2011.

GIBBONS, M. C. Provider Factors in Healthcare Disparities. In: GIBBONS, M. C. **Health Solutions for Healthcare Disparities**. New York: Springer, 2008.

GREEN B. N.; JONHSON, C. D.; ADAMS, A. Writing narrative literature reviews for peer-

reviewed journals: secrets of the trade. **Journal of Chiropractic Medicine**, 5(3), p. 101- 117, 2006.

GREEN, K. M. Trans\* Movement/ Trans\* Moment: na afterword. **International Journal of qualitative studies in education**, 30(3), pp. 320–321, 2017.

GUIMARÃES, A. Raça, cor e outros conceitos analíticos. In O. Pinho & L. Sansone (Orgs.), **Raça – novas perspectivas antropológicas**. Salvador: EDUFBA, p. 63-82, 2008.

HARAWAY, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, p. 07-41, 2009.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, 26(1), p. 61-73, 2014.

JESUS, J. G. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: ABEH. **Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero**. Salvador, 2012.

JESUS, J. G. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 10, p. 1-9, 2013.

JESUS, J. G. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, J. G. **Transfeminismo: teorias e práticas**. Metanoia, pp. 3-18, 2015.

JESUS, J. G. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma Contextualização a partir do Pensamento Transfeminista. **Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, 1, p. 5-24, 2018.

JONHSON, K. From gender to transgender: thirty years of feminist debates. **Social Alternatives**, 24(2), 2005.

LEITE JR, J. Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Estudos Feministas**, 20(2), p. 559-568, 2012.

LLOYD, A. W. Defining the Human: Are Transgender People Strangers to the Law? **Journal of gender, law & justice**, 1(1), pp. 150-195, 2005.

LOPES, J. R. Os caminhos da identidade nas ciências sociais e suas metamorfoses na psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, 14 (1), pp. 7-27, 2002.

LORDE, A. Não há hierarquias de opressão. In: **AUTOR. I am your sister** –collected and unpublished writings of Audre Lorde (versão traduzida). Oxford University Press, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 176p, 2008.

MARÍAS, J. **Antropologia Metafísica**. Trad. de Diva Ribeiro de Toledo Piza. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

MELLO, D. F.; GONÇALVES, K. C.; FRAGA, M. F.; PERIN, L. F.; HELENE JR, A. Complicações locais após a injeção de silicone líquido industrial: série de casos. **Rev Col Bras Cir**, 40, p. 37-43, 2013.

MENDES, I. A. C. Desarrollo y salud: declaración de Alma-ata e movimientos posteriores. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, 12(3), p. 451-452, 2004.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio teórico? **RAC**, 15(2), p. 320-332, 2011.

MIYAMOTO, M. Y. Detecção do uso de álcool e outras drogas entre travestis e transexuais femininos. Dissertação (Mestrado em Psicobiologia) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2013.

MORRIS, M. W.; CHIU, C.; LIU, Z. Polycultural Psychology. **Annu. Rev. Clin. Psychol.**, 66, p. 631–59, 2016.

MURRAY, M. Social history of health psychology: context and textbooks. **Health Psychology Review**, 8(2), p. 215-237, 2014.

NARINS, R. S.; Beer, K. Liquid injectable silicone: a review of its history, immunology, technical considerations, complications, and potential. **Plast Reconstr Surg**; 118(3), p. 77-84, 2006.

NEPOMUCENO, B. B.; XIMENES, V. M. Pobreza e Saúde Mental: determinações do processo saúde-doença de usuários de um CAPS no nordeste do Brasil. In: RONZANI, T.M.; SARTES, L. M. A.; PERUCCHI, J. **Psicologia e Saúde: contribuições e desafios**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2015.

NICHIATA, L. Y. I.; BERTOLOZZI, M. R.; TAKAHASHI, R. F.; FRACOLLI, L. A. The use of the “vulnerability” concept in the nursing area. **Rev Latino-Am Enfermagem**, 16, p. 923-928, 2008.

NOGUEIRA, C. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. **Cadernos de Pesquisa**, 112, p. 137-153, 2001.

OISHI, S. Socioecological Psychology. **Annu. Rev. Psychol.** 2014. 65:581–609, 2014.

OLIVEIRA, Julio Motta de; & DUARTE, Marco José De Oliveira. A habilitação do processo transexualizador na primeira cidade do interior do Brasil. In DUARTE, Marco José de Oliveira; ROCON, Pablo Cardozo (orgs.). **Dez anos de Política Nacional Integral LGBT: análises e perspectivas interseccionais e transdisciplinares para a formação e o trabalho em saúde**. Ed Devires: Salvador, 238 p., 2002.

PAIVA, V. A psicologia redescobrirá a sexualidade? **Psicologia em Estudo**, 13(4), 641- 651, 2008.

PASSOS, I. C. F. Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade. 2

ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, 2 (1), p. 135-148, 1999.

NAVARRO, P. P. Cisheteromonormatividade y Orden Público. In: OLIVEIRA, J. M.; AMANCIO, L. (Eds.). **Gêneros e sexualidades: intersecções e tangentes**. Lisboa: CIS-IUL. p. 89-113, 2017.

PERUCCHI, J.; BRANDÃO, B.C.; MATTOZO, B.G.; ZAMPIÊR, L.S.; CARVALHO, H.S.B. A utilização de metodologia grupal em pesquisa-ação participativa com travestis e transexuais. **Psicologia em Pesquisa**, 12(2), p. 1-11, 2018.

PERUCCHI, J.; BRANDÃO, B. C.; SILVA, J. A. Gênero, sexo e corpos trans: um relato de experiência de extensão universitária a partir da construção de um grupo de apoio e militância com travestis e transexuais. **Feminismos**, 3 (1), p. 71-81, 2015.

PERUCCHI, J.; BRANDÃO, B. C.; BERTO, C. M. G.; RODRIGUES, F. D.; SILVA, J. A. Brazil's Unified Health System (SUS) and Its Treatment for Transgender People. **Psychology (Irvine)**, 5, p. 1090-1094, 2014.

PERUCCHI, J.; BRANDÃO, B.; MARCHESINI, R. T. Possibilidades de deslocamento e promoção de direitos na atualidade brasileira para a população travesti e transsexual. In CARRANO, R. L.; ALMDEIDA M. F. L. (Orgs.) **Diálogos LGBTI+**: avançando lutas e conjugando campos. Salvador: Devires, 2019.

PETHERBRIDGE, D. O que há de crítico na vulnerabilidade? Repensando interdependência, reconhecimento e poder. **Dissonância: teoria crítica e feminismo**, 1(2), p. 145- 175, 2018.

PRADOS, N. C.; BRANDÃO, B. C.; PERUCCHI, J. Por onde circulam os corpos invisíveis? Intersecções entre população em situação de rua e gêneros dissidentes no acesso institucional urbano. **Rebeh**, 2(1), p. 30-59, 2019.

PRECIADO, P. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, 19(1), 11-20, 2011.

PRINS, B.; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, 10(1), p. 155-167, 2002.

PRYOR, R. E.; VICKROY, W. “In a Perfect World, You Wouldn’t Have to Work the System to Get the Things You Need to Survive”: A Pilot Study About Trans Health Care Possibilities. **Transgender Health**, 4(1), 2019.

RAMÍREZ, B. Colonialidad e cis-normatividade. Entrevista con Viviane Vergueiro. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales**, 3, p. 15-21, 2014. Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro>

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**, 38(138), p.9-26, 2017.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, 5, p. 17-44, 2010.

RUBIN, G. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu UNICAMP, 21, 2003.

SAFORCADA, E.; ALVES, M. M. Saúde Comunitária: do novo paradigma às novas estratégias de ação em saúde. In: **AUTORES**. **Perspectiva Psicossocial em saúde Comunitária**. A comunidade como protagonista. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SAMPAIO, J.; SANTOS, I. C.; AGOSTINI, M.; SALVADOR, A. S. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, 18(2), 1299-1312, 2014.

SCHILT, K.; WESTBROOK, L. Doing gender, doing heteronormativity: “Gender Normals”, Transgender People, and the Social Maintenance of Heterosexuality. **Gender & society**, 23 (4), pp. 440-464, 2009.

SCHNITTKER, J.; McLEOD, J. D. The Social Psychology of Health Disparities. **Annual Review of Sociology**, 31, p. 75-103, 2005.

SCOTT, Joan W. Experience. In: JOAN W. S.; BUTLER, J. (eds), **Feminists Theorise the Political**. 1a ed. London & New York: Routledge, p. 22-40, 1992.

SCOTT, J. Experiência. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. **Falas de gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 21-55, 2009.

SCOTT, J. W. The evidence of experience. **Critical Inquiry**, 17(4), p. 773–97, 1991.

SERRA, Victor Siqueira. Controle social das dissidências de gênero: violência e biopolítica. In : MORAES, Daniela Marques de; RIBEIRO, Daniela Menengoti; FILHO, Enoque Feitosa Sobreira (Orgs.). *Sociedade, conflitos e movimentos sociais* Florianópolis: CONPEDI. p. 223-240, 2016. Acesso em: 07 fev. 2022. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/y0ii48h0/131y9yi8/wr092GnInAWyCe7S.pdf>.

SEVALHO, G. The concept of vulnerability and health education based on the teory laid out by Paulo Freire. **Interface** (Botucatu), 22(64), p. 177-88, 2018.

SILVA, M. V. Práticas em psicologia comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 10(2), 310-323, 2015.

SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Psicologia & Sociedade**, 26, p. 14-24, 2014.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B.; MELLO, R. P. Vinte e cinco anos nos rastros, trilhas e riscos de produções acadêmicas situadas. In: SPINK; BRIGAGÃO; NASCIMENTO; CORDEIRO (orgs). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2014.



SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa; André Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STYPEREK, A.; BAYERS, S.; BEER, M.; BEER K. Nonmedical-grade injections of permanent fillers. **J Clin Aesthet Dermatol**, 6, p. 22-29, 2013.

Teixeira, F. B. Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade. **Estudos Feministas**, 20(2), p. 501-512, 2012.

TOMSON, A. (2018). Gender-affirming care in the context of medical ethics – gatekeeping v. informed consent. **South African Journal Bioethics**, 11(1), pp. 24-28, 2018.

TRAVASSOS, C.; CASTRO, M. S. M. Determinantes e Desigualdades Sociais no Acesso e na Utilização dos Serviços de Saúde. In: Giovanella, L. et al. **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

VÁSQUEZ, C. L. L. **Humanizando, acolhendo, transformando**: produção de sentidos em torno da assistência transespecífica em saúde. Dissertação de mestado, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 2019.

VERGUEIRO, V. Pela descolonização das identidades trans. **VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero - ABEH**, p. 1-15, 2014.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil, 2015a.

VERGUEIRO, V. É a natureza quem decide? Reflexões trans\* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias. In: Jesus, J. G. **Transfeminismo**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia. p. 19-41, 2015b.

MARSHALL, Z.; WELCH, V.; MINICHIELLO, A.; SWAB, M.; BRUNGER, F.; KAPOSY, C. Documenting Research with Transgender, Nonbinary, and Other Gender Diverse (Trans) Individuals and Communities: Introducing the Global Trans Research Evidence Map. **Transgender Health**, 4(1), 2019.